



Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Guardas Municipais

Diagnóstico Nacional 2025 - Ano Base 2024

Brasília,DF
2025

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Ricardo Lewandowski

Secretário Executivo

Manoel Carlos de Almeida Neto

Secretário Nacional de Segurança Pública

Mario Luiz Sarrubbo

Diretora do Sistema Único de Segurança Pública

Isabel Seixas de Figueiredo

Coordenador-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade

Leandro Arbogast da Cunha



Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Guardas Municipais

Diagnóstico Nacional 2025 - Ano Base 2024

Brasília,DF
2025

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública - DSUSP

Coordenação - Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade - CGPREV

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Anexo II, 5º andar, sala 503,
DF, CEP 70064-900.

2025©Ministério da Justiça e Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

FICHA CATALOGRÁFICA

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP

REALIZAÇÃO

Universidade Federal de Viçosa

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Marcelo Ottoni Durante

Pesquisadores:

Prof. Dr. Antônio Carlos Miranda

Profa. Dra. Viviani Silva Lirio

Cristina Gross Villanova

Allan Ribeiro

Estagiários:

Gabriel Mesquita

Herculano Oliveira

Luiz Vieira

Michele dos Santos

SUPERVISÃO

Sylvana Santos Pereira

Iara Buoro Sennes

REVISÃO

Iara Buoro Sennes

Romulo Reis de Almeida

Yasmin Bomfim Machado Pimenta

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Gabriel Silva Araújo

Christiane Pinto Cutrim

Hermeson Michael Duarte da Silva

Neuma dos Santos Souza

Valkyria Matie Fujiwara

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E POLÍCIA COMUNITÁRIA

Sylvana Santos Pereira (Coordenadora)

Ana Paula Pinto Da Silva

Guilherme Juliano Silva da Silva

Hernany Bueno de Araujo

Joélia Santos do Nascimento

José Castro Rodrigues da Costa

Reginaldo Nascimento da Costa

Romulo Reis de Almeida

Roberta Mokdeci Saggioro

Valkyria Matie Fujiwara

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PREFÁCIO

Lista de Siglas	11
-----------------	----

1	INTRODUÇÃO	15
2	METODOLOGIA	19
2.1	Estratégia empírica	21
3	PRINCIPAIS RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DAS GUARDAS MUNICIPAIS	25
3.1	Guardas Municipais Existentes: distribuição espacial e participação no diagnóstico nacional	25
3.2	Estrutura das Guardas Municipais	29
3.2.1	Institucionalização das Guardas Municipais	29
3.2.2	Unidades Especializadas	32
3.2.3	Guardas Municipais Armadas	35
3.2.4	Mecanismos de Controle	36
3.2.5	Estrutura Física	38
3.3	Recursos Humanos das Guardas Municipais	40
3.3.1	Efetivo previsto e existente	40
3.3.2	Perfil Sociodemográfico dos Profissionais que Atuam nas GMs	41
3.3.3	Perfil dos Profissionais por Cargo	43
3.3.4	Perfil profissional dos Comandantes ou Diretores	48
3.4	Valorização e Capacitação Técnica dos Membros da Guarda Municipal	49
3.4.1	Aspectos gerais da Capacitação Técnica	49
3.4.2	Áreas Temáticas abordadas nos cursos de formação	51
3.4.3	Programas de Atenção à Saúde e à Saúde Mental	52

3.5	Recursos Materiais e Equipamentos Disponíveis nas Guardas Municipais	56
3.5.1	Frota de veículos	56
3.5.2	Armas de fogo	57
3.5.3	Instrumentos de menor potencial ofensivo	58
3.5.4	Câmeras Corporais	60
3.5.5	Equipamentos de proteção	60
3.6	Atividades Executadas pelas Guardas Municipais	62
3.6.1	Atividades executadas	63
3.6.2	Atividades executadas, por categorias	67
3.6.3	Registro de ocorrências	69
3.6.4	Atuação referentes à violência contra as mulheres	70
3.7	Tecnologia da Informação Presente nas Guardas Municipais	73
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PAPEL DAS GUARDAS MUNICIPAIS NO SUSP	77
5	REFERÊNCIAS	83
6	ANEXOS	89

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos este Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais, realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em parceria com a Universidade Federal de Viçosa. Este documento é o resultado de um esforço conjunto e inédito de levantamento de dados, que visa fornecer uma compreensão aprofundada sobre a situação atual das Guardas Municipais no país, seu papel estratégico e os desafios que ainda precisam ser superados.

O presente diagnóstico foi concebido com o propósito de suprir uma lacuna histórica na produção de dados sobre o universo das Guardas. Por anos, a ausência de informações qualificadas e sistematizadas dificultou a formulação de políticas públicas mais assertivas e a articulação entre as diferentes esferas da segurança pública. O relatório que agora se torna público busca preencher essa lacuna, oferecendo um panorama robusto e multifacetado das corporações municipais, suas estruturas, efetivos, atribuições, desafios e conquistas.

Os resultados aqui apresentados oferecem um panorama das Guardas, revelando sua heterogeneidade e as distintas realidades regionais. Este diagnóstico não apenas quantifica efetivos e recursos, mas também qualifica a atuação dessas instituições.

O estudo mostra o crescimento da importância das Guardas no cenário de segurança, com um aumento notável em seu envolvimento em ações preventivas, como o patrulhamento escolar e o enfrentamento da violência doméstica e de gênero. Esses dados atestam a capacidade de adaptação e a relevância das Guardas na prevenção da violência e da criminalidade, o que requer uma abordagem especializada e próxima da comunidade.

Neste ponto, é crucial destacar a inquestionável relevância das Guardas Municipais no contexto do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A Lei nº 13.675/2018 instituiu o SUSP, que integra todos os entes federativos e suas respectivas instituições de segurança, com o objetivo de promover uma atuação sinérgica, coordenada e eficiente. As Guardas, com sua proximidade com a comunidade e seu conhecimento das dinâmicas locais, são peças fundamentais nesse ecossistema. Elas têm um papel insubstituível na prevenção de conflitos, na proteção do patrimônio municipal e dos cidadãos, e na garantia da ordem e da paz social. O fortalecimento e a valorização dessas instituições são, portanto, essenciais para a consolidação de um sistema de segurança mais robusto, que atenda de forma integral às necessidades de cada município.

O documento está estruturado para proporcionar uma análise detalhada e crítica sobre as Guardas, oferecendo não apenas os dados levantados, mas também insumos para que pesquisadores, gestores públicos, servidores e todos os interessados no tema possam debater e elaborar propostas que visem ao fortalecimento dessas instituições.

Para nós, este documento servirá como importante ponto de partida para a implementação de políticas públicas mais efetiva que possibilitarão ampliar a profissionalização, melhorar as práticas e fortalecer a confiança da sociedade nas Guardas Municipais.

Agradecemos à todos os gestores e profissionais das Guardas Municipais que dedicaram seu tempo à esta pesquisa, possibilitando sua realização.

Boa leitura!

MARIO LUIZ SARRUBBO

Secretário Nacional de Segurança Pública



PREFÁCIO

Este relatório provê informações sobre as Guardas Municipais (GMs) existentes no Brasil em termos da estrutura organizacional, efetivos, atribuições, equipamentos, formação, ações preventivas, articulações institucionais e o uso de tecnologias. A partir do contato com todos os municípios brasileiros, identificamos a existência de 1.238 Guardas Municipais e encaminhamos o formulário da pesquisa para todas elas. Entre janeiro e junho de 2025, recebemos respostas de 678 instituições, permitindo identificar a distribuição territorial das GMs, seu nível e padrão de institucionalização e suas práticas operacionais, oferecendo um panorama detalhado e inédito sobre a presença e as condições das Guardas Municipais em âmbito nacional. Destaca-se que apesar do esforço de levantamento censitário, as informações aqui apresentadas se referem aos dados obtidos a partir dos retornos das GMs encaminhados até junho de 2025, não sendo possível tecer inferências e extrapolações para todo o universo de interesse.

Em termos gerais, considerando a amostra disponível, este documento revela um cenário caracterizado por grandes desigualdades regionais. A distribuição das GMs concentra-se, principalmente, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. As regiões Norte e Centro-Oeste mostram uma adesão menos prevalente do modelo de Guarda Municipal. Em relação ao perfil, nota-se que muitas GMs ainda operam com efetivos reduzidos, predominantemente masculino, apresentando variações importantes em escolaridade, acesso à formação e porte de armas. O levantamento também destaca disparidades na implementação de políticas de prevenção à violência, particularmente contra as mulheres, uso de tecnologias de monitoramento e participação em redes interinstitucionais.

Entre os principais achados deste diagnóstico destacam-se: (i) a considerável heterogeneidade entre as Guardas, tanto em sua estrutura quanto em atribuições; (ii) o papel estratégico que algumas GMs exercem em ações preventivas e de proteção social; (iii) a fragilidade da formação continuada e da integração interinstitucional; e, (iv) a vulnerabilidade da articulação das Guardas com a política nacional estruturada para o fortalecimento destas corporações. Esses elementos, quando articulados aos achados legais e institucionais, indicam a importância e a urgência na adoção de diretrizes nacionais pelas GMs que assegurem um padrão mínimo de funcionamento, integração ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e valorização das Guardas como atores legítimos da segurança pública nacional.

Em síntese, evidencia-se que o fortalecimento das Guardas Municipais no Brasil depende da combinação da realização de diagnósticos empíricos abrangentes e periódicos, que promovam a observação e a escuta ativa; da compreensão contextualizada das práticas; e, da revisão do arcabouço normativo vigente. Este Diagnóstico das Guardas Municipais no Brasil, ao produzir uma visão integrada dessas dimensões, oferece um aporte técnico e analítico fundamental para a formulação de políticas públicas que reconheçam a diversidade territorial e institucional das GMs no país.

Lista de Siglas

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CISP - Central Integrada de Segurança Pública

FACEV – Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa
FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

GSEP - Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IREE - Instituto de Reformas e Relações entre Estado e Empresa

ONU - Organização das Nações Unidas

PCS – Plano de Cargos e Salários

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PM - Polícia Militar

PNSPDS - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

STF - Supremo Tribunal Federal

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime

The background is a solid dark blue. Overlaid on this are several white geometric shapes: a large circle in the lower-left, a large irregular shape in the upper-right, and several smaller overlapping rectangles and polygons in the center. A large, bold, white number '1' is positioned in the lower-right corner.

1



1. Introdução

Este documento sintetiza as principais conclusões obtidas pelo Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais, um documento pautado pelo convênio "Metodologias Integradas de Segurança Pública e Defesa Social Para Redução de Homicídios e Outros Crimes Violentos". Esta parceria, estabelecida por meio de Carta-Acordo, é fruto da união de esforços entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp/MJSP) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), no âmbito do Projeto BRA/20/016, e foi formalizada por meio do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UFV), com a interveniência da Fundação de Apoio à Cultura, Artes e de Educação para a Cidadania de Viçosa (FACEV).

A pesquisa objetivou a realização de um diagnóstico elaborado por meio de uma pesquisa qualiquantitativa de base multidisciplinar. Trata-se de um esforço articulado por meio de três frentes metodológicas complementares: um levantamento quantitativo (aplicação de questionário eletrônico enviado às GMs que confirmaram sua existência após consulta prévia realizada em todos os municípios brasileiros) uma abordagem qualitativa (visitas in loco a onze GMs selecionadas pela equipe de pesquisa e pelos técnicos da Senasp – Canoas (RS), Foz do Iguaçu (PR), Diadema (SP), Niterói (RJ), Piracicaba (SP), Contagem (MG), Várzea Grande (MT), Manaus (AM), Feira de Santana (BA), Petrolina (PE) e Sobral (CE)) e análise documental normativa. Cada uma dessas etapas contribuiu com dimensões distintas e interligadas para a compreensão da realidade institucional, operacional e normativa das GMs no contexto do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Ainda que considerando esta análise plural, as informações objetivas constantes deste relatório reúnem os resultados do levantamento nacional realizado por meio dos formulários eletrônicos recebidos até 30 de junho de 2025, sistematizando dados objetivos sobre estrutura, efetivo, atribuições, formação, monitoramento, ações preventivas, entre outros aspectos das GMs respondentes. O cruzamento entre dados objetivos, percepções empíricas e fundamentos legais permitiu traçar um retrato fiel da situação atual das GMs e também subsidiar propostas de aprimoramento institucional e normativo ancoradas na realidade concreta.

Em termos de estrutura, segue-se a este capítulo introdutório a apresentação sintética da metodologia utilizada na pesquisa e, na sequência, são apresentados os principais resultados alcançados, destacando as informações tidas por mais relevantes, dentro do amplo conjunto de dados coletados no levantamento. Por fim, são indicadas as considerações finais, que trazem uma síntese das reflexões sobre o papel das Guardas Municipais no Sistema Único de Segurança Pública.





2. Metodologia

A compreensão do processo de criação das Guardas Municipais (GMs) no Brasil pode ser compreendida por meio de um conjunto de teorias interligadas nas esferas da Segurança Pública, Administração Pública e Direito. Dentre os principais referenciais teóricos, sobressaem-se as teorias do policiamento comunitário¹, da segurança cidadã, do federalismo cooperativo e da descentralização administrativa, além das reflexões sobre o papel da municipalização na gestão de políticas públicas.

A teoria do policiamento comunitário constitui um dos pilares fundamentais para justificar a existência das GMs, pois propõe uma abordagem mais próxima, preventiva e dialógica com a população. Segundo Skolnick e Bayley (1986, 2006) e Ferreira e Borges (2020), o policiamento comunitário distingue-se das práticas do policiamento tradicional e pressupõe a criação de laços de confiança entre agentes de segurança e os moradores locais, deslocando o foco da repressão para a resolução de problemas e o fortalecimento do senso de pertencimento. Nesse contexto, as GMs representam uma resposta institucional à necessidade de maior proximidade e capilaridade da segurança pública no âmbito urbano (Quadro 2.1).

Quadro 2.1 - Polícia Tradicional versus Polícia Comunitária

Norteadores das práticas policiais	Pressupostos das práticas de Polícia Tradicional	Pressupostos das práticas de Polícia Comunitária
Objetivos da prática policial comunitária	Relacionamento distante: policial combatente, temido e inimigo do crime. Sociedade passiva e não responsável. Foco no incidente criminal	Ser conhecido e próximo da comunidade local. Sociedade ativa e corresponsável. Foco nos problemas da comunidade e no medo do crime
Gestão do policiamento comunitário	Centralizada e não participativa, com foco no orçamento e no efetivo	Descentralizada e participativa, com foco em programas educativos, preventivos e de relacionamento comunitário
Resultados esperados da prática policial comunitária	Alta capacidade de combate e enfrentamento do crime via punição. Consequentemente, infrator amedrontado e baixos índices criminais	Forte relacionamento com a comunidade, conquistando o respeito e o apoio de todos. Consequentemente, maior sensação de segurança e qualidade de vida, com a ausência do medo do crime e da desordem

Fonte: Ferreira e Borges, 2020.

Outra base teórica essencial é o princípio da segurança cidadã, que supera a concepção tradicional centrada apenas no combate ao crime, ampliando o foco para a proteção dos direitos e liberdades fundamentais (CANO, 2007). A teoria da nova gestão pública (New Public Management) também contribui para a compreensão do surgimento das GMs, ao enfatizar a busca por maior eficiência, responsabilização e prestação de contas na administração pública. De acordo com Osborne e Gaebler (1992), os governos locais são incentivados a desenvolver soluções inovadoras, muitas vezes em parceria com outros setores e com a sociedade civil. As Guardas Municipais, nesse sentido, surgem como dispositivos institucionais capazes de responder de forma flexível e especializada às demandas de segurança urbana, sobretudo em grandes centros e regiões metropolitanas.

¹ Como leitura complementar, sugere-se a leitura de Ferreira e Borges (2020). Godinho et al (2016) e Batitucci et al (2026).

Ademais, existe uma base jurídica significativa a ser considerada. O Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014) estabeleceu um marco normativo para a atuação das GMs, definindo princípios fundamentais como a salvaguarda dos direitos humanos, o uso diferenciado da força e a promoção da cidadania. Essa legislação fortalece o caráter preventivo e comunitário das Guardas, traçando uma identidade institucional que se distingue das forças policiais convencionais, o que está em harmonia com as abordagens contemporâneas de gestão urbana e segurança democrática.

Conforme apontado por Oliveira e Fernandes (2021), as Guardas Municipais têm seu foco na modalidade de polícia urbana, de acordo com a tipologia de Monjardet², com verdadeira vocação para o policiamento de ordem (ou de proximidade, comunitário) voltado para a promoção da cidadania, sendo, portanto, modelo de polícia cidadã. A realidade, no entanto, revela que o debate sobre a segurança pública municipal frequentemente se entrelaça com as atribuições e identidades socioprofissionais das Guardas Municipais.

Uma das principais vantagens da existência das Guardas Municipais é sua proximidade com a comunidade e com as dinâmicas urbanas locais. Por estarem territorialmente inseridas no cotidiano dos municípios, elas tendem a desenvolver ações mais ajustadas à realidade de bairros, escolas, praças, feiras e centros administrativos. Essa característica favorece a constituição de vínculos com os cidadãos, promove confiança mútua e amplia a capacidade de prevenção de delitos. Diferente das polícias estaduais, que muitas vezes operam com um distanciamento técnico ou jurisdicional, as GMs atuam dentro de uma lógica de policiamento de proximidade, em que a mediação de conflitos, o diálogo comunitário e o cuidado com o espaço urbano ganham centralidade.

Além disso, as GMs têm potencial para atuar em sinergia com as polícias militares e civis, especialmente em centros urbanos de médio e grande porte. Ao assumirem responsabilidades de patrulhamento ostensivo e preventivo, proteção de equipamentos e de agentes públicos, apoio a ações de trânsito e segurança em eventos, elas ajudam a otimizar todo o sistema de segurança pública permitindo que cada corporação se concentre em suas funções constitucionais específicas.

Considerando os retornos obtidos, a distribuição das GMs nas regiões brasileiras evidencia que o Sudeste é o principal polo destas instituições, tanto em números absolutos quanto em estrutura institucional. O Nordeste, por sua vez, se destaca pelo número significativo de municípios com Guardas, em termos proporcionais. Norte e Centro-Oeste apresentam os menores números de efetivos e municípios cobertos. No Sul, observa-se a presença das GMs especialmente nos estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O fortalecimento das GMs também reflete um deslocamento na lógica de segurança, cada vez mais municipalizada. Os gestores municipais passaram a enxergar nas Guardas Civis uma forma de demonstrar a presença do poder público e atender à população em demandas imediatas, como proteção escolar, patrulhamento de áreas comerciais e mediação de conflitos urbanos. A Lei nº 10.826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, trouxe a possibilidade de armamento da Guarda Municipal. Ademais, a Lei nº 13.022/2014, que regulamenta as Guardas Municipais, serviu como um marco legal para legitimar e expandir sua atuação, delimitando sua competência e corroborando a possibilidade de armamento e uso de tecnologias de policiamento.

Entretanto, essa possibilidade trouxe à tona desafios. A ausência de padronização entre as corporações, a falta de capacitação e de formação qualificada, a disparidade de recursos entre os municípios e a falta de integração plena com os demais ór-

² A tipologia de Monjardet é uma proposta do sociólogo francês Dominique Monjardet que busca compreender a complexidade do trabalho policial a partir de três formas distintas de atuação, classificadas como tipos ideais. Em vez de tratar a polícia como uma instituição homogênea, Monjardet argumenta que ela deve ser vista como um conjunto de práticas com finalidades, lógicas e dinâmicas próprias. Ele propõe a existência de três grandes categorias: a polícia de ordem, a polícia judiciária e a polícia administrativa.

gãos do sistema de segurança dificultam a consolidação das GMs como um ator efetivamente articulado. Em muitos casos, a expansão ocorre de forma pouco coordenada, sem plenos investimentos em formação continuada, controle externo e definição clara de funções. Isso pode comprometer não apenas a eficiência da atuação, mas também os princípios democráticos que devem orientar toda política pública de segurança.

2.1. Estratégia empírica

A abordagem empírica adotada para a realização da pesquisa integrou diversos mecanismos de ação, aliando técnicas qualitativas e quantitativas, distribuídas em quatro etapas principais. A primeira etapa, que ocorreu entre junho e novembro de 2024, focou na validação do questionário e na criação de um cadastro das instituições para a aplicação do instrumento de coleta de dados. Simultaneamente, começaram os preparativos para as viagens destinadas à realização de entrevistas em onze Guardas previamente selecionadas, que comporiam uma visão qualitativa dos temas de interesse.

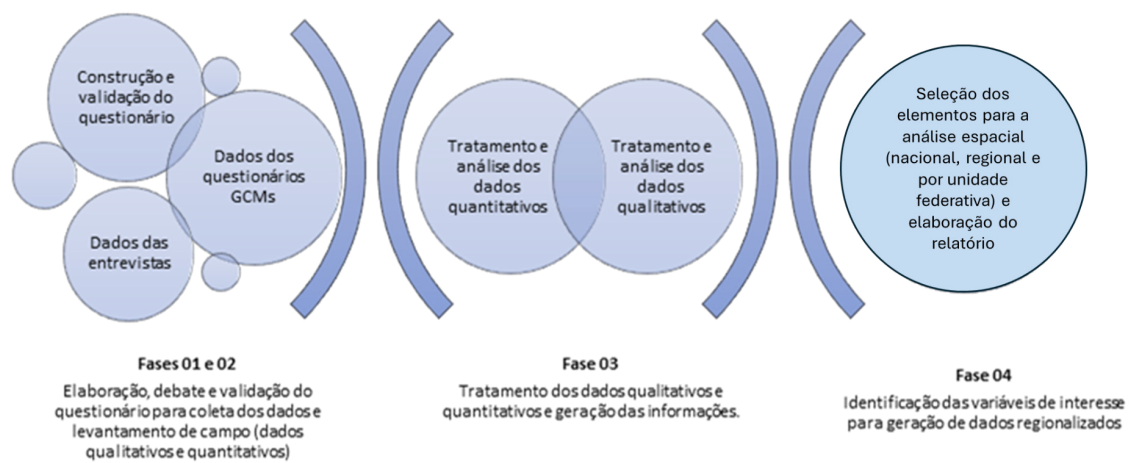
A segunda etapa consistiu no levantamento propriamente dito, cujo fluxo de informações mantém-se ativo junto a todas as GMs dispostas a participar. Este movimento teve início em janeiro de 2025 e vem sendo constantemente reforçado por uma série de medidas técnicas e contatos com as GMs, buscando obter o máximo de informações de qualidade. Para a elaboração deste relatório, foram consideradas as informações coletadas e processadas entre 3 de janeiro e 30 de junho de 2025.

Nesse âmbito, é importante ressaltar que o contato com as prefeituras de todos os municípios brasileiros teve seu início durante o período das eleições municipais e continuou na fase de organização das novas gestões, assim como na continuidade das administrações já estabelecidas. À medida em que a equipe técnica obtinha acesso aos dados cadastrais, tornou-se possível enviar às instituições o endereço eletrônico do formulário digital, garantindo a participação no preenchimento. Após essa primeira aproximação em nível nacional, a atenção foi direcionada a todos os municípios identificados como possuidores de GMs.

Neste ponto, é preciso realizar um breve detalhamento. Inicialmente, tomou-se por universo analítico os 1.322 municípios identificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) como possuidores de Guardas Municipais. Paralelamente, durante o processo de coleta, foi possível acessar o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apontava a existência de 1.467 Guardas Municipais no país. Visando chegar a um denominador quantitativo comum, e considerando o dinamismo que envolve a criação e extinção de GMs, diversas fontes de informação foram utilizadas ao longo do levantamento – dados coletados, registros disponíveis na internet, ligações telefônicas e contatos por e-mail com prefeituras. A partir desse cruzamento de informações, estabeleceu-se como parâmetro para a classificação a “comprovação legal de criação e existência de efetivo em atividade”, ou, ao menos, “existência de efetivo em atividade”, assim, foi identificado um total de 1.238 Guardas Municipais em operação no Brasil.

A terceira fase, que transcorreu simultaneamente à segunda, envolveu um fluxo contínuo de recepção, tratamento e organização dos dados em um painel interativo de informações, cujo desenvolvimento será mantido até a completa finalização da coleta junto às GMs que desejarem participar do levantamento. Por fim, a Fase 4 diz respeito à reflexão final sobre a melhor maneira de organizar as informações geradas – que são extremamente volumosas e detalhadas – em um documento que seja claro e objetivo, permitindo a visualização dos pontos mais relevantes do levantamento. Nesta última fase do trabalho, a equipe técnica da SENASP ocupou papel central na determinação dos conteúdos a serem visualizados. A Figura 2.1 sintetiza visualmente as diversas fases da elaboração deste relatório.

Figura 2.1. Esquema representativo das diferentes fases do percurso metodológico.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.





3

1



3

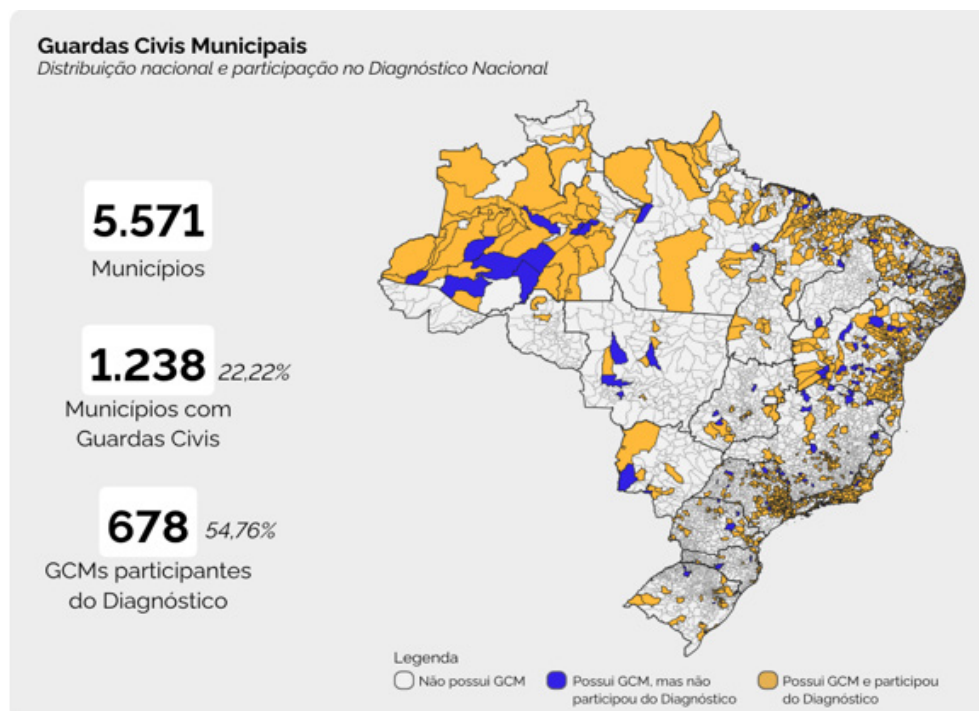
Principais resultados do Diagnóstico das Guardas Municipais

Os resultados obtidos no levantamento junto às GMs estão apresentados em uma sequência de subseções. Cada uma delas possui aderência com as diferentes áreas de cobertura do questionário aplicado e inclui reflexões colhidas junto às visitas presenciais às GMs selecionadas.

3.1. Guardas Municipais Existentes: distribuição espacial e participação no diagnóstico nacional

Esta subseção inaugural traz informações agregadas sobre as Guardas Municipais no Brasil. A proporção percentual de municípios com GM e a participação na pesquisa, assim como a representação geográfica das Guardas no território nacional, estão detalhadas na Figura 3.1.1. Além das informações apresentadas, uma análise minuciosa dessa distribuição e perfil está detalhadamente exposta na Tabela 3.1.1. Essa tabela proporciona uma visão abrangente e segmentada da presença das Guardas Municipais (GMs) nas diversas unidades da federação brasileira, bem como seu envolvimento na coleta de dados para este Diagnóstico.

Figura 3.1.1. Apresentação espacial do quantitativo – absoluto e percentual – de GMs no Brasil e indicação – absoluta e percentual – da participação no levantamento.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Tabela 3.1.1. Distribuição das GMs por Unidades Federativas (UFs).

Região	UF	Nº de Municípios	Nº de GMs identificadas	% GMs em relação ao total de mun.	% GMs em relação ao total	Nº de GMs respondentes	% Participação em relação ao total de GMs na UF	% Participação em relação ao total de GMs no Brasil
Centro - oeste	Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-
	Goiás	246	21	8,54%	1,70%	16	76,19%	2,36%
	Mato Grosso do Sul	79	6	7,59%	0,48%	6	100,00%	0,88%
	Mato Grosso	142	5	3,52%	0,40%	5	100,00%	0,74%
Nordeste	Alagoas	102	55	53,92%	4,44%	23	41,82%	3,39%
	Bahia	417	199	47,72%	16,07%	80	40,20%	11,78%
	Ceará	184	89	48,37%	7,19%	57	64,04%	8,39%
	Maranhão	217	104	47,93%	8,40%	43	41,35%	6,33%
	Paraíba	223	44	19,73%	3,55%	21	47,73%	3,09%
	Pernambuco	185	89	48,11%	7,19%	47	52,81%	6,92%
	Piauí	224	14	6,25%	1,13%	9	64,29%	1,33%
	Rio Grande do Norte	167	38	22,75%	3,07%	18	47,37%	2,65%
	Sergipe	75	21	28,00%	1,70%	14	66,67%	2,06%
Norte	Pará	144	31	21,53%	2,50%	20	64,52%	2,95%
	Tocantins	139	7	5,04%	0,57%	5	71,43%	0,74%
	Acre	22	-	-	-	-	-	-
	Amazonas	62	36	58,06%	2,91%	14	38,89%	2,06%
	Amapá	16	6	37,50%	0,48%	4	66,67%	0,59%
	Rondônia	52	2	3,85%	0,16%	1	50,00%	0,15%
	Roraima	15	5	33,33%	0,40%	1	20,00%	0,15%
Sudeste	Espírito Santo	78	17	21,79%	1,37%	9	52,94%	1,33%
	Minas Gerais	853	70	8,21%	5,65%	45	64,29%	6,63%
	Rio de Janeiro	92	79	85,87%	6,38%	43	54,43%	6,33%
	São Paulo	645	213	33,02%	17,21%	134	62,91%	19,73%

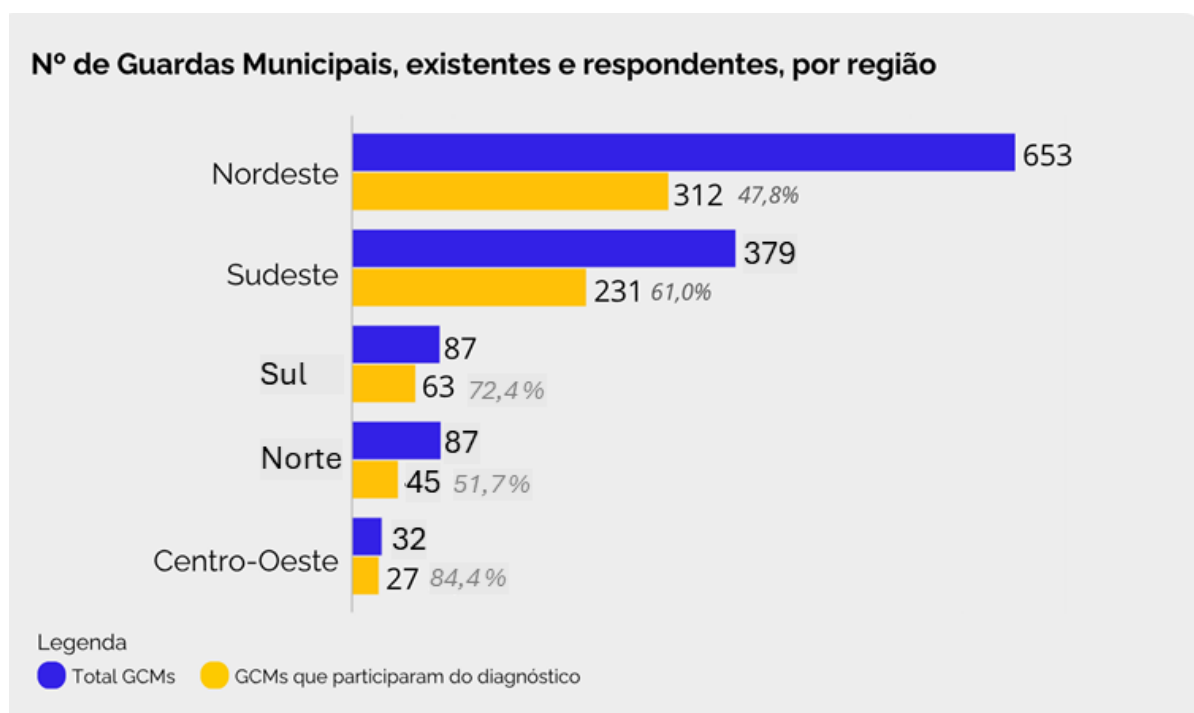
Sul	Paraná	399	40	10,03%	3,23%	31	77,50%	4,57%
	Rio Grande do Sul	497	32	6,44%	2,58%	20	62,50%	2,95%
	Santa Catarina	295	15	5,08%	1,21%	12	80,00%	1,77%
Total		5.571	1.238	22,22%	100%	678	54,77%	100%

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025, MJSP.

Os dados revelam não apenas a capilaridade territorial dessas instituições, mas também a adesão a iniciativas para a elaboração do diagnóstico, o que reflete diferenças institucionais e regionais significativas para a formulação de políticas de segurança urbana.

Os dados do Diagnóstico evidenciam que o Nordeste concentra a maioria absoluta das Guardas Municipais no país (653 instituições, 52,75% do total nacional), com destaque para Bahia (199) e Maranhão (104). O Sudeste ocupa a segunda posição, reunindo 379 GMs (30,61%), distribuídas sobretudo em São Paulo (213) e Rio de Janeiro (79). O Sul e o Norte contam, cada um, com 87 instituições (7,0%), enquanto o Centro-Oeste possui apenas 32 (2,6%).

A intersecção entre o número de municípios e a quantidade de GMs fornece elementos significativos para análise. Minas Gerais, por exemplo, possui uma alta capilaridade municipal, mas uma baixa cobertura de GMs. Em contraste, Alagoas, com 102 municípios, conta com 55 Guardas, demonstrando uma forte institucionalização. Esses dados ressaltam que o tamanho da unidade federativa não é necessariamente indicativo da presença ou da qualidade das estruturas municipais de segurança.

Figura 3.1.1. Número de guardas municipais existentes e respondentes por região

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025, MJSP.

Na participação no levantamento (Figura 3.1.1.), o Centro-Oeste apresentou a maior taxa de resposta (84,4% das GMs existentes), seguido do Sul (72,4%). O Sudeste também teve engajamento superior à média nacional, com 61% de respostas, enquanto o Nordeste, embora concentre o maior número absoluto de GMs (653), registrou apenas 47,8% de participação. No Norte, a taxa foi de 51,7%. Esses resultados mostram que a representatividade relativa foi mais elevada no Centro-Oeste e Sul, ainda que, em termos absolutos, o Nordeste e o Sudeste tenham contribuído com o maior número de respostas.

Em termos de porte populacional, observa-se que 29,73% das GMs identificadas são de municípios entre 20 e 50 mil habitantes; outros 22,29% são de municípios entre 20 e 50 mil habitantes e 18,17% de municípios entre 100 e 500 mil habitantes. Quanto à participação no Diagnóstico, 48,82% das GMs respondentes são de municípios acima de 50 mil habitantes, e a adesão à esta pesquisa foi maior nos municípios acima de 500 mil habitantes (86,36%), e entre 100 e 500 mil habitantes (76,00%) (Tabela 3.1.2).

Tabela 3.1.2 - Guardas Municipais existentes e respondentes, por Classe Populacional

Classe populacional	Municípios com Guarda Municipal		Responderam		
	N. abs.	% das GCMs existentes	Qte.	% de respondentes por classe populacional	% das respondentes
Até 5 mil	34	2,75%	12	35,29%	1,77%
5 a 10 mil	98	7,92%	31	31,63%	4,57%
10 a 20 mil	276	22,29%	99	35,87%	14,60%
20 a 50 mil	368	29,73%	205	55,71%	30,24%
50 a 100 mil	193	15,59%	122	63,21%	17,99%
100 a 500 mil	225	18,17%	171	76,00%	25,22%
Maior que 500 mil	44	3,55%	38	86,36%	5,60%
Total	1238	-	678	54,77%	-

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.2. Estrutura das Guardas Municipais

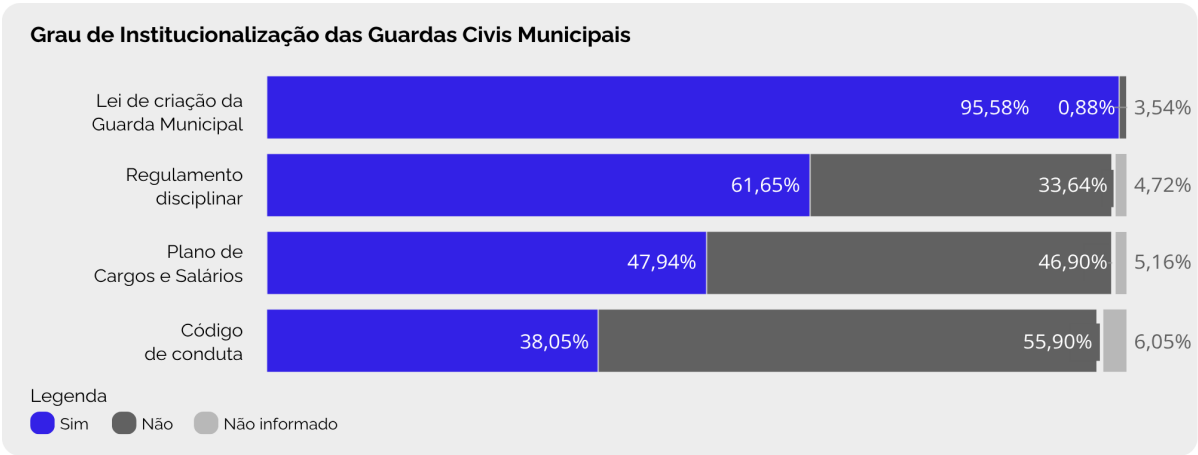
3.2.1. Institucionalização das Guardas Municipais

Nesta seção, são apresentados os resultados da pesquisa sobre o grau de institucionalização das Guardas Municipais (GMs) participantes da pesquisa. A Figura 3.2.1 ilustra os resultados nacionais sobre o grau de institucionalização das Guardas Municipais, a partir da existência de instrumentos normativos e administrativos internos.

O dado mais significativo é a presença de uma lei de criação da GM, presente em 95,58% dos municípios respondentes, o que sugere uma ampla formalização legal da instituição em nível local.

Quanto aos instrumentos de regulação funcional, 61,65% declararam possuir reglamento disciplinar, enquanto uma parte considerável (33,64%) ainda não o possui. 47,94% dos municípios respondentes informaram possuir um Plano de Cargos e Salários, diante de outros 46,90% não o possuem. Já o código de conduta é o instrumento menos frequente, presente em apenas 38,05% dos municípios, enquanto 55,90% informaram não o possuir.

Figura 3.2.1. Grau de institucionalização das Guardas Municipais

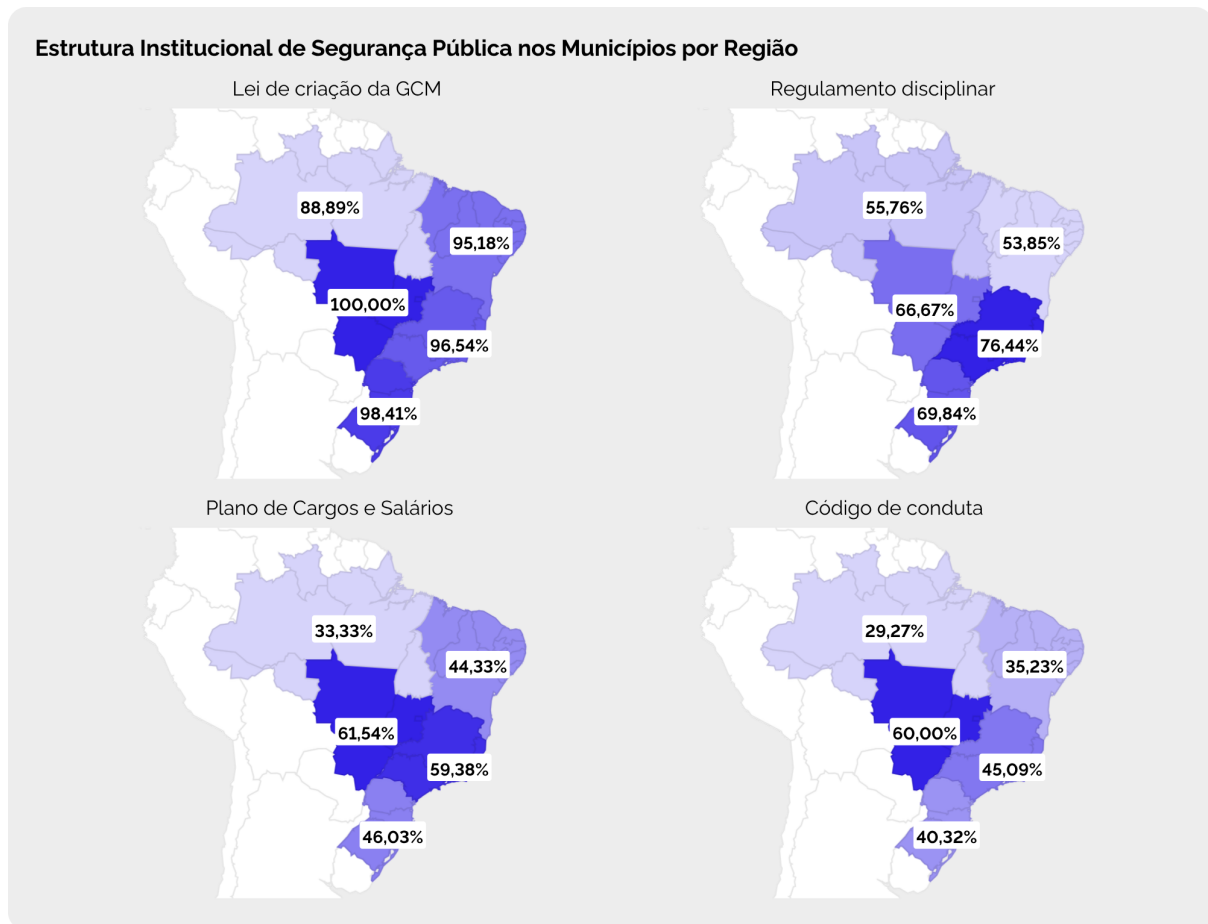


Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

A Figura 3.2.2 ilustra os resultados por região em relação ao nível de institucionalização das Guardas Municipais, com base na existência de quatro ferramentas essenciais: a sua lei de criação, o regulamento disciplinar, o plano de cargos e salários e o código de conduta.

Em todas as regiões, a lei de criação da GM está presente em mais de 85% dos municípios respondentes, alcançando 100% no Centro-Oeste e 98,41% no Sul. O regulamento disciplinar aparece em maior proporção no Sudeste (76,44%), seguido do Sul (69,84%) e do Centro-Oeste (66,67%), enquanto Norte apresenta 55,76% e Nordeste apenas 53,85%.

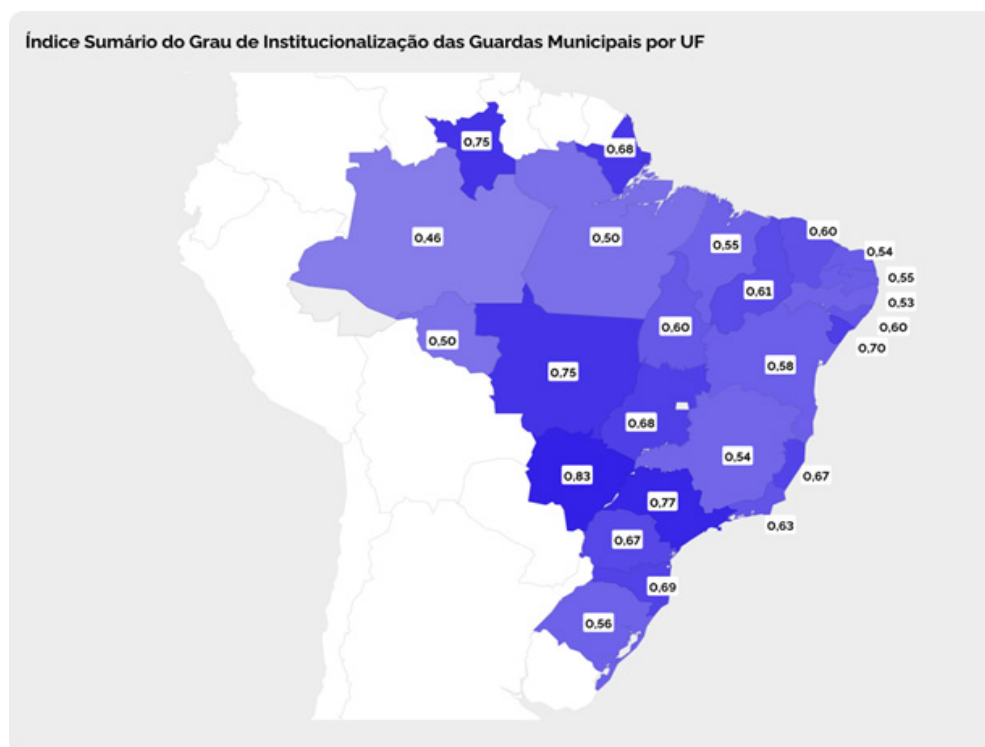
O plano de cargos e salários é mais frequente no Centro-Oeste (61,54%), seguido pelo Sudeste (59,38%) e Sul (46,03%), contrastando com os percentuais menores do Nordeste (44,33%) e Norte (33,33%). Já o código de conduta apresenta índices baixos em todas as regiões, com maior prevalência no Centro-Oeste (60%) e Sudeste (45,09%), e em patamares reduzidos no Nordeste (35,23%) e Norte (29,27%).

Figura 3.2.2. Grau de institucionalização das Guardas Municipais, por Região

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Além das análises segmentadas, os quatro componentes indicados - legislação que estabelece a Guarda; existência de regulamento disciplinar; existência de plano de cargos e salários; e existência de código de conduta - foram agregados na conformação de um índice que sintetiza a situação por unidade da Federação, possibilitando a comparação do nível de formalização das Guardas Municipais em todo o território nacional (Figura 3.2.3). Este índice foi construído a partir da média simples dos percentuais dos municípios que afirmaram "sim" à presença dos quatro instrumentos institucionais supramencionados e transformado para uma escala de 0 a 1, sendo 0 ausência total e 1 presença total de institucionalização.

A análise desse índice revela que os níveis mais elevados de institucionalização estão concentrados nos estados da região Centro-Sul, com destaque especial para Mato Grosso do Sul (0,83), São Paulo (0,77) e Mato Grosso (0,75). Na região Norte o destaque o estado de Roraima (0,75). Em contrapartida, os índices mais baixos são observados no Amazonas (0,46) e Rondônia (0,50), evidenciando as disparidades regionais.

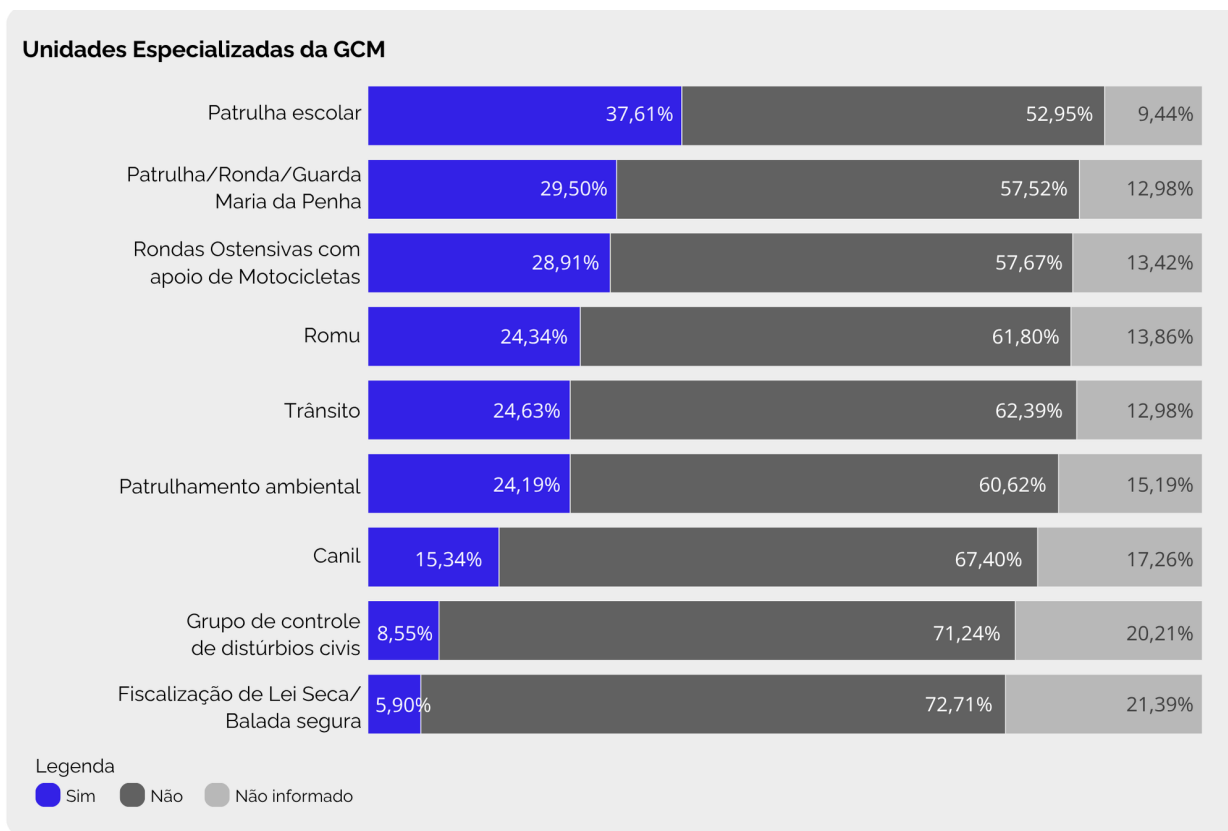
Figura 3.2.3. Índice Sumário do Grau de Institucionalização das Guardas Municipais, por UF

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Enquanto as Guardas Municipais avançam em sua formalização legal e forma de ingresso, a implementação de regulamentos internos e planos de carreira ainda é um desafio. Esses instrumentos são fundamentais para a profissionalização, a transparência e a legitimidade das instituições perante a sociedade.

3.2.2. Unidades Especializadas

A análise dos dados sobre as unidades especializadas das Guardas Municipais indica que a presença dessas estruturas permanece limitada, na maioria dos municípios brasileiros. A Patrulha Escolar é a unidade especializada mais frequente, presente em 37,61% das GMs respondentes. Em seguida aparecem a Patrulha Maria da Penha (29,50%) e as Rondas Ostensivas com apoio de Motocicletas (28,91%). Também se destacam a ROMU (24,34%) e o Patrulhamento de Trânsito (24,63%), enquanto iniciativas como Patrulhamento Ambiental (24,19%), Canil (15,34%), Controle de Distúrbios Cíveis (8,55%) e Lei Seca/Balada Segura (5,90%) são menos disseminadas (Figura 3.2.4.).

Figura 3.2.4. Distribuição percentual das unidades especializadas nas GMs respondentes, por tipo

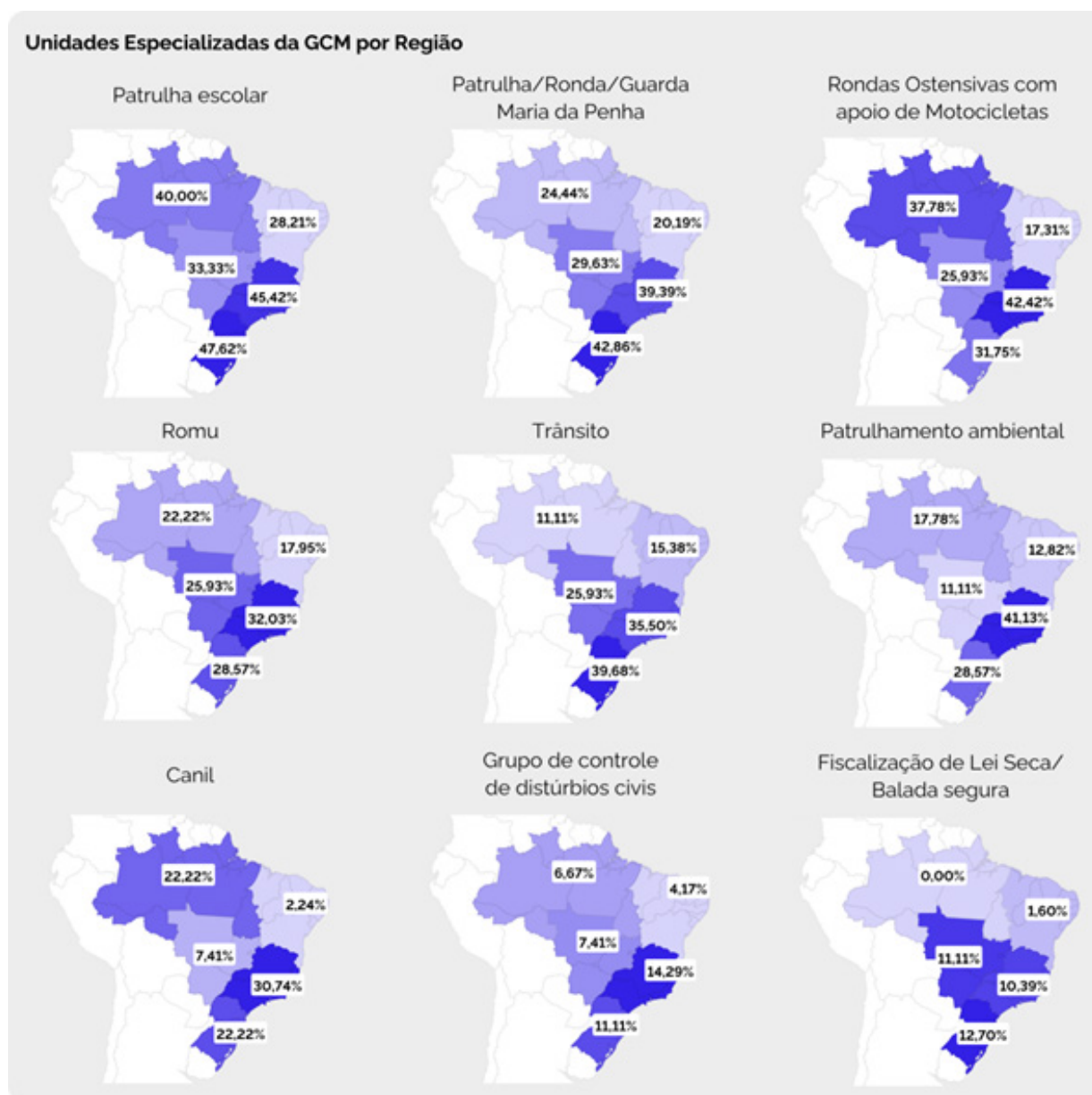
Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Seguindo a avaliação, no que se refere à análise regional das unidades especializadas das Guardas Municipais respondentes, há um padrão bastante desigual entre as diferentes regiões do país. As regiões Sudeste e Sul concentram os maiores percentuais de municípios com unidades especializadas, em praticamente todas as categorias analisadas. O Sudeste lidera em iniciativas como Rondas Ostensivas com Motocicletas (42,42%), Patrulhamento Ambiental, (41,13%), Romu (32,03%), Canil (30,74%) e Grupo de Controle de Distúrbios Civis (14,29%), indicando uma estruturação mais organizada das GMs nesses estados.

A Região Sul também se destaca, com percentuais elevados em diversas categorias, como Patrulha Escolar (47,62%), Patrulha e Ronda Maria da Penha (42,86%), ROMU (28,57%), Trânsito (39,68%) e Fiscalização de Lei Seca (12,70%). No Centro-Oeste, chama atenção o maior percentual da Patrulha Ronda Maria da Penha (29,63%) e de Rondas Ostensivas com apoio de Motocicletas (25,93%), Trânsito (25,93%) e Romu (25,93%).

Por outro lado, as regiões Nordeste e Norte apresentam os menores percentuais, com destaque para a baixa implementação de unidades especializadas, especialmente nas categorias de maior exigência operacional, como ROMU, Canil, Grupo de Controle de Distúrbios Civis e Fiscalização de Lei Seca/Balada Segura. Em várias dessas categorias, os percentuais não ultrapassam 25% dos municípios (Figura 3.2.5.).

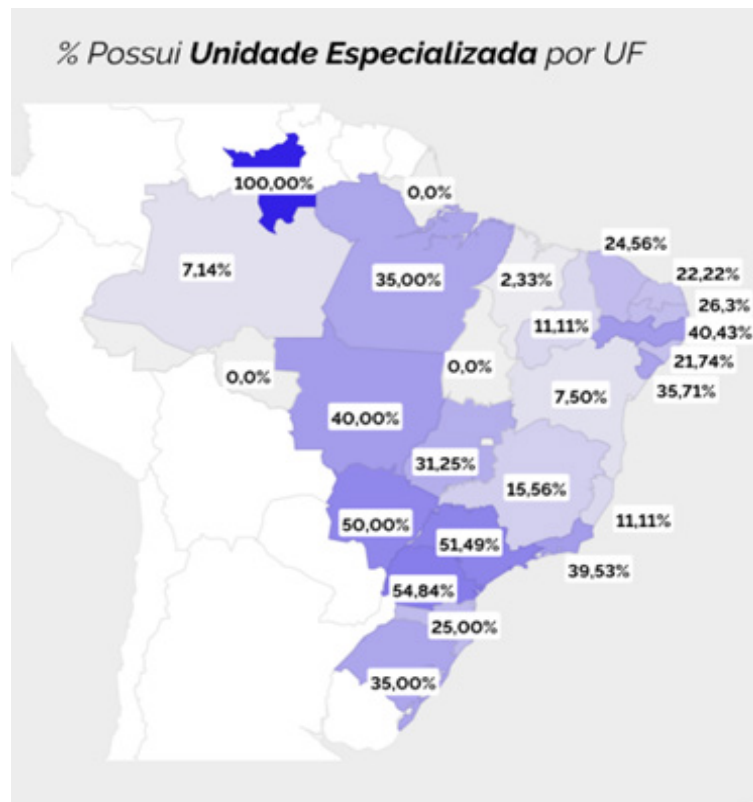
Figura 3.2.5. Análise regional das unidades especializadas das Guardas Municipais.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Ainda com relação aos serviços especializados, vale ressaltar os dados sobre a atuação das Guardas Municipais no enfrentamento à violência contra as mulheres. De forma geral, identificou-se ainda uma baixa presença de estruturas especializadas. Estas unidades apresentaram as seguinte distribuição regional: Sul (42,86%), Sudeste (40,69%) e Centro-Oeste (37,04%) e percentuais abaixo de 20% nas regiões Norte e Nordeste.

Além disso, em destaques por Unidade Federativa, além de Roraima, que teve resposta de uma Guarda apenas, vale mencionar altos índices de unidades especializadas em GMs do Paraná (54,84%), São Paulo (51,49%) e Mato Grosso do Sul (50%). Em contra posição, não possuem Patrulhas/ Ronda/ Guarda Maria da Penha, as GMs respondentes do Tocantins, Rondônia e Amapá.

Figura 3.2.6. Patrulha/ Ronda/ Guarda Maria da Penha por Unidade Federativa

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Entre as Guardas Municipais que contam com unidades especializadas no combate à violência contra as mulheres, 195 delas relataram reunir um total de 2.211 profissionais, o que resulta em uma média de cerca de 11 profissionais por unidade especializada.

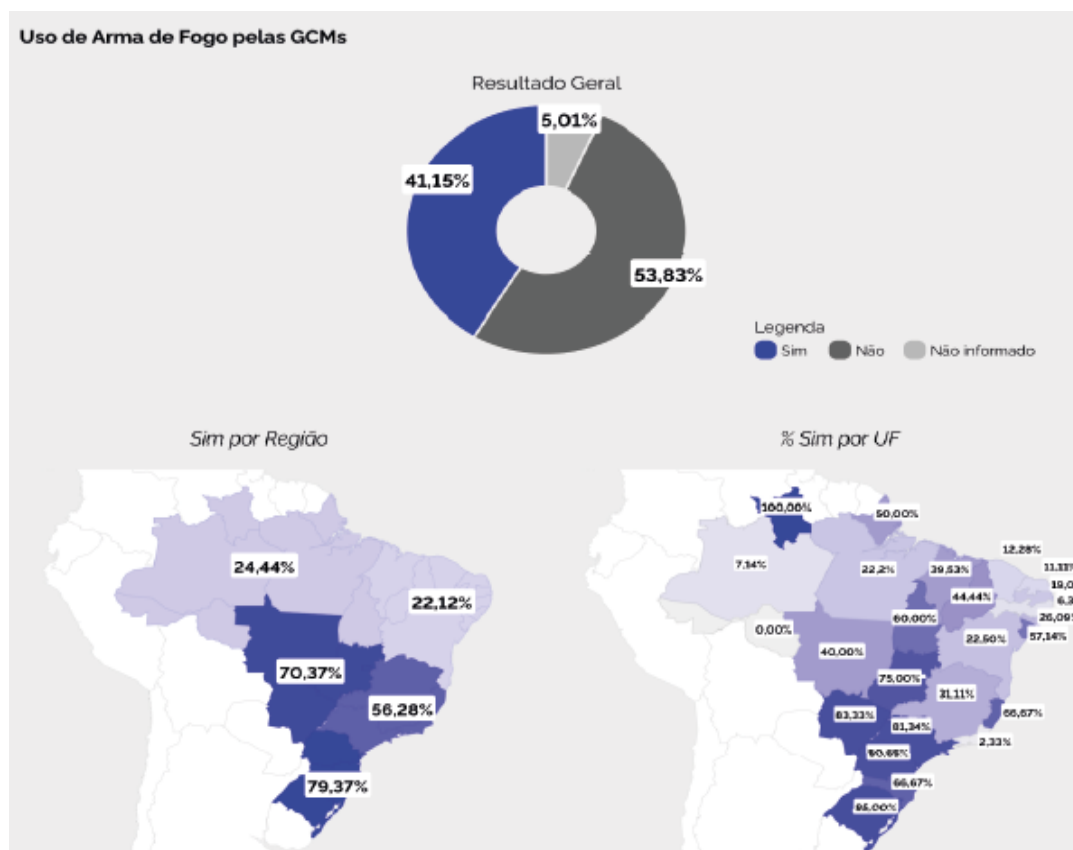
3.2.3. Guardas Municipais Armadas

Passando para um tópico seguinte, os dados sobre o uso de arma de fogo pelas Guardas Municipais indicam que 41,15% dos municípios participantes utilizam esse tipo de armamento, enquanto 53,83% declararam não utilizar. (Figura 3.2.7).

A análise regional mostra um padrão de concentração nas regiões Centro-oeste e Sul, onde o percentual de GMs armadas é significativamente mais elevado. O Sul lidera, com 79,37% dos municípios com GMs utilizando arma de fogo, seguido do Centro-Oeste (70,37%) e Sudeste (56,28%) (Figura 3.2.7).

No recorte por Unidade da Federação, os estados com os maiores percentuais de GMs armadas são: Rio Grande do Sul (85%), Mato Grosso do Sul (83,33%), São Paulo (81,34%), Paraná (80,65%) e Goiás (75%). Por outro lado, os menores percentuais estão nos seguintes estados: Rondônia (0,0%), Rio de Janeiro (2,33%), Pernambuco (6,38%), Amazonas (7,14%), Ceará (12,28%) e Rio Grande do Norte (11,11%). Roraima mostra 100% de uso de arma de fogo, mas cabe destacar que das 5 GMs existentes em Roraima temos apenas a resposta de Boa Vista, precarizando o significado da leitura deste percentual.

Figura 3.2.7. Guardas Municipais Armadas.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

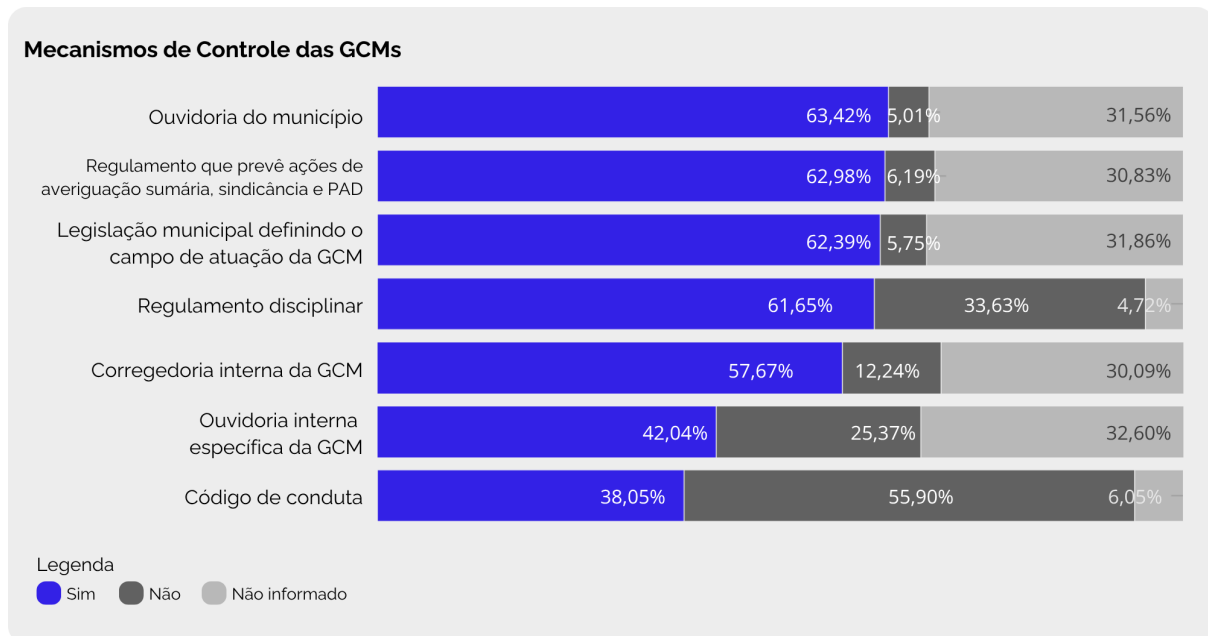
3.2.4. Mecanismos de Controle

Os dados indicam que os mecanismos de controle mais comuns são aqueles vinculados à estrutura administrativa geral do município. 63,42% das GMs respondentes contam com uma Ouvidoria Municipal e 62,39% possuem regulamento que prevê ações de averiguação sumária, sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Além disso, 62,98% dos municípios presentes no Diagnóstico afirmaram ter legislação municipal que define o campo de atuação da GM, o que representa um importante marco normativo para delimitação das funções da Guarda (Figura 3.2.8).

A presença de Corregedorias internas nas GMs é observada em 57,67% dos municípios, demonstrando um nível razoável de estruturação de mecanismos internos de controle disciplinar. Já a existência de código de conduta ou regulamento disciplinar próprio é um pouco menos frequente, estando presente em 53,24% dos casos. Por outro lado, o mecanismo menos comum é a Ouvidoria interna específica da GM, presente em 42,04% dos municípios.

Entre as 273 Guardas Municipais que informaram dispor de efetivo atuando em suas ouvidorias, registrou-se um total de 601 profissionais, o que corresponde a uma média de 2,2 servidores por ouvidoria. Ressalta-se, ainda, que em apenas 11,8% das guardas municipais, existe uma capacitação especializada para atuar nas ouvidorias.

De forma geral, os resultados mostram que, embora exista uma base de instrumentos de controle institucionalizados nas GMs, há espaço para avanços, especialmente no fortalecimento de estruturas internas próprias, como corregedorias e ouvidorias específicas.

Figura 3.2.8. Mecanismos de controles existentes nas Guardas Municipais.

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

A análise regional dos mecanismos de controle das Guardas Municipais respondentes evidencia um padrão já observado em outras dimensões da estrutura organizacional: maior presença de instrumentos formais nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A Região Sul apresenta os maiores percentuais em praticamente todos os mecanismos avaliados, com destaque para:

Legislação municipal definindo o campo de atuação da GM (77,78%).

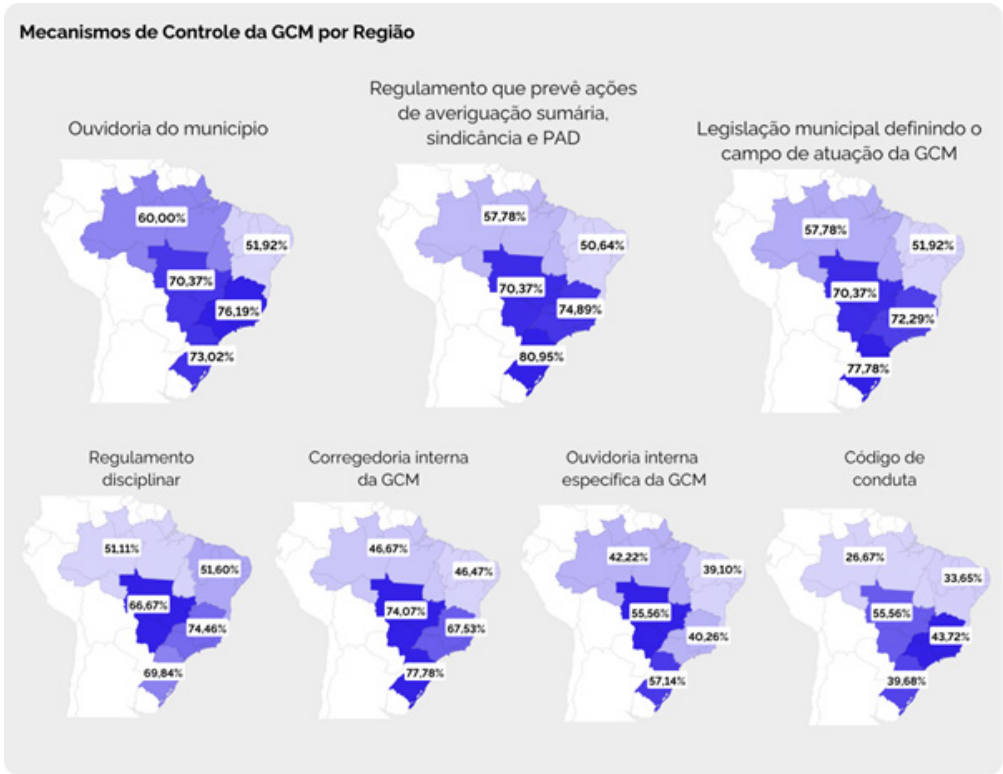
Regulamento de averiguação sumária, sindicância e PAD (80,95%).

Corregedoria interna da GM (77,78%).

Ouvidoria interna da GM (57,14%).

O Sudeste também apresenta altos percentuais, com valores acima de 70% em itens como ouvidoria do município, legislação própria, regulamentação de PAD e regulamento disciplinar, além de destaque na presença de corregedorias internas (67,53%). O Centro-Oeste surge como uma terceira região com desempenho intermediário, especialmente em itens como corregedoria interna (74,07%) e 70,37% para os 3 itens: legislação municipal, regulamento de sindicância e ouvidoria do município, aproximando-se dos percentuais do Sul e Sudeste. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste apresentam os menores percentuais na maioria destes indicadores, com necessidade de aprimoramento especialmente da ouvidoria interna específica da GM, sendo 39,10% no Nordeste e 42,22% na região Norte, e da presença de código de conduta, sendo 33,65% no Nordeste e 26,67% na região Norte. A distribuição regional é apresentada na Figura 3.2.9.

Figura 3.2.9. Mecanismos de controles existentes nas Guardas Municipais, por região.

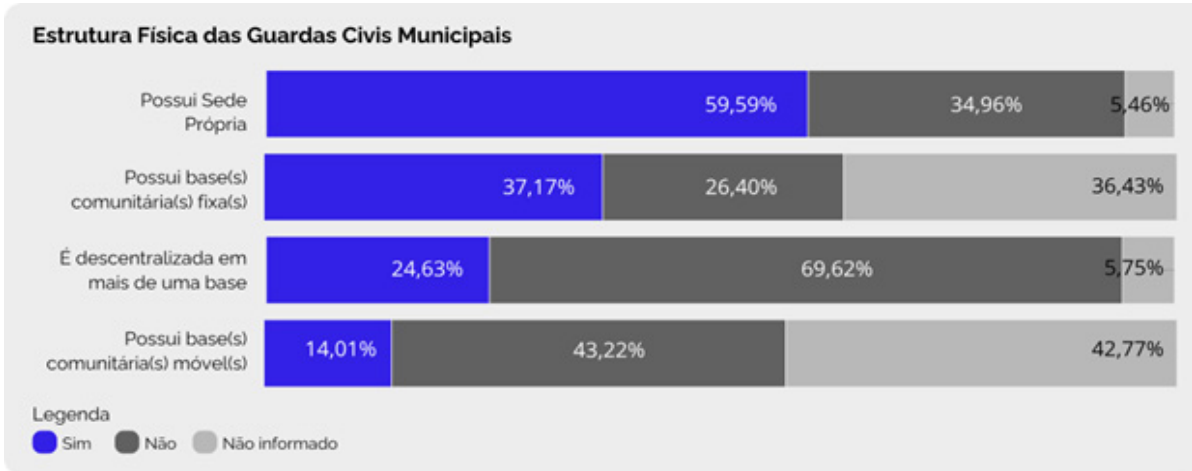


Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.2.5. Estrutura Física

Dando início às análises quanto à estrutura física das Guardas Municipais, a Figura 3.2.10 exibe os dados das instituições respondentes, considerando aspectos como a presença de sede própria, a existência de bases comunitárias e a descentralização em mais de uma base. Como pode ser observado, 59,59% das Guardas possuem sede própria. Já 37,17% das Guardas informaram possuir base comunitária fixa e 24,63% estrutura descentralizada em mais de uma base. A presença de bases móveis é ainda pouco comum, com apenas 14,01% dos municípios respondentes indicando sua existência.

Figura 3.2.10. Tipos de estrutura física das Guardas Municipais.



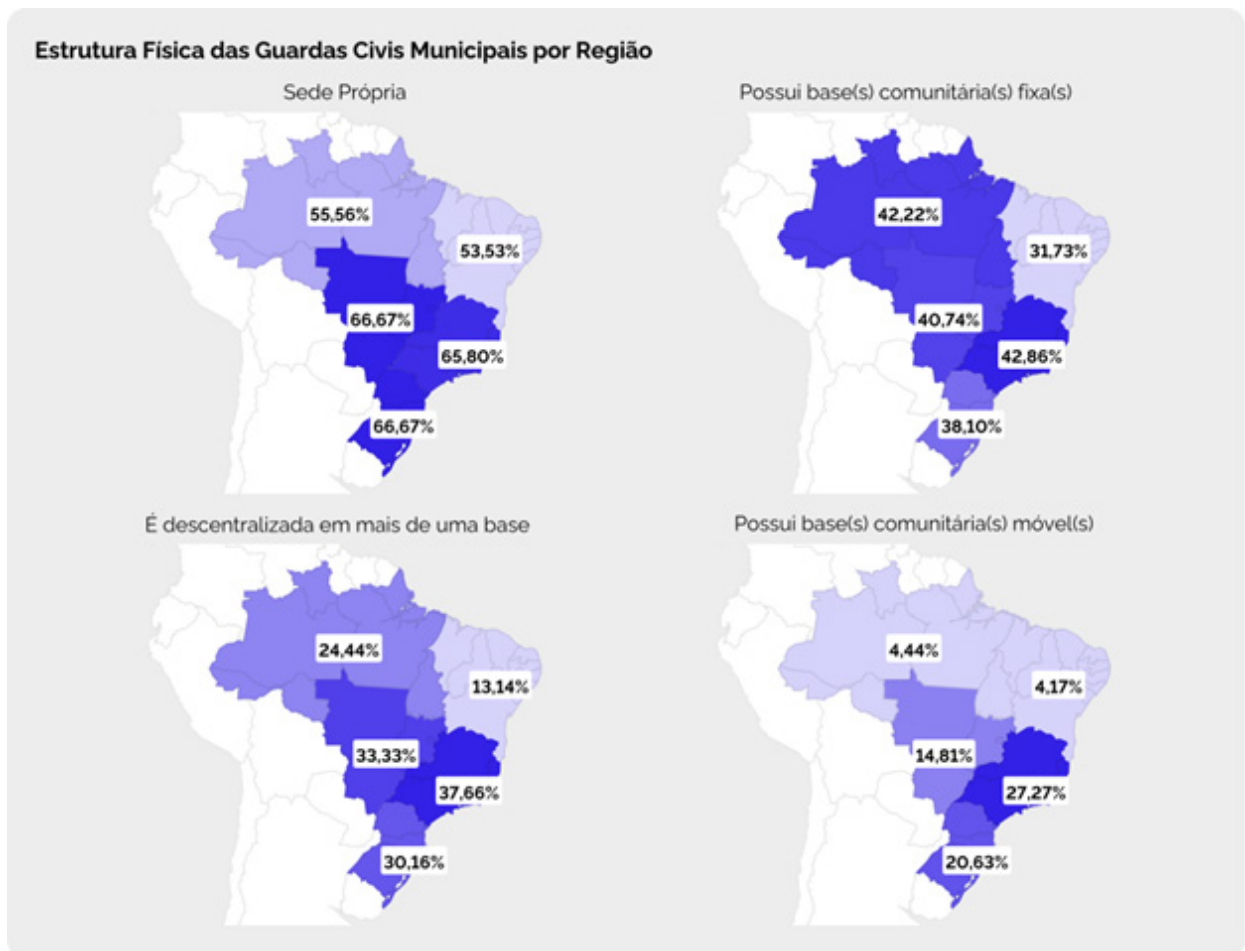
Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

A Figura 3.2.11. apresenta a distribuição regional dos principais elementos da estrutura física das Guardas Municipais objeto do presente estudo. Observa-se que as regiões Centro-oeste e Sul concentram o maior percentual de Guardas com sede própria (66,67%).

Em relação às bases comunitárias fixas, os percentuais são relativamente elevados em todas as regiões: o Sudeste lidera com 42,86%, seguido das regiões Norte (42,22%) e Centro-Oeste (40,74%), enquanto o Sul (38,10%) e o Nordeste (31,73%) apresentam índices menores.

Já a descentralização em mais de uma base mostra grande variação: Sudeste (37,66%) e Centro-Oeste (33,33%) se destacam, seguidos pelo Sul (30,16%) e pelo Norte (24,44%), enquanto o Nordeste apresenta apenas 13,14%. Quanto às bases comunitárias móveis, o cenário revela baixa difusão nacional, embora o Sudeste (27,27%) e o Sul (20,63%) possuam percentuais expressivos, nas demais regiões não há prevalência dessas estruturas - Centro-Oeste (14,81%), ao Norte (4,44%) e ao Nordeste (4,17%).

Figura 3.2.11. Tipos de estrutura física das Guardas Municipais, por região.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.3. Recursos Humanos das Guardas Municipais

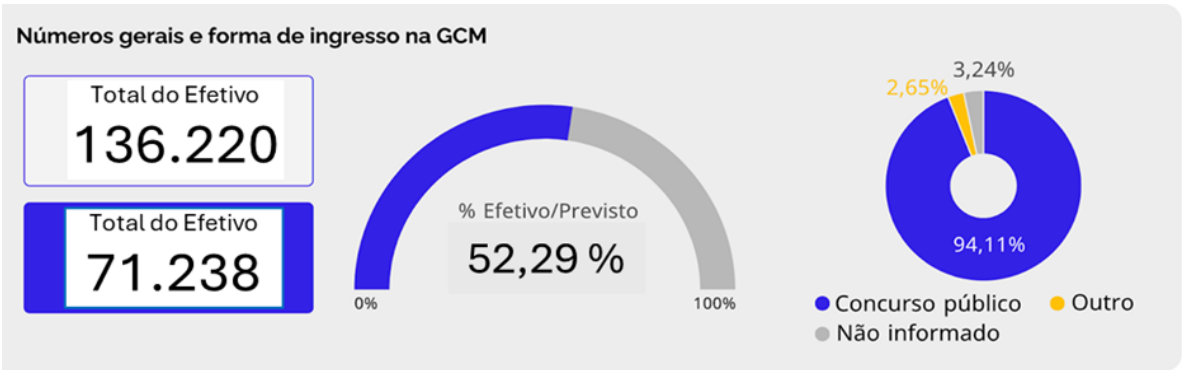
3.3.1. Efetivo previsto e existente

Com relação aos Recursos Humanos, do total de 678 Guardas Municipais respondentes, 598 trouxeram informações sobre o tamanho do efetivo atual, totalizando 75.705 profissionais.

A Figura 3.3.1 ilustra os dados gerais e as formas de ingresso nas Guardas Municipais respondentes. A partir das informações fornecidas por 548 GMs conseguimos avaliar a ocupação das vagas disponíveis no Brasil. O total de vagas previstas por lei para estas instituições é de 136.220, enquanto o efetivo atualmente em atividade é de 71.238, representando 52,29% da ocupação das vagas disponíveis. Essa estatística revela um significativo déficit de efetivo, com quase metade dos cargos ainda vagos, o que pode afetar a capacidade operacional das guardas municipais em várias localidades.

No que diz respeito à forma de ingresso, nota-se um padrão claramente institucionalizado: 94,11% do efetivo são admitidos por meio de concurso público, evidenciando a conformidade com as normas legais de acesso ao serviço público e reforçando a legitimidade das corporações. Apenas 2,65% dos profissionais das GMs que responderam ao questionário ingressaram por outras vias (processo seletivo ou contratação direta), o que configura uma exceção pontual ao padrão estabelecido.

Figura 3.3.1. Números gerais e forma de ingresso na GM.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

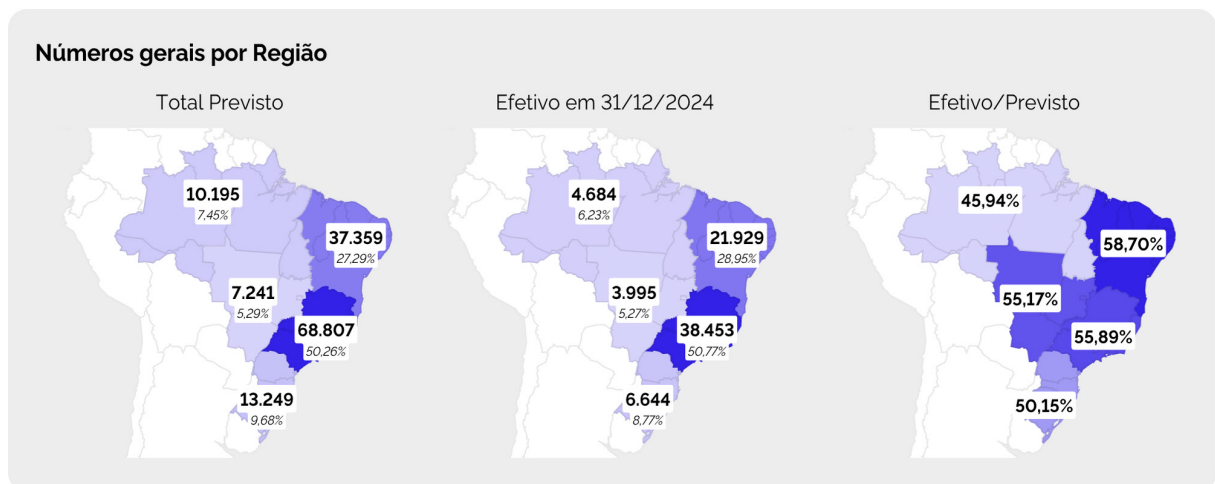
Nota: Informações sobre efetivo previsto em lei e efetivo existente foram fornecidas por 548 Guardas Municipais.

A Figura 3.3.2. apresenta uma visão detalhada dos números gerais das Guardas Municipais em cada região do Brasil, destacando o total de efetivo previsto, o efetivo existente em 31 de dezembro de 2024 e a relação entre esses dois valores. Os dados expostos revelam a distribuição regional do efetivo das Guardas Municipais respondentes em relação ao total estipulado, evidenciando discrepâncias significativas no alcance das metas traçadas.

A região Sudeste se destaca ao concentrar mais da metade do total previsto no país, com 68.807 profissionais, representando 50,26% do total nacional, e mantém, até 31/12/2024, o maior efetivo registrado, com 38.453 agentes, correspondendo a 50,77% do que foi previsto. Logo em seguida, está o Nordeste, que conta com 37.359 profissionais previstos (27,29%) e 21.929 efetivamente alocados (28,95%), posicionando-se como a segunda região com maior efetivo de guardas. A região Sul apresenta 13.249 profissionais previstos (9,68%) e 6.644 em atividade (8,77%), enquanto o Norte registra 10.195 previstos (7,45%) e 4.684 efetivos (6,23%). Por fim, o Centro-Oeste figura com o menor contingente: 7.241 previstos (5,29%) e apenas 3.995 efetivos (5,27%).

Quando se compara o efetivo real com o previsto, o Nordeste apresenta o melhor desempenho relativo, alcançando 58,7%. Em seguida, vem o Sudeste (55,89%), o Centro-Oeste (55,17%) e o Sul (50,15%), todos em torno da metade do contingente esperado. O Norte, por outro lado, revela o índice mais baixo, com apenas 45,94% do efetivo previsto efetivamente incorporado, o que aponta para maiores fragilidades na estrutura da instituição.

Figura 3.3.2. Distribuição regional das vagas previstas para as GMs, o efetivo e a proporção (efetivo/previsto)



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.3.2. Perfil Sociodemográfico dos Profissionais que Atuam nas GMs

A análise do perfil sociodemográfico e educacional dos profissionais que atuam nas GMs (Tabela 3.3.1.) foi realizada a partir das informações fornecidas pelas instituições, cabendo destacar que para as categorias analisadas (sexo, raça/cor, idade, escolaridade e tempo de experiência profissional) o percentual de "Não informado" foi bastante elevado: sexo (4,5%), idade (19,8%), raça/cor (48,4%), escolaridade (28,6%) e tempo de serviço (27,6%).

A partir da análise observa-se uma composição que, embora bastante homogênea, apresenta algumas assimetrias notáveis. Em relação ao sexo, destaca-se um predomínio masculino, com 80,1% de homens e apenas 15,4% de mulheres, o que evidencia um considerável desequilíbrio nas corporações. Em relação à idade, encontramos 4,1% com idade entre 18 a 29 anos, 19% com 30 a 39 anos, 30,5% com 40 a 59 anos, 21,5% com 50 a 59 anos e 5,1% com idade acima de 60 anos, indicando um envelhecimento dos profissionais.

No que tange à raça/cor, os dados revelam uma distribuição relativamente equilibrada entre brancos (21,5%) e pretos (18,3%), com pardos representando 11,4% do efetivo. As categorias amarela (0,2%) e indígena (0,1%) apresentam uma presença pequena na proporção dos dados. Cabe destacar que 48,4% dos profissionais que atuam nas GMs foi declarado como raça / cor não informada.

Em relação ao grau de escolaridade, os dados demonstram uma distribuição relativamente equitativa entre aqueles que possuem ensino superior (28%) e aqueles com ensino médio (31,3%). As categorias de fundamental (2,1%) e pós-graduação (10%) têm uma representação pequena. Por fim, em relação ao tempo de serviço, 0,4% têm menos 1 ano de experiência, 20,3% têm 1 a 10 anos, 31,7% têm 11 a 20 anos, 11,4% têm 21 a 25 anos, 7,8% têm 26 a 30 anos e 0,8% têm acima de 30 anos.

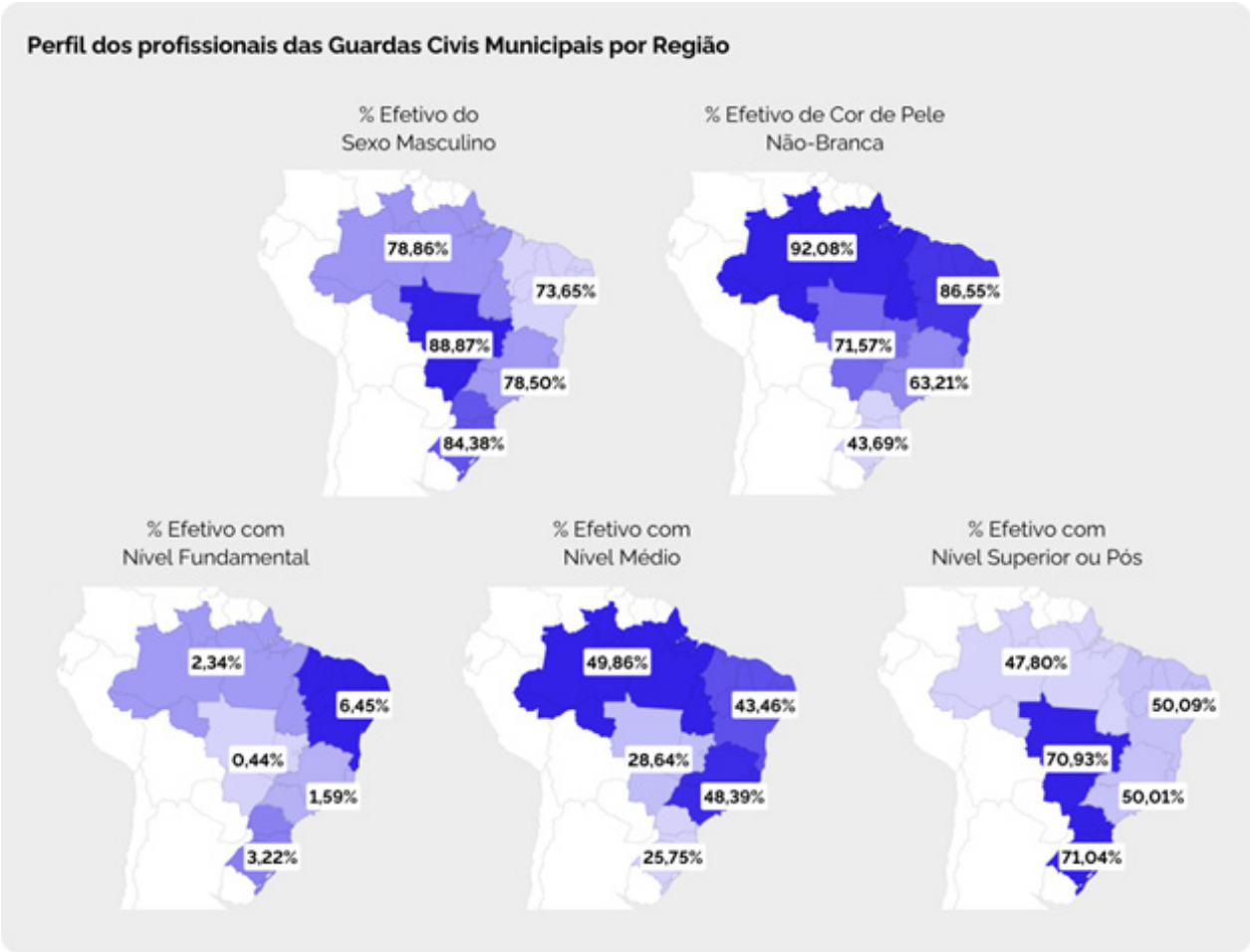
Tabela 3.3.1. Perfil sociodemográfico dos profissionais que atuam nas GMs.

Sexo		Idade		Raça/ cor		Escolaridade		Tempo de Serviço	
Masculino	80,1%	18 a 29 anos	4,1%	Branca	21,5%	Funda- mental	2,1%	Menos de 1 ano	0,4%
Feminino	15,4%	30 a 39 anos	19,0%	Preta	18,3%	Médio	31,3%	1 a 10 anos	20,3%
		40 a 49 anos	30,5%	Parda	11,4%	Superior	28,0%	11 a 20 anos	31,7%
		50 a 59 anos	21,5%	Amarela	0,2%	Pós- gra- duação	10,0%	21 a 25 anos	11,4%
		Acima 60 anos	5,1%	Indígena	0,1%			26 a 30 anos	7,8%
								Acima 30 anos	0,8%
Não informado	4,5%	Não informado	19,8%	Não informado	48,4%	Não informado	28,6%	Não informado	27,6%

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

A distribuição regional do perfil dos profissionais que atuam nas Guardas Municipais (GMs), com recortes por sexo, grau de escolaridade e raça/cor, revelam contrastes importantes entre as regiões brasileiras, indicando diferentes dinâmicas de composição destes profissionais (Figura 3.3.3). A presença masculina é predominante em todas as regiões, especialmente nas regiões Centro-oeste (88,87%) e Sul (84,38%).

Figura 3.3.3. Perfil dos Profissionais que atuam nas GMs



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Em relação à raça/cor, nota-se que as regiões Norte (92,08%) e Nordeste (86,55%) possuem maior proporção de profissionais que se autodeclararam não brancos (pretos, pardos, amarelos ou indígenas). Em contraste, o Sul (43,69%) apresenta a menor proporção de pessoas não brancas nas GMs.

Em relação ao grau de escolaridade, nota-se que as regiões Sul (71,04%) e Centro-oeste (70,93%) possuem maior proporção de profissionais com escolaridade superior. Em contraste, no Norte (47,80%) encontramos a menor proporção de profissionais com escolaridade superior. Vale salientar, ainda, que nas regiões Sudeste e Norte, a proporção de profissionais com escolaridade superior e média é equilibrada.

3.3.3. Perfil dos Profissionais por Cargo

Além das análises desenvolvidas sobre o volume agregado de dados sobre as GMs que se prontificaram a participar do levantamento, percebe-se a importância de consolidar alguns resultados mais desagregados e específicos, relacionados aos retornos para questões específicas. Isso porque a distribuição das respostas a cada uma das perguntas foi heterogênea entre as GMs, havendo instituições que responderam ao questionário de forma integral (ou próxima da integralidade), enquanto outras encaminharam as respostas de maneira incompleta. Ainda assim, dada a importância dos temas, julga-se oportuna uma análise com as informações disponíveis, mesmo com o elevado percentual de respostas sem informação, conforme apontado acima.

Os dados da pesquisa, a partir dos dados de composição dos profissionais que atuam nas GMs por gênero fornecida pelas instituições, demonstram que a assimetria de gênero se reproduz em praticamente todos os cargos de comando e funções operacionais, ainda que com variações importantes conforme a posição hierárquica ou a natureza da atividade desempenhada (Tabela 3.3.2).

Tabela 3.3.2. Profissionais que Atuam nas GMs por Cargo e Sexo

	Masculino		Feminino		Total
	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.
Comandante de área/ Inspetor Regional	1.730	90,62%	179	9,38%	1.909
Subcomandante	406	88,65%	52	11,35%	458
Inspetor	3.993	89,51%	468	10,49%	4.461
Subinspetor	4.140	82,83%	858	17,17%	4.998
Supervisor	2.111	83,74%	410	16,26%	2.521
Guarda	45.278	83,40%	9.013	16,60%	54.291
Psicólogo	64	79,01%	17	20,99%	81
Assistente Social	10	30,30%	23	69,70%	33
Assistente Administrativo	251	51,86%	233	48,14%	484
Estagiários	28	43,08%	37	56,92%	65
Outro	2.604	87,06%	387	12,94%	2.991
Total	60.615	83,85%	11.677	16,15%	72.292

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP

Nota: O total do efetivo foi 75.705, mas apenas para 72.292 profissionais recebemos a informação de cargo e gênero.

Nos postos de liderança e comando, a presença feminina é particularmente reduzida: apenas 9,38% das funções de Comandante de Área/Inspetor Regional são ocupadas por mulheres, percentual semelhante ao observado entre Subcomandantes (11,35%) e Inspetores (10,49%). Ainda que ligeiramente superior, a proporção feminina entre Subinspetores (17,17%) e Supervisores (16,26%) também permanece minori-

tária. O mesmo padrão se verifica na base da carreira, no cargo de guarda, em que as mulheres somam 16,6% do total. Esses números reforçam a existência de barreiras persistentes para a maior inserção feminina em atividades operacionais e de comando, indicando que a hierarquia ainda é fortemente marcada pela predominância masculina.

Por outro lado, em funções de caráter técnico e de apoio, a participação feminina é mais expressiva. As mulheres representam 69,70% dos Assistentes Sociais e 56,92% dos Estagiários, além de quase alcançar a paridade entre os Assistentes Administrativos (48,14%). No caso dos Psicólogos, embora ainda haja maioria masculina (79,01%), a proporção de mulheres (20,99%) é relativamente mais elevada do que em cargos de comando.

De forma geral, a análise revela que, embora as Guardas Municipais contem com a presença feminina em todos os níveis de sua estrutura, essa participação permanece limitada e concentrada sobretudo em funções administrativas ou de apoio social. Nos cargos estratégicos de comando e na atividade-fim da GM, a presença masculina continua amplamente majoritária, sinalizando a necessidade de políticas de incentivo à equidade de gênero, especialmente voltadas para a ascensão das mulheres em posições de liderança e para a ampliação de sua presença na linha de frente da segurança pública.

Nos cargos de comando — como Comandante de Área, Subcomandante, Inspetor, Subinspetor e Supervisor — predomina a presença de profissionais entre 40 e 49 anos, que chegam a ultrapassar 40% em várias funções, seguidos de perto pelos que estão na faixa de 50 a 59 anos. A participação de jovens de até 29 anos nesses postos é praticamente residual, variando entre 0,1% e 2%, o que confirma que o acesso a cargos de liderança ocorre majoritariamente para as pessoas com mais idade. Além disso, há presença significativa de servidores acima de 60 anos, especialmente entre Inspetores (10,4%) Subinspetores (7,13%) e Comandantes (5,82%), indicando que a ocupação de posições estratégicas também está associada a carreiras longas.

Na função de guarda, que concentra o maior contingente, observa-se uma composição mais equilibrada: 6,31% têm até 29 anos, 27,11% entre 30 e 39 anos, 36,45% entre 40 e 49 anos, 23,96% entre 50 e 59 anos e 6,17% acima de 60 anos. Esse perfil reforça que, mesmo na base da carreira, há baixa entrada de jovens.

Já nas funções de apoio técnico e administrativo, a distribuição é mais variada. Entre os Psicólogos, 58% estão na faixa de 40 a 49 anos, enquanto Assistentes Sociais apresentam maior concentração entre 30 e 39 anos (44,44%). Nos cargos de Assistente Administrativo, quase metade dos profissionais (49%) está entre 40 e 49 anos, mas há também presença notável de jovens de 18 a 29 anos (7,12%), acima da média geral. A situação mais distinta é a dos estagiários, em que 82% têm até 29 anos, configurando o único grupo em que a juventude é predominante, como esperado para essa posição.

Tabela 3.3.3. Profissionais que Atuam nas GMs por Cargo e Idade - valores absolutos e percentuais.

	18 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		Acima de 60 anos		Total
	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.
Comandante de área/ Inspetor Regional	23	2,06%	313	28,05%	458	41,04%	257	23,03%	65	5,82%	1.116
Subcomandante	10	1,97%	119	23,43%	211	41,54%	145	28,54%	23	4,53%	508
Inspetor	13	0,33%	296	7,60%	1.270	32,61%	1.910	49,05%	405	10,40%	3.894
Subinspetor	8	0,17%	406	8,47%	2.114	44,08%	1.926	40,16%	342	7,13%	4.796
Supervisor	2	0,11%	221	12,39%	720	40,38%	712	39,93%	128	7,18%	1.783
Guarda	2.859	6,31%	12.283	27,11%	16.519	36,45%	10.859	23,96%	2.794	6,17%	45.314
Psicólogo	1	2,00%	7	14,00%	29	58,00%	11	22,00%	2	4,00%	50
Assistente Social	0	0,00%	8	44,44%	5	27,78%	3	16,67%	2	11,11%	18
Assistente Administrativo	25	7,12%	90	25,64%	172	49,00%	52	14,81%	12	3,42%	351
Estagiários	41	82,00%	6	12,00%	3	6,00%	0	0,00%	0	0,00%	50
Outro	104	3,64%	614	21,48%	1.594	55,75%	426	14,90%	121	4,23%	2.859
Total	3.086	5,08%	14.363	23,65%	23.095	38,02%	16.301	26,84%	3.894	6,41%	60.739

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Nota: O total do efetivo foi 75.705, mas apenas para 60.739 profissionais recebemos a informação de cargo e idade.

Seguindo com as análises, a avaliação da autodeclaração racial/étnica dos membros das Guardas Municipais brasileiras (Tabela 3.3.4.), a partir dos dados de composição racial dos profissionais das GMs fornecidos pelas instituições, revela uma composição racial diversa, mas marcada por desigualdades na distribuição entre cargos.

Nos cargos de base — onde se concentra o maior contingente de profissionais — os guardas apresentam composição mais equilibrada entre brancos (40,39%) e pretos (42,91%), com menor participação de pardos (16,16%). Esse dado sugere maior inserção de profissionais pretos nas funções operacionais diretas.

Já nos cargos de comando (Comandantes, Subcomandantes, Inspetores, Subinspetores e Supervisores) verifica-se um cenário distinto: há predominância de brancos, que chegam a 53,01% entre Supervisores e se mantêm majoritários também entre Subinspetores (42,93%), Inspetores (39,95%) e Subcomandantes (36,59%). A presença de profissionais pretos, embora relevante, é sistematicamente menor que a de brancos nesses postos estratégicos, indicando um possível descompasso entre diversidade entre os profissionais e acesso a posições de liderança.

Nas funções de apoio administrativo e técnico, o quadro se diversifica. Entre Assistentes Administrativos, a proporção de brancos (45,65%) e pardos (40,58%) é bastante próxima, com pretos representando 13,04%. De forma geral, chama atenção o alto índice de não informação (acima de 50% em alguns casos), o que compromete a análise mais detalhada.

Tabela 3.3.4. Profissionais que Atuam nas GMs por Cargo e Raça/Cor

	Branca		Preta		Parda		Amarela		Indígena		Total
	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.
Comandante de área/ Inspetor Regional	188	39,50%	73	15,34%	213	44,75%	0	0,00%	2	0,42%	476
Subcomandante	105	36,59%	50	17,42%	128	44,60%	3	1,05%	1	0,35%	287
Inspetor	811	39,95%	245	12,07%	958	47,19%	15	0,74%	1	0,05%	2.030
Subinspetor	1.276	42,93%	421	14,17%	1.261	42,43%	8	0,27%	6	0,20%	29.72
Supervisor	1.929	53,01%	492	13,52%	1.209	33,22%	5	0,14%	4	0,11%	3639
Guarda	11.797	40,39%	12.534	42,91%	4.721	16,16%	115	0,39%	44	0,15%	29.211
Psicólogo	3	50,00%	1	16,67%	2	33,33%	0	0,00%	0	0,00%	6
Assistente Social	4	26,67%	7	46,67%	3	20,00%	1	6,67%	0	0,00%	15
Assistente Administrativo	126	45,65%	36	13,04%	112	40,58%	1	0,36%	1	0,36%	276
Estagiários	19	79,17%	0	0,00%	5	20,83%	0	0,00%	0	0,00%	24
Outro	56	56,00%	20	20,00%	23	23,00%	1	1,00%	0	0,00%	100
Total	16.314	41,79%	1.3879	35,55%	8.635	22,12%	149	0,38%	59	0,15%	39.036

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Nota: O total do efetivo foi 75705, mas apenas para 39,036 profissionais recebemos a informação de cargo e raça/cor.

Passando à análise da formação educacional dos membros das Guardas Municipais no Brasil (Tabela 3.3.5) observa-se a existência de uma equipe de trabalho capacitada, especialmente nos postos de liderança e supervisão. De acordo com os dados coletados pelo Diagnóstico, a partir dos dados de composição dos profissionais por escolaridade fornecida pelas instituições, entre os 54.073 profissionais, a maioria apresenta ensino médio completo (43,86%) ou ensino superior completo (39,2%). Somente 2,98% limitam-se ao ensino fundamental, enquanto 13,96% possuem formação em nível de pós-graduação.

Nos cargos mais altos, nota-se um padrão elevado de formação acadêmica. Entre supervisores, 74,26% possuem ensino superior ou pós-graduação — percentual que se assemelha ao encontrado entre subcomandantes (62,99%), inspetores (67,77%) e subinspetores (67,65%).

Embora a função de guarda — a base da estrutura organizacional — apresente um perfil educacional um pouco distinto, os dados ainda revelam um corpo funcional consideravelmente escolarizado: 47,88% dos guardas têm ensino médio e 37,57% possuem ensino superior, sendo de destaque que 11,5% já atingiram a pós-graduação, o que demonstra um capital humano expressivo mesmo nas posições operacionais.

Tabela 3.3.5. Profissionais que Atuam nas GMs por Cargo e Grau de Escolaridade

	Fundamental		Médio		Superior		Pós-graduação		Total
	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.
Comandante de área/ Inspetor Regional	6	0,87%	200	28,90%	270	39,02%	216	31,21%	692
Subcomandante	15	4,24%	116	32,77%	128	36,16%	95	26,84%	354
Inspetor	128	3,74%	976	28,49%	1.501	43,81%	821	23,96%	3.426
Subinspetor	71	1,92%	1.125	30,44%	1.605	43,43%	895	24,22%	3.696
Supervisor	8	0,30%	676	25,43%	1.488	55,98%	486	18,28%	2.658
Guarda	1.292	3,05%	20.303	47,88%	15.934	37,57%	4.877	11,50%	42.406
Psicólogo	0	0,00%	0	0,00%	12	57,14%	9	42,86%	21
Assistente Social	0	0,00%	0	0,00%	14	70,00%	6	30,00%	20
Assistente Administra- tivo	11	3,82%	93	32,29%	137	47,57%	47	16,32%	288
Estagiários	1	2,63%	17	44,74%	20	52,63%	0	0,00%	38
Outro	78	16,46%	213	44,94%	89	18,78%	94	19,83%	474
Total	1.610	2,98%	23.719	43,86%	21.198	39,20%	7.546	13,96%	54.073

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Nota: O total do efetivo foi 75705, mas apenas para 54.073 profissionais recebemos a informação de cargo e escolaridade.

A análise dos profissionais que atuam nas GMs, por cargo e tempo de experiência (Tabela 3.3.5) também é um fator importante para compreender o perfil dos integrantes das GMs. Os dados sobre tempo de serviço fornecidos pelas Guardas Municipais revelam um quadro predominantemente composto por profissionais experientes, mas também marcado por diferenças relevantes conforme o cargo ocupado. No total, observa-se que a maior parcela dos servidores possui entre 11 e 20 anos de atuação (38,29%), seguida pelos que têm de 1 a 10 anos (24,48%) e 21 a 25 anos (13,71%). Além disso, cerca de 20% do efetivo já ultrapassa 26 anos de carreira, enquanto apenas 4,23% têm menos de 1 ano de serviço, o que indica baixa renovação recente dos quadros.

Nos cargos de comando (Comandantes de Área, Subcomandantes, Inspetores, Subinspetores e Supervisores), a experiência de mais longo prazo é predominante. Destacam-se os Inspetores, entre os quais 34,36% possuem mais de 30 anos de serviço, e os Subinspetores, que concentram 36,89% entre 11 e 20 anos e 22,81% acima de 30 anos. Supervisores também apresentam forte presença de servidores com trajetórias consolidadas, sendo que 27,38% estão na faixa de 21 a 25 anos de atuação. Esses números sugerem que o acesso a posições estratégicas está fortemente vinculado à senioridade, reforçando a centralidade da experiência acumulada na ascensão hierárquica.

Na base da carreira, os guardas apresentam um perfil mais distribuído: 37,55% contam com 11 a 20 anos de serviço e 29,49% entre 1 e 10 anos, o que denota presença significativa de profissionais em fase intermediária da trajetória. Ainda assim, apenas 4,83% têm menos de 1 ano de atuação, revelando que a entrada de novos integrantes entre os profissionais que atuam nas GMs tem sido limitada.

Já nas funções de apoio técnico e administrativo, observa-se predominância de servidores com menor tempo de serviço. Psicólogos e Assistentes Sociais concentram majoritariamente profissionais com até 10 anos de atuação (60,61% e 57,14%, respectivamente). Entre Assis-

tentes Administrativos, 60,81% também se situam na faixa de 1 a 10 anos, enquanto apenas 8,06% ultrapassam 30 anos de carreira. No caso dos Estagiários, a lógica é distinta, pois 75% têm menos de 1 ano de atuação, o que corresponde à natureza temporária dessa função.

Tabela 3.3.6. Profissionais que Atuam nas GMs por Cargo e Tempo de Experiência Profissional

	Menos de 1 ano		1 a 10 anos		11 a 20 anos		21 a 25 anos		26 a 30 anos		Mais de 30 anos		Total
	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.	(%)	N. abs.
Comandante de área/ Inspetor Regional	16	1,29%	222	17,90%	549	44,27%	188	15,16%	109	8,79%	156	12,58%	1240
Subcomandante	12	2,86%	72	17,18%	131	31,26%	66	15,75%	57	13,60%	81	19,33%	419
Inspetor	94	2,34%	355	8,85%	979	24,41%	670	16,70%	535	13,34%	1.378	34,36%	4.011
Subinspetor	14	0,29%	146	3,06%	1.761	36,89%	980	20,53%	784	16,42%	1.089	22,81%	4.774
Supervisor	5	0,28%	130	7,21%	523	28,99%	494	27,38%	368	20,40%	284	15,74%	1.804
Guarda	2.280	4,83%	13.922	29,49%	17.725	37,55%	6.167	13,07%	4.026	8,53%	3.082	6,53%	47.202
Psicólogo	0	0,00%	20	60,61%	9	27,27%	3	9,09%	0	0,00%	1	3,03%	33
Assistente Social	0	0,00%	8	57,14%	2	14,29%	2	14,29%	0	0,00%	2	14,29%	14
Assistente Administrativo	14	5,13%	166	60,81%	50	18,32%	14	5,13%	7	2,56%	22	8,06%	273
Estagiários	24	75,00%	8	25,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	32
Outro	195	6,57%	319	10,74%	2.307	77,70%	22	0,74%	14	0,47%	112	3,77%	2.969
Total	2.654	4,23%	15.368	24,48%	24.036	38,29%	8.606	13,71%	5.900	9,40%	6.207	9,89%	62.771

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Nota: O total do efetivo foi 75705, mas apenas para 62.771 profissionais recebemos a informação de cargo e tempo de experiência profissional

3.3.4. Perfil profissional dos Comandantes ou Diretores

Sobre o perfil profissional do(a) comandante ou diretor(a) da GM (Figura 3.3.4), os resultados foram calculados para o total da amostra. Observa-se que a maioria dos profissionais atuantes nas Guardas Municipais respondentes é composta por guardas municipais de carreira, que representam 76,4% do total de respondentes. Essa predominância reforça a consolidação da identidade institucional das GMs, cuja atuação tem se fortalecido enquanto estrutura autônoma dentro do sistema de segurança pública municipal.

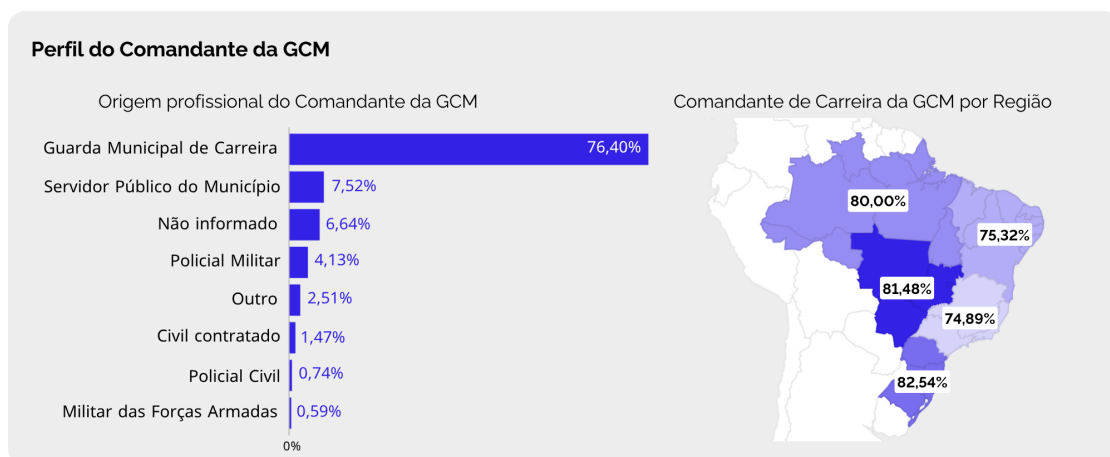
Por outro lado, o levantamento mostra que a participação de profissionais oriundos de outras carreiras da segurança pública é reduzida. Os policiais civis e militares da ativa representam apenas 0,29% e 0,44%, respectivamente, dos respondentes. Membros das Forças Armadas, tanto ativos quanto inativos, compõem frações igualmente modestas, com menos de 0,5% em ambos os casos. A presença de servidores públicos municipais não pertencentes à carreira da Guarda é minoritária (7,52%), assim como a de civis contratados (1,47%). Importante salientar que os Municípios devem observar o disposto no art. 15 da Lei Federal 13.022/2014, que determina que o cargo de Comandante/Diretor deve ser ocupado por servidor de carreira das GMs. Os dados demonstram a necessidade de adequação de parte das Instituições aos ditames legais vigentes, nessa temática.

A exceção parcial é observada entre servidores públicos municipais de outras áreas, cuja presença pode estar associada a cargos administrativos ou de apoio das Guardas, e não ne-

cessariamente à atividade-fim de patrulhamento preventivo. Ainda assim, os dados reforçam o caráter estatutário e concursado da composição funcional das GMs, aspecto que fortalece a estabilidade institucional e o comprometimento com a política pública local de segurança.

Regionalmente (Figura 3.3.4.), a Região Sul se destaca com o maior percentual de comandantes de carreira (82,54%), seguida pela Região Centro-Oeste (81,48%), Norte (80%), Nordeste (75,32%) e Sudeste (74,89%). Apesar de os percentuais serem relativamente altos em todas as regiões, percebe-se uma leve disparidade, indicando que em alguns contextos ainda existe maior abertura para nomeações externas ou de outras corporações. Esses dados evidenciam o fortalecimento institucional das GMs, com uma crescente profissionalização interna e valorização das carreiras, o que tende a favorecer a continuidade de políticas e a consolidação de identidades organizacionais próprias.

Figura 3.3.4. Perfil dos comandantes das GMs.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.4. Valorização e Capacitação Técnica dos Membros da Guarda Municipal

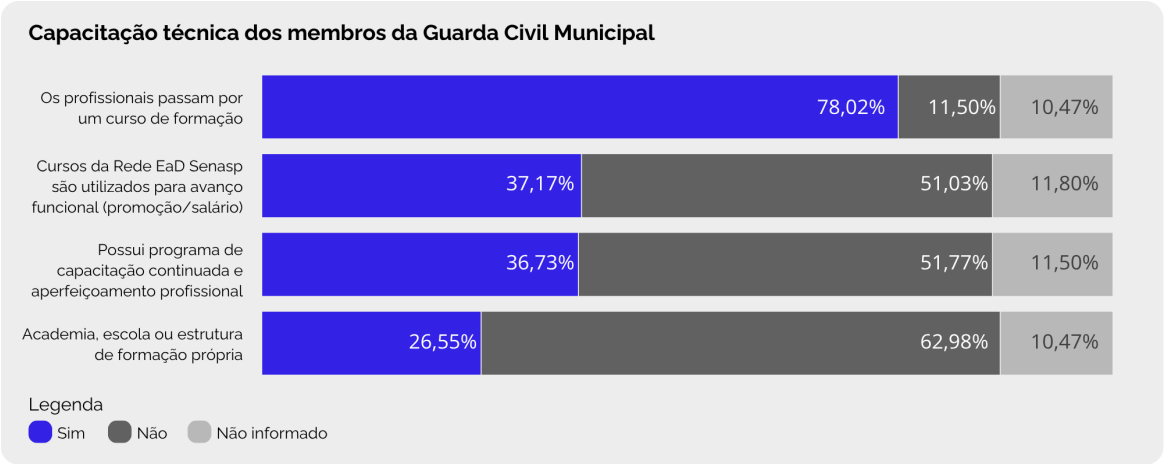
3.4.1. Aspectos gerais da Capacitação Técnica

Esta seção trata das informações sobre a capacitação técnica dos profissionais das Guardas Municipais participantes, englobando tanto a formação inicial quanto as iniciativas de qualificação continuada. Quatro aspectos principais são explorados: (a) a exigência de um curso de formação para a entrada no cargo; (b) a utilização dos cursos da Rede EaD SENASP como meio para progressão funcional; (c) a presença de programas contínuos de aperfeiçoamento; e (d) a existência de uma academia ou estrutura própria voltada para a formação.

O aspecto com maior adesão é a realização do curso de formação inicial, adotado por 78,02% dos municípios respondentes, o que demonstra uma ampla institucionalização desse requisito fundamental (Figura 3.4.1.). A maior parte das GMs possui curso de formação (28,17%) com carga horária de 400 a 600hs, 15,19% possuem curso com 600 a 800hs e 12% possuem cursos com 200 a 400hs.

Em contrapartida, em apenas 36,73% dos municípios respondentes existe programa de formação continuada e aperfeiçoamento profissional e 37,17% das cidades fazem uso dos cursos da Rede EaD SENASP para promoção funcional ou avanço salarial. Em 26,55% dos respondentes há uma academia, escola ou estrutura própria de formação.

Figura 3.4.1. Mecanismos de capacitação técnica dos membros da Guarda Municipal.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

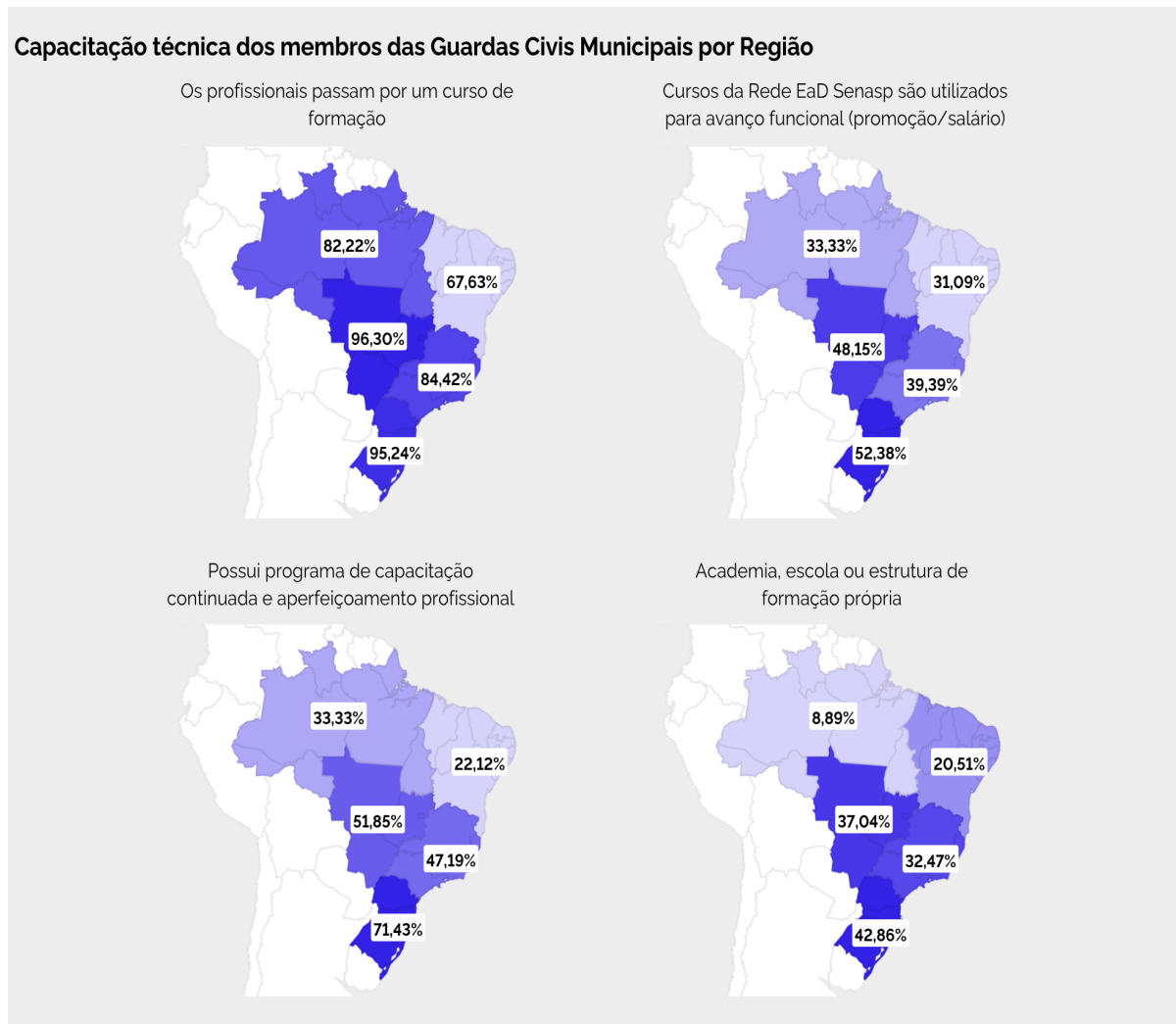
A Figura 3.4.2 apresenta os resultados regionais sobre a capacitação técnica dos membros das Guardas Municipais, distribuído s nas quatro dimensões avaliadas. Em todas as variáveis, os maiores percentuais estão concentrados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A formação inicial é amplamente adotada em todas as regiões, com destaque para o Centro-Oeste (96,3%), Sul (95,24%) e Sudeste (84,42%). O Norte conta com uma taxa de cobertura neste quesito de 82,22% e o Nordeste 67,63%. Já o uso da Rede EaD SENASP para promoção funcional é mais comum no Sul (52,38%) e Centro-Oeste (48,15%); o Sudeste aparece com 39,39%, enquanto o Norte e Nordeste apresentam os menores percentuais (33,33% e 31,09%, respectivamente).

No que se refere à capacitação continuada, os destaques são novamente o Sul (71,43%) e o Centro-Oeste (51,85%), contrastando com o Nordeste (22,12%). Quanto à existência de academia, escola ou estrutura própria de capacitação, o cenário segue o mesmo padrão: Sul (42,86%), Centro-Oeste (37,04%) e Sudeste (32,47%) apresentam os percentuais mais elevados, enquanto Norte (8,89%) e Nordeste (20,51%) figuram com as menores proporções.

Quanto ao local para capacitação do efetivo das GMs, menos de um terço das instituições respondentes informou ter academia ou estrutura específica para este fim. Quando à formação dos profissionais acontece fora da academia da própria GM, em grande parte, ela ocorre nas academias de uma Guarda Municipal distinta da que está sendo capacitada (26,84%), nas instituições de ensino da rede pública municipal (17,11%) e da rede pública estadual (2,51%), nas academias da Polícia Civil (7,37%) ou Militar (4,87%) e em universidades ou centros de educação (8,7%).

Figura 3.4.2. Capacitação técnica dos membros da Guarda Municipal.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.4.2. Áreas Temáticas abordadas nos cursos de formação

Em relação às áreas temáticas abordadas no curso de formação, quando existente, os dados indicam que a formação dos integrantes das Guardas Municipais contempla uma ampla variedade de conteúdos, combinando temas técnicos, operacionais e socioeducativos (Tabela 3.4.1). As áreas temáticas presentes no maior número de instituições são: defesa pessoal (73,45%), uso diferenciado da força (73,3%), primeiros socorros (72,42%), condicionamento físico (71,39%) e legislação aplicada a GM (71,09%), revelando prioridade dada à preparação prática para atuação em situações de risco e ao domínio do arcabouço jurídico que rege a função.

Por outro lado, alguns conteúdos estão presentes em um número muito pequeno de instituições, o que evidencia lacunas importantes. Apenas 35,1% das Guardas relataram capacitação em análise estatística de dados criminais, e 38,05% em inteligência policial, sugerindo que competências estratégicas de análise e planejamento ainda são pouco disseminadas. Também são minoritárias as formações voltadas ao atendimento e orientação ao turista (27,29%), à prevenção do uso de substâncias psicoativas (45,58%), ao enfrentamento ao racismo (47,64%) e ao combate à homofobia, lesbofobia e transfobia (41%), áreas que poderiam reforçar a atuação socialmente responsável e inclusiva das Guardas.

Tabela 3.4.1. Temas abordados no curso de formação

Quais temas são abordados no curso de formação?	Sim	Não	Não informado
Defesa pessoal	73,45%	4,57%	21,98%
Uso diferenciado da força	73,30%	4,72%	21,98%
Primeiros Socorros	72,42%	5,60%	21,98%
Condicionamento físico	71,39%	6,64%	21,98%
Legislação aplicada à GM	71,09%	6,93%	21,98%
Prevenção à violência	69,47%	8,55%	21,98%
Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade	68,29%	9,73%	21,98%
Atendimento ao público	67,70%	10,32%	21,98%
Ordem Unida	67,11%	10,91%	21,98%
Código de conduta profissional e relações éticas no trabalho	66,37%	11,65%	21,98%
Policimento comunitário/ polícia de proximidade	66,08%	11,95%	21,98%
Segurança escolar	62,98%	15,04%	21,98%
Mediação e resolução pacífica de conflitos	62,24%	15,78%	21,98%
Combate à incêndio	61,06%	16,96%	21,98%
Violência doméstica e de gênero	60,91%	17,11%	21,98%
Fiscalização de trânsito e prevenção de acidentes	60,91%	17,11%	21,98%
Condução e operação de viaturas	60,77%	17,26%	21,98%
Educação ambiental	57,52%	20,50%	21,98%
Gestão Integrada de Segurança Pública	56,05%	21,98%	21,98%
Ações socioeducativas	55,90%	22,12%	21,98%
Armas de fogo	55,75%	22,27%	21,98%
Direção defensiva	52,65%	25,37%	21,98%
Defesa civil	50,44%	27,58%	21,98%
Enfrentamento ao racismo	47,64%	30,38%	21,98%
Prevenção ao uso de substâncias psicoativas	45,58%	32,45%	21,98%
Plano diretor do município e fiscalização do código de posturas municipais	42,92%	35,10%	21,98%
Combate à homofobia, lesbofobia e transfobia	41,00%	37,02%	21,98%
Inteligência policial	38,05%	39,97%	21,98%
Análise estatística de dados criminais	35,10%	42,92%	21,98%
Atendimento e orientação ao turista	27,29%	50,74%	21,98%

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP

3.4.3. Programas de Atenção à Saúde e à Saúde Mental

A promoção da saúde e o cuidado psicológico dos profissionais das Guardas Municipais (GMs) são elementos fundamentais para garantir o bem-estar e a qualidade do serviço prestado à população. A análise da Figura 3.4.3, que apresenta as ações de promoção da saúde e/ou assistência psicológica dos quadros das Guardas Municipais (GMs), revela um cená-

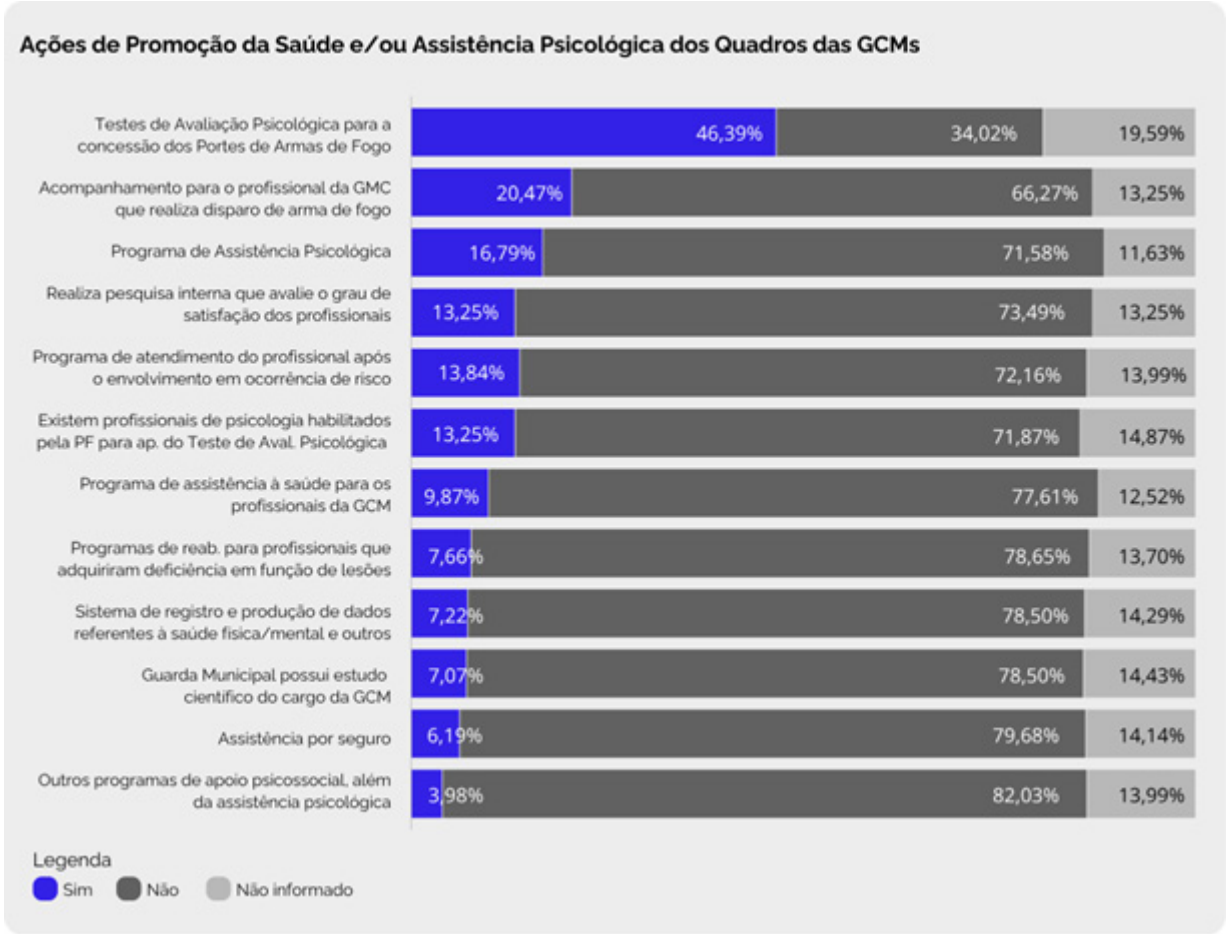
rio de baixa institucionalização de políticas de cuidado físico e psicológico nos municípios brasileiros. As principais ações identificadas são a realização de Testes de Avaliação Psicológica para a concessão dos Portes de Armas de Fogo e o Acompanhamento para o Profissional que realiza Disparo de Arma de Fogo, presente respectivamente em 46,39% e 20,47% das GMs. Especialmente o teste de avaliação psicológica constitui uma exigência normativa da Polícia Federal para o porte de arma, o que torna essa ação praticamente obrigatória para os profissionais armados. As demais iniciativas aparecem com percentuais bem mais baixos. Apenas 16,79% possuem um Programa de Assistência Psicológica institucionalizado.

Práticas mais estruturadas de promoção da saúde mental e monitoramento do bem-estar dos agentes, como pesquisas internas de satisfação (13,25%), atendimento psicológico após ocorrências críticas (13,84%) e a presença de psicólogos habilitados para aplicação dos testes são adotadas por 13,25% das Guardas.

As ações de caráter preventivo, como programas de reabilitação física e psicológica (7,66%), sistemas de registro de agravos à saúde (7,22%) e assistência por seguro (6,19%), são ainda mais raras. Por fim, apenas 3,98% dos municípios relatam ter outros programas de apoio psicossocial além dos já listados.



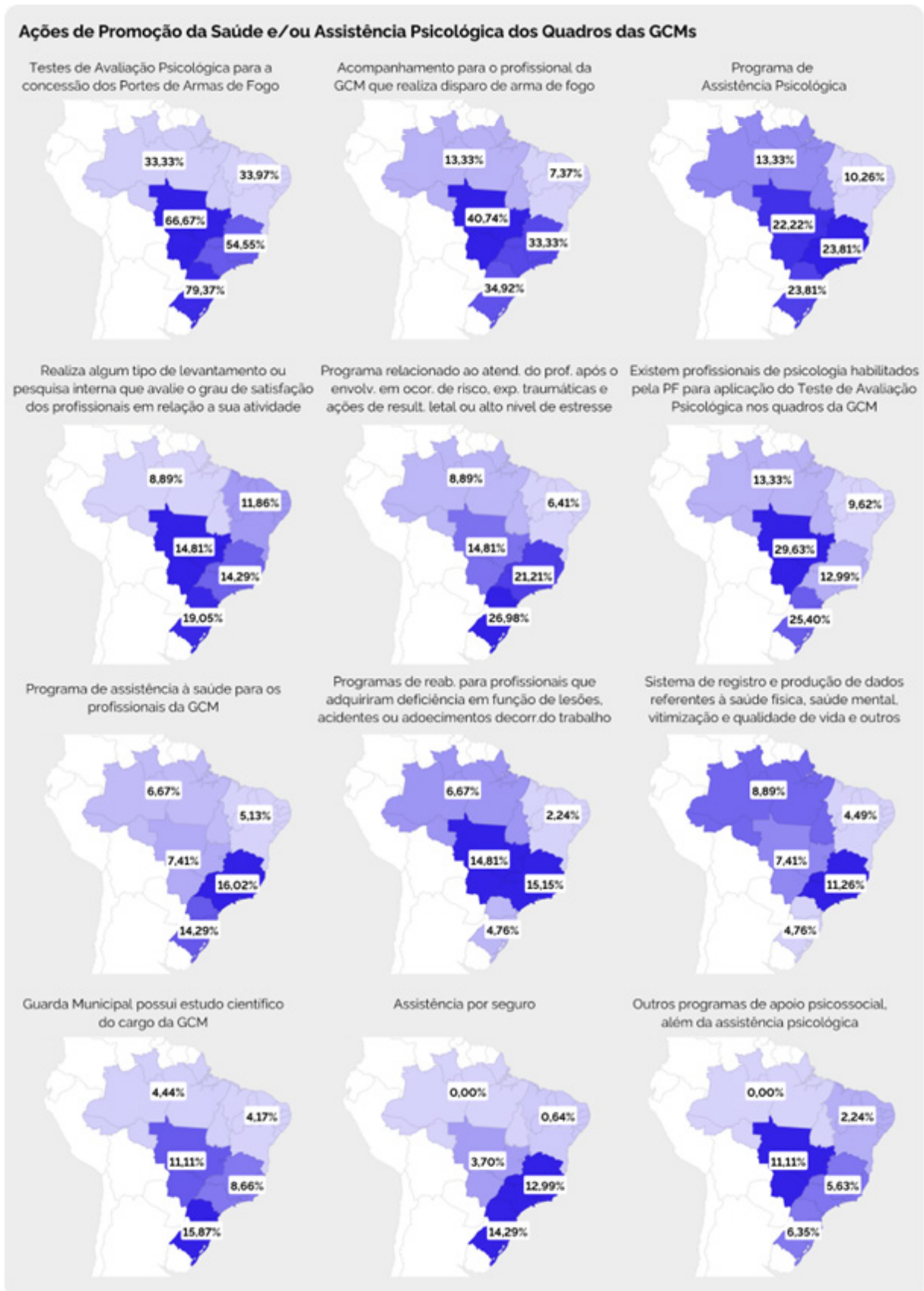
Figura 3.4.3. Ações de Assistência à Saúde ou Assistência Psicológica dos Quadros das GMs.



Fonte: Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

A análise regional de institucionalização das ações de promoção da saúde e/ou assistência psicológica dos quadros das GMs (Figura 3.4.4.), revela importantes disparidades entre as regiões do Brasil: as regiões Centro-oeste e Sul se destacam em muitas as ações, a região Sudeste ocupa uma posição intermediária e as regiões Norte e Nordeste apresentam os menores níveis de institucionalização dessas ações. Porém, observa-se que mesmo nas regiões mais avançadas, os percentuais são baixos para a maioria das ações, sugerindo que, nacionalmente, a temática da saúde dos profissionais ainda é pouco priorizada nas políticas de gestão de pessoal das GMs.

Figura 3.4.4. Ações de Assistência à Saúde ou Assistência Psicológica dos Quadros das GMs, por Região Geográfica.



Fonte: Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.5. Recursos Materiais e Equipamentos Disponíveis nas Guardas Municipais

Esta seção traz a análise sobre os recursos materiais e equipamentos que estão à disposição das Guardas Municipais participantes. Serão explorados aspectos como a frota de veículos, armamentos, instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção individual. O intuito é proporcionar uma visão abrangente das condições operacionais das GMs, ajudando a elucidar a infraestrutura disponível para a execução de suas atividades.

3.5.1. Frota de veículos

Com relação à frota de veículos utilizados pelas GMs, a Figura 3.5.1. ilustra o quantitativo (absoluto e relativo) de veículos próprios e alugados e revela um predomínio de veículos pequenos e motocicletas entre os principais meios de locomoção utilizados pelas corporações. Os veículos pequenos correspondem a 59,77 veículos a cada 1.000 membros das GMs, totalizando 4.449 unidades, enquanto as motocicletas somam 2.561 unidades, com uma taxa de 33,83 por 1.000 membros.

Outros tipos de veículos, como veículos grandes (11,43 por 1.000 membros) e bicicletas (8,96 por 1.000 membros), aparecem em menor escala, seguidos por bases comunitárias móveis, micro-ônibus, barcos/jet-skis e demais categorias como motonetas, reboques, ônibus e aeronaves, todas com taxas inferiores a 3 veículos por 1.000 membros.

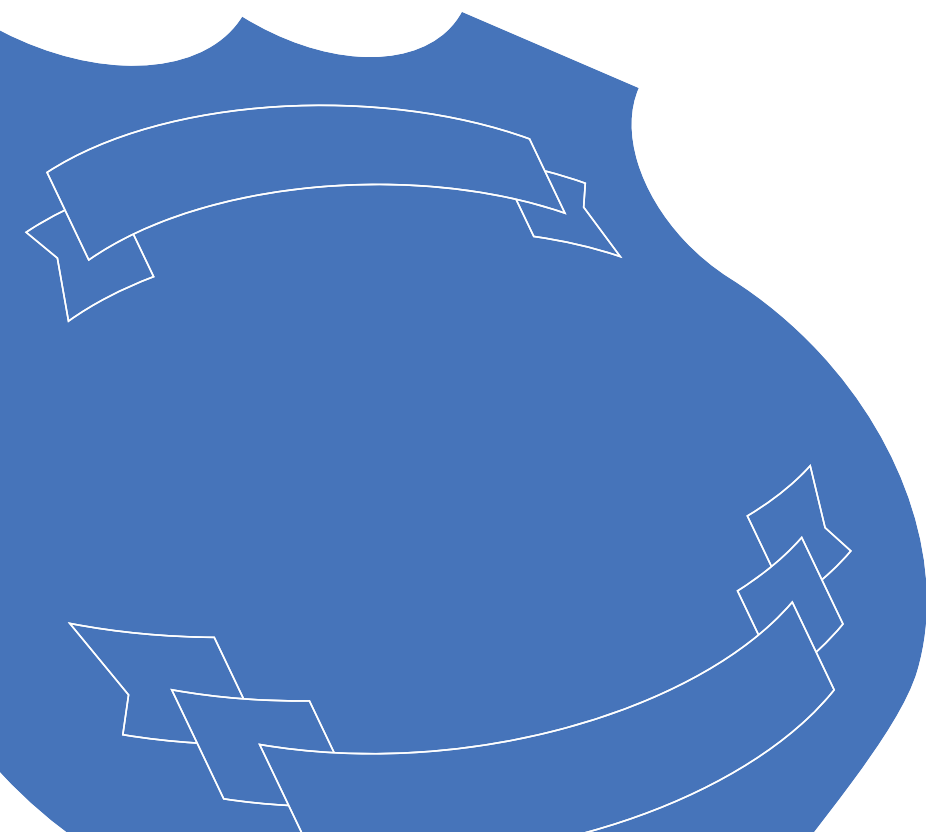
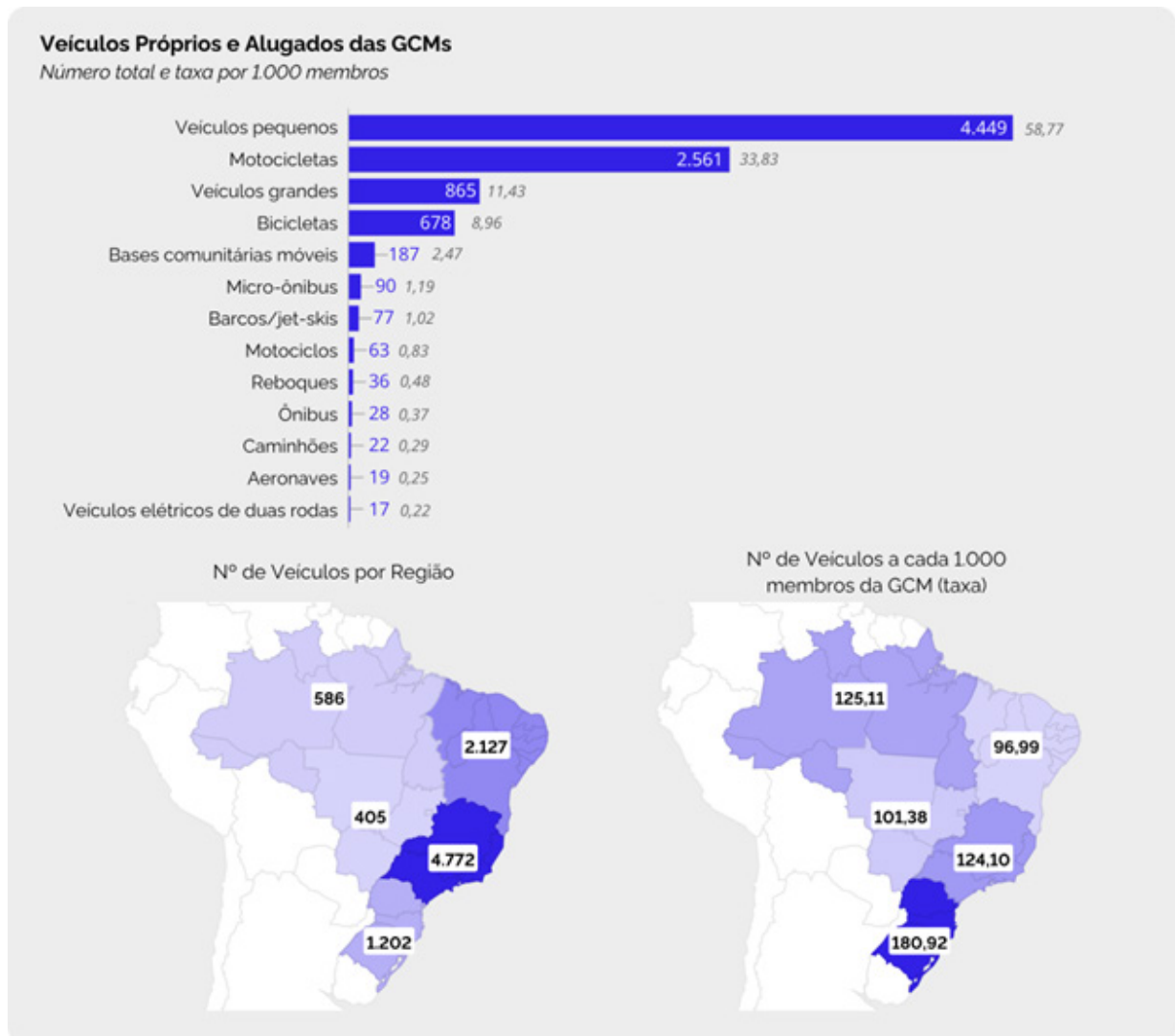


Figura 3.5.1. Distribuição dos quantitativos, em valores absolutos e relativos de veículos das GMs brasileiras; número de veículos por região e a cada 1000 membros da GM por região brasileira.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

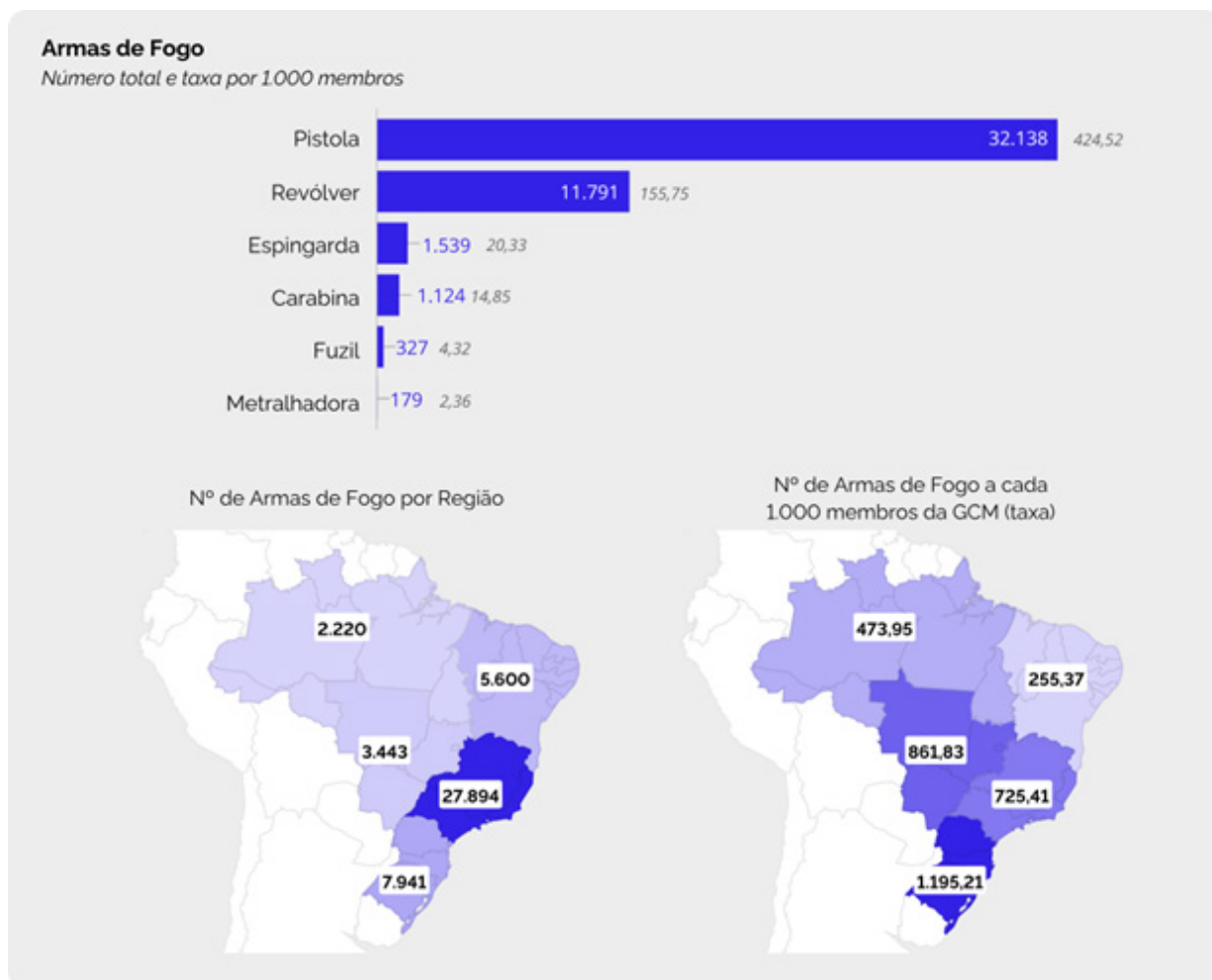
Regionalmente, observa-se forte concentração de veículos nas regiões Sudeste (4.772 veículos) e Nordeste (2.127 veículos), que juntas respondem por mais de 76% do total. Em termos proporcionais ao efetivo, a Região Sul lidera, com uma taxa de 180,92 veículos por 1.000 membros, indicando maior disponibilidade de veículos por guarda. As regiões Centro-Oeste (101,38 veículos por 1.000 membros) e Nordeste (96,99 veículos por 1.000 membros) apresentam níveis baixos, enquanto o Sudeste tem taxa de 124,10 veículos por 1.000 membros e o Norte tem taxa de 125,11 veículos por 1.000 membros. Por fim, resta destacar que uma parte significativa destes veículos são alugados: 48,4% dos veículos pequenos e médios, 17,3% das motos, 8,7% das bicicletas, 47,2% dos veículos grandes e 17,2% das bases comunitárias móveis.

3.5.2. Armas de fogo

A análise do armamento disponível nas Guardas Municipais (GMs) evidencia o predomínio absoluto das pistolas, que somam 32.138 unidades, com uma taxa de 424,52 armas para cada 1.000 membros (Figura 3.5.2.). Os revólveres aparecem em segundo lugar, com 11.791 unidades

(155,75 armas por 1.000 membros), seguidos por espingardas (20,33 armas por 1.000 membros), carabinas (14,85 armas por 1.000 membros) e fuzis (4,32 armas por 1.000 membros).

Figura 3.5.2. Distribuição das armas de fogo nas GMs - número total e taxa, número absoluto por região e taxa por 1000 membros de GM (a) e distribuição espacial (b).



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Do ponto de vista regional, a maior concentração de armas de fogo encontra-se no Sudeste, com 27.894 armas, representando quase 60% do total nacional. A região Sul aparece em seguida, com 7.941 unidades, enquanto o Nordeste (5.600), Norte (2.220) e Centro-Oeste (3.443) possuem quantitativos menores.

Na análise proporcional ao efetivo, a Região Sul apresenta a maior taxa, com 1.195,21 armas de fogo por 1.000 membros, o que indica que muitas GMs da região possuem um número de armas superior ao número de agentes. O Centro-Oeste também se destaca com uma taxa elevada (861,83 armas por 1.000 membros), seguido pelo Sudeste (725,41 armas por 1000 membros), Norte (473,95 armas por 1000 membros) e Nordeste (255,37 armas por 1000 membros).

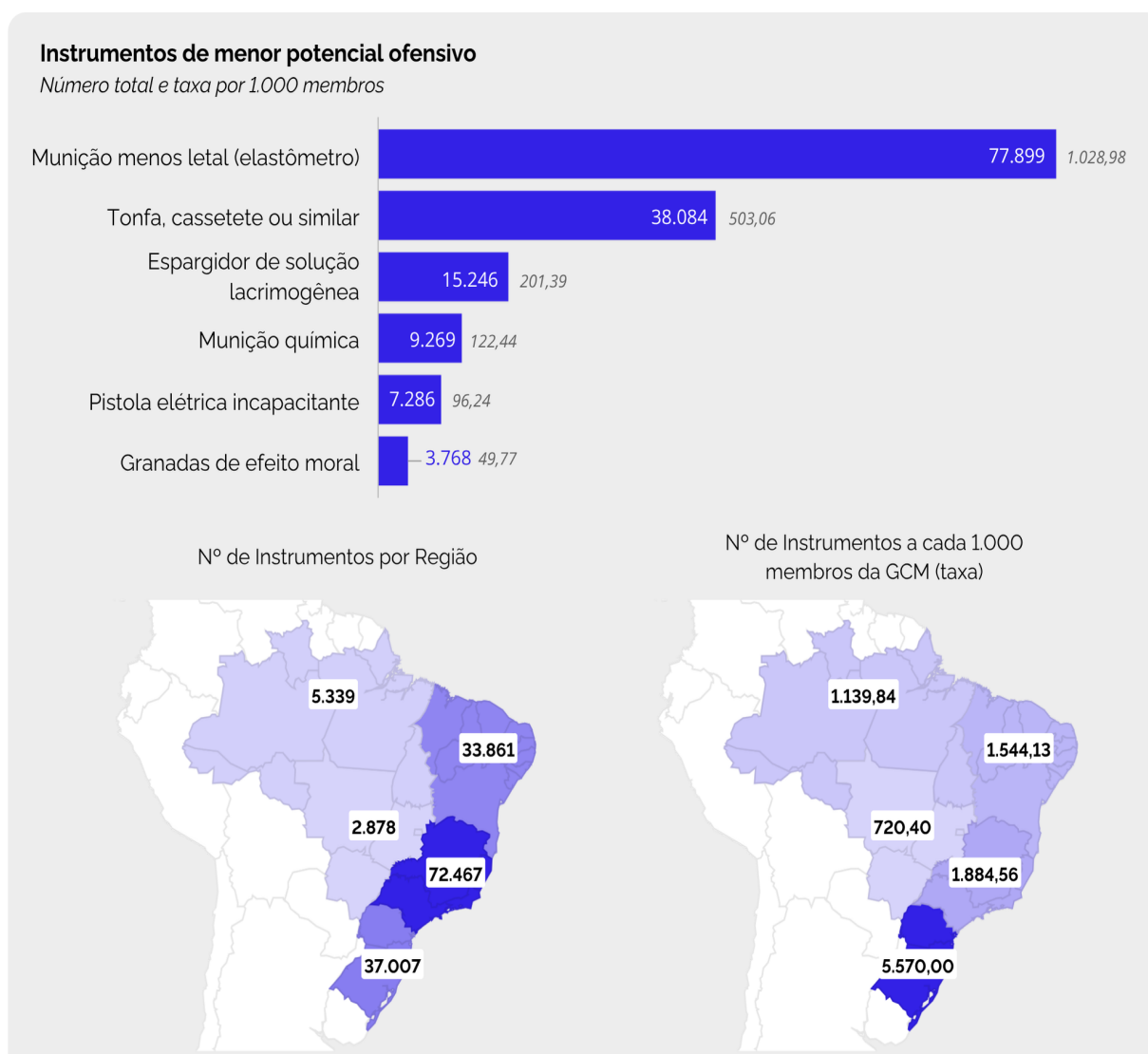
3.5.3. Instrumentos de menor potencial ofensivo

Os dados sobre os instrumentos de menor potencial ofensivo utilizados pelas Guardas Municipais revelam um quadro marcado tanto pela concentração regional quanto pela diversidade de equipamentos disponíveis (Figura 3.5.3). Em termos absolutos, a mu-

nição menos letal (elastômetro) aparece como o recurso mais disseminado, com 77.899 unidades registradas, o que equivale a 1.028,98 instrumentos por mil membros da GM.

Em sequência, destacam-se as tonfas, cassetetes ou similares, com 38.084 unidades (503,06 instrumentos por mil membros), e os espargidores de solução lacrimogênea, com 15.246 unidades (201,39 instrumentos por mil membros). Já os instrumentos de uso mais específico ou restrito apresentam menor incidência: 9.269 munições químicas (122,44 instrumentos por mil membros), 7.286 armas eletroeletrônicas de incapacitação neuromuscular (96,24 instrumentos por mil membros) e 3.768 granadas de efeito moral (49,77 instrumentos por mil membros). Esses dados sugerem que o arsenal de menor potencial ofensivo das Guardas é mais fortemente orientado para controle físico e dissuasão direta, com menor investimento em equipamentos de dispersão química ou de impacto coletivo.

Figura 3.5.3. Distribuição de instrumentos de menor potencial ofensivo nas GMs - número total e taxa, número absoluto por região e taxa por 1000 membros de GM.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

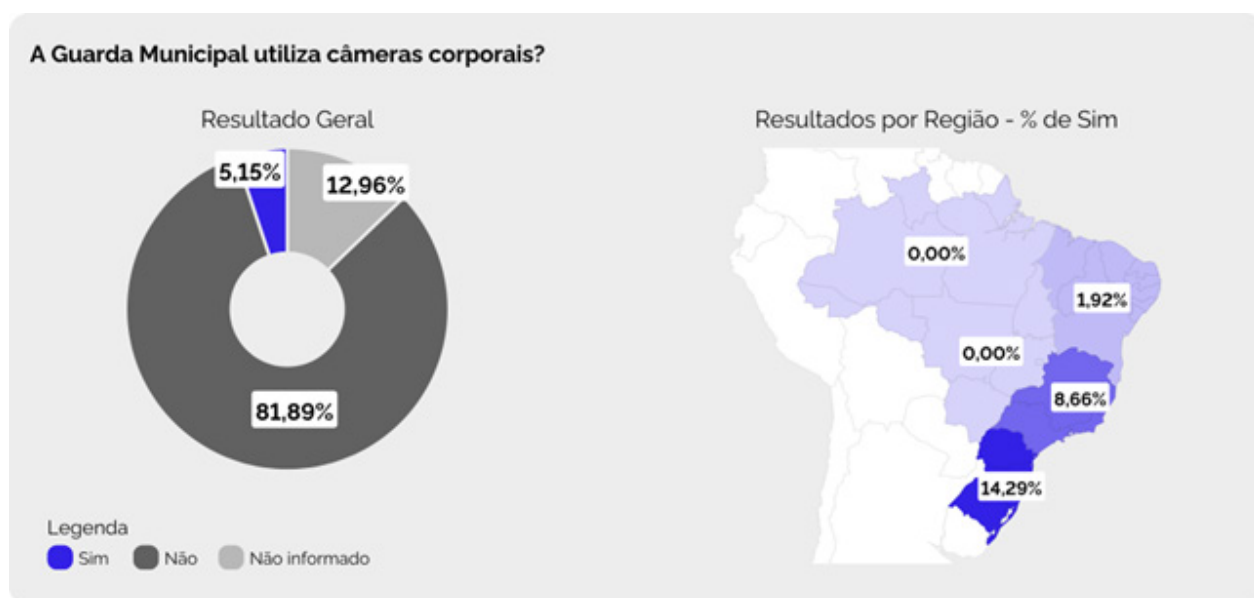
Assim como em outros temas, a distribuição regional reforça desigualdades significativas. O Sudeste concentra o maior volume de instrumentos (72.467), seguido pelo Sul (37.077) e Nordeste (33.861). Norte e Centro-Oeste apresentam números absolutos bem inferiores (5.339 e 2.878, respectivamente). Contudo, quando se observa a taxa de instrumentos por mil

membros, o destaque se desloca: o Sul lidera com 5.570 instrumentos por mil membros, seguido pelo Sudeste (1.884,56 instrumentos por mil membros) e Nordeste (1.544,13 instrumentos por mil membros). Já o Norte (1.139,84 instrumentos por mil membros) e o Centro-Oeste (720,40 instrumentos por mil membros) apresentam índices proporcionalmente menores.

3.5.4. Câmeras Corporais

O uso de câmeras corporais pelas Guardas Municipais (GMs) ainda é bastante limitado no país. No resultado geral, apenas 5,15% das GMs declararam utilizar esse tipo de equipamento, enquanto 81,89% informaram que não utilizam e 12,96% não responderam. A análise regional revela que o uso é mais concentrado no Sul (14,29%) e Sudeste (8,66%), com índices bem superiores aos das demais regiões. A região Nordeste apresentou 1,92%, enquanto nas regiões Norte e Centro-Oeste, nenhuma guarda declarou utilizar câmeras corporais (Figura 3.5.4.).

Figura 3.5.4. Distribuição percentual dos resultados sobre uso de câmeras corporais nas GMs. Resultado geral e por região.



Fonte: Diagnóstico Municipal das Guardas Municipais 2025, MJSP

Entre os desafios que impedem a sua implementação, destacam-se a falta de recursos (59,94%), as decisões institucionais (16,49%) e as dificuldades técnicas (13,55%). A aquisição de câmeras corporais pelas Guardas Municipais apresentou um crescimento contínuo de 2020 a 2024, saltando de 25 para 580 equipamentos. Por fim, resta destacar que em 1,77% das Guardas Municipais as câmeras corporais são empregadas em todas as atividades, em 1,77% são empregadas apenas no atendimento de ocorrências e em 1,62% são empregadas em grandes eventos, como shows e jogos.

3.5.5. Equipamentos de proteção

Os dados sobre equipamentos de proteção das Guardas Municipais evidenciam tanto o esforço de estruturação quanto as desigualdades regionais em sua distribuição (Figura 3.5.5). No total, os itens mais comuns são os coletes balísticos (44.943 unidades, taxa de 580,45 equipamentos por mil membros) e as algemas (34.997 unidades, 462,28 equipamentos por mil membros), que constituem os principais recursos de proteção individual e de contenção. Em contrapartida, equipamentos mais especializados apresentam números bastante redu-

zidos: óculos de proteção (3.987 unidades, 52,66 equipamentos por mil membros), escudos de proteção individual (2.130 unidades, 28,14 equipamentos por mil membros), capacetes balísticos (1.807 unidades, 23,87 equipamentos por mil membros) e capacetes não balísticos (5.098 unidades, 67,34 equipamentos por mil membros). Esses dados mostram que, embora haja atenção para itens básicos, o fornecimento de materiais que poderiam ampliar a segurança dos agentes em situações específicas ainda é limitado nas GMs respondentes.

A análise regional reforça essas diferenças. Em números absolutos, o Sudeste concentra a maior parte dos equipamentos de proteção individual e de contenção (48.992), seguido pelo Nordeste (21.739), Sul (15.066), Centro-Oeste (3.241) e Norte (2.924). Contudo, ao observar a proporção por mil membros, o quadro muda significativamente: o Sul lidera com ampla vantagem (2.267,61 equipamentos por mil membros), revelando alta disponibilidade relativa; em seguida aparecem o Sudeste (1.274,07 equipamentos por mil membros) e o Nordeste (991,34 equipamentos por mil membros). Já o Centro-Oeste (811,26 equipamentos por mil membros) e o Norte (624,25 equipamentos por mil membros) apresentam as menores taxas, refletindo menor cobertura de equipamentos em relação ao efetivo.

De modo geral, os resultados indicam que, embora as Guardas participantes contem com acesso relevante a equipamentos de proteção, a distribuição está longe de ser homogênea. As regiões Sul e Sudeste apresentam melhor relação entre quantidade de equipamentos e efetivo, o que sugere maior capacidade de proteção dos agentes em campo. Por outro lado, Norte e Centro-Oeste revelam carências importantes, que podem comprometer a segurança operacional. Além disso, a escassez de itens como capacetes, escudos e óculos de proteção aponta para uma fragilidade no preparo das Guardas para enfrentar situações de maior risco, reforçando a relevância de políticas de investimento voltadas à uniformização e à qualificação da proteção individual em todo o território nacional.

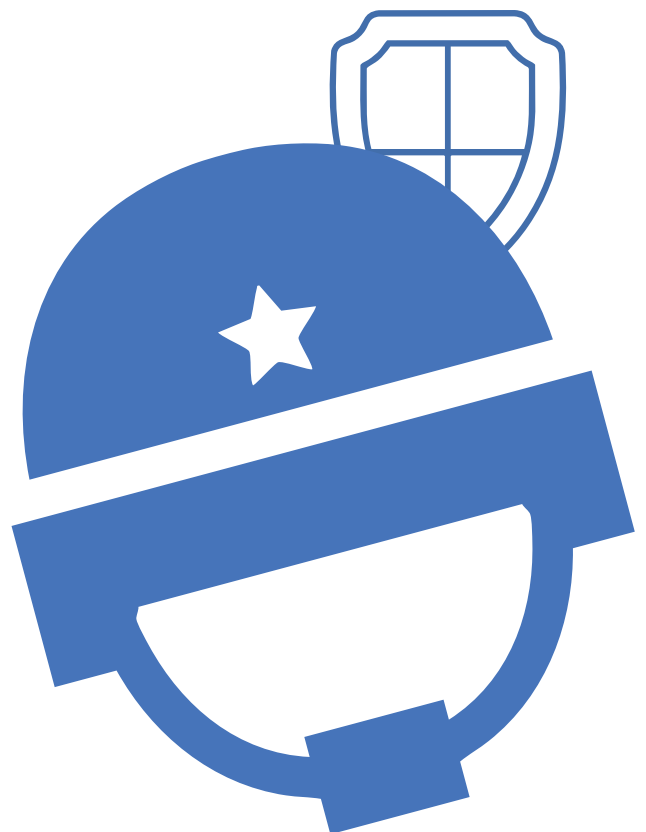
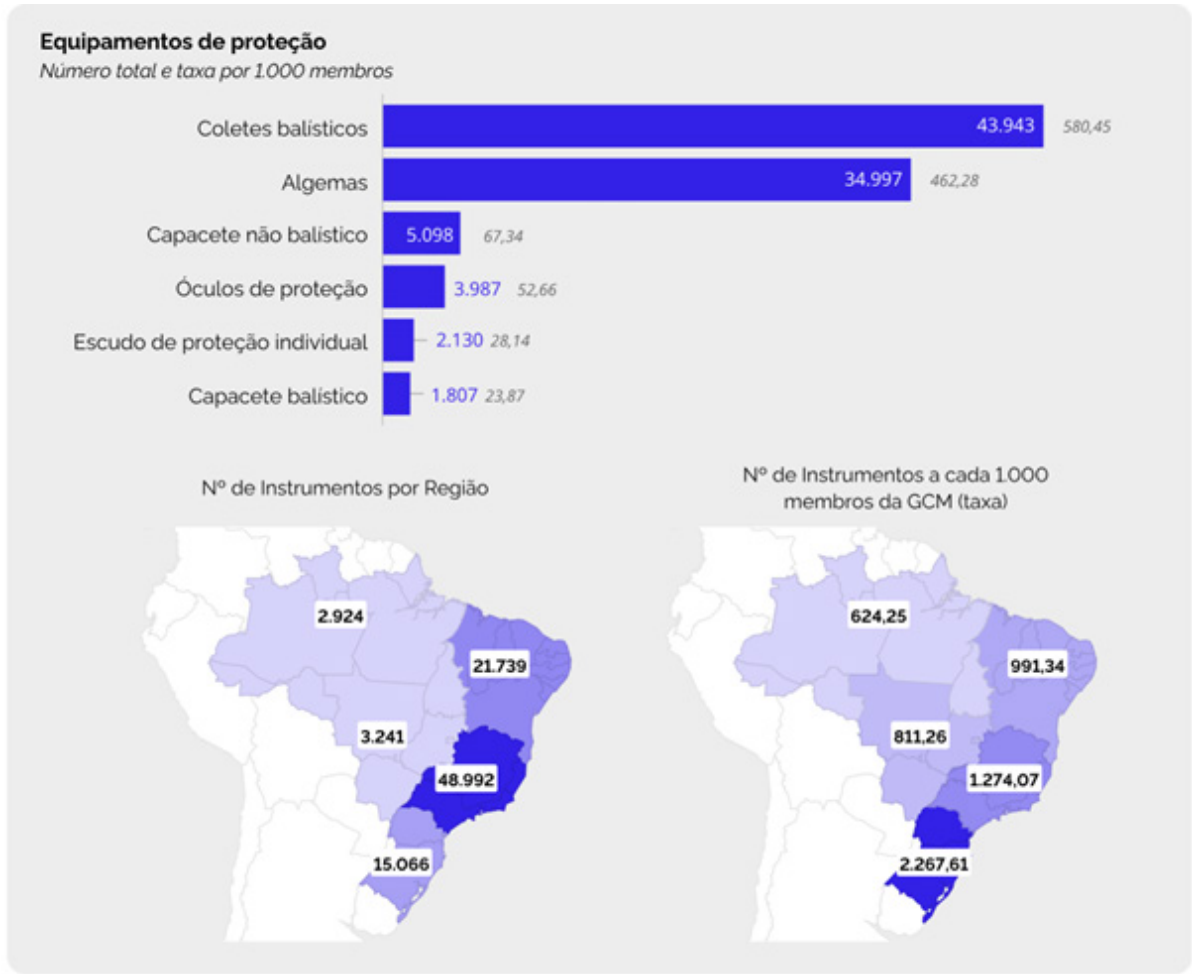


Figura 3.5.5. Distribuição de equipamentos de proteção nas GMs - número total e taxa, número absoluto por região e taxa por 1000 membros de GM.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.6. Atividades Executadas pelas Guardas Municipais

Esta seção apresenta um panorama das principais atividades desenvolvidas pelas Guardas Municipais participantes do Diagnóstico. A análise contempla tanto a execução individual de cada atividade quanto agrupamentos temáticos, permitindo identificar os campos de atuação mais consolidados e aqueles que ainda apresentam lacunas ou potencial de fortalecimento. De forma geral, os dados da pesquisa revelam que as GMs têm atuação predominante em funções de proteção patrimonial e apoio à segurança pública.

3.6.1. Atividades executadas

Dentre as ações mais executadas, a proteção de bens e serviços do município é executada por 83,19% das GMs respondentes, seguida pela segurança em eventos e comemorações (82,01%) e apoio à Polícia Militar (79,50%). Também se destacam a ronda escolar (79,50%), auxílio no atendimento do conselho tutelar (79,35%) e auxílio ao público (78,91%), evidenciando uma presença significativa da GM no cotidiano das comunidades (Tabela 3.6.1).

Tabela 3.6.1. Ações Executadas pelas GMs

Dimensão	Tipo de Atividade	Sim	Não	Não informado
Serviços de atendimento ao público	Auxílio ao Público / Triagem para encaminhamentos	44,69%	44,99%	10,32%
	Prestação de serviços sociais (assistência social, partos etc)		64,45%	10,32%
	Palestras	66,81%	22,86%	10,32%
Tipos de atividades exercidas	Proteção de bens, serviços e instalações do município	83,19%	6,49%	10,32%
	Segurança em eventos/comemorações	82,01%	7,67%	10,32%
	Auxílio à Polícia Militar	79,50%	10,18%	10,32%
	Ronda Escolar	79,50%	10,18%	10,32%
	Auxílio no atendimento do Conselho Tutelar	79,35%	10,32%	10,32%
	Auxílio ao Público	78,91%	10,77%	10,32%
	Auxílio no ordenamento do trânsito	78,32%	11,36%	10,32%
	Auxílio à Polícia Civil	76,40%	13,27%	10,32%
	Serviços administrativos	70,35%	19,32%	10,32%
	Ações educativas junto à população	69,17%	20,50%	10,32%
	Registro de ocorrências	69,03%	20,65%	10,32%
	Ronda de proximidade a pé, montada ou motorizada	69,03%	20,65%	10,32%
	Segurança/proteção de autoridades políticas e outras autoridades	66,81%	22,86%	10,32%
	Trânsito	59,88%	29,79%	10,32%
	Posto de Guarda (fixa ou móvel)	59,14%	30,53%	10,32%
	Atividades de Defesa Civil	57,23%	32,45%	10,32%
	Ações sociais de prevenção ao crime e à violência	56,64%	33,04%	10,32%
	Prevenção de Acidentes em Escolas	51,47%	38,20%	10,32%
	Controle e fiscalização de comércio de ambulantes	49,56%	40,12%	10,32%
	Proteção ambiental	48,82%	40,86%	10,32%
	Proteção de bens, serviços e instalações do Estado e outros Poderes	48,82%	40,86%	10,32%
	Patrulha/ronda Maria da Penha (ou similar)	47,20%	42,48%	10,32%
	Escolta	45,28%	44,40%	10,32%
	Fiscalização estabelecimentos	42,04%	47,64%	10,32%
	Resgate e salvamento	35,99%	53,69%	10,32%
	Atendimento ao turista	30,53%	59,14%	10,32%

Temas das ações sociais de prevenção executadas	Policiamento comunitário	60,91%	28,76%	10,32%
	Segurança no trânsito	57,52%	32,15%	10,32%
	Violência doméstica e de gênero	50,59%	39,09%	10,32%
	Proteção ao meio ambiente e prevenção ao dano ao patrimônio público/histórico	49,26%	40,41%	10,32%
	Mediação de conflitos	48,23%	41,45%	10,32%
	Prevenção ao uso de substâncias psicoativas, como drogas lícitas (álcool, medicamentos, etc.) e ilícitas (maconha, cocaína, ecstasy, etc.)	44,69%	44,99%	10,32%
	Enfrentamento ao bullying/cyberbullying	42,04%	47,64%	10,32%
	Crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social	40,41%	49,26%	10,32%
	Orientação às populações localizadas em áreas de risco	34,66%	55,01%	10,32%
	Enfrentamento da exploração sexual	33,48%	56,19%	10,32%
	Combate ao preconceito e à violência racial	31,12%	58,55%	10,32%
	Inclusão social (orientações sobre direitos de cidadania, emissão de documentos, acesso à justiça, orientação jurídica, orientação à população de rua, orientação sobre portadores de necessidades especiais etc.)	24,93%	64,75%	10,32%
	Combate à homofobia, lesbofobia e transfobia	24,48%	65,19%	10,32%
	Prevenção e/ou redução de homicídios	23,16%	66,52%	10,32%
	Combate ao tráfico de seres humanos	9,29%	80,38%	10,32%
	Prevenção à pirataria	7,37%	82,30%	10,32%

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Ações educativas (69,17%), de prevenção de acidentes em escolas (51,47%) e defesa civil (57,23%) aparecem com execução entre 50% e 70%, o que indica uma atuação parcial em frentes preventivas e emergenciais. A fiscalização de estabelecimentos (42,04%) e a proteção ambiental (48,82) também possuem índices relativamente baixos de execução, sugerindo desafios na expansão dessas competências ou possível sobrecarga de funções mais tradicionais.

Os dados por região (Figura 3.6.1 a 3.6.3.) revelam fortes disparidades territoriais na execução das ações pelas Guardas Municipais (GMs), com predomínio claro da região Sul em diversas frentes. A seguir, alguns destaques relevantes em termos de maior presença, cabendo salientar que as regiões Norte e Nordeste não se destacam por concentrar nenhum tipo de ação em específico.

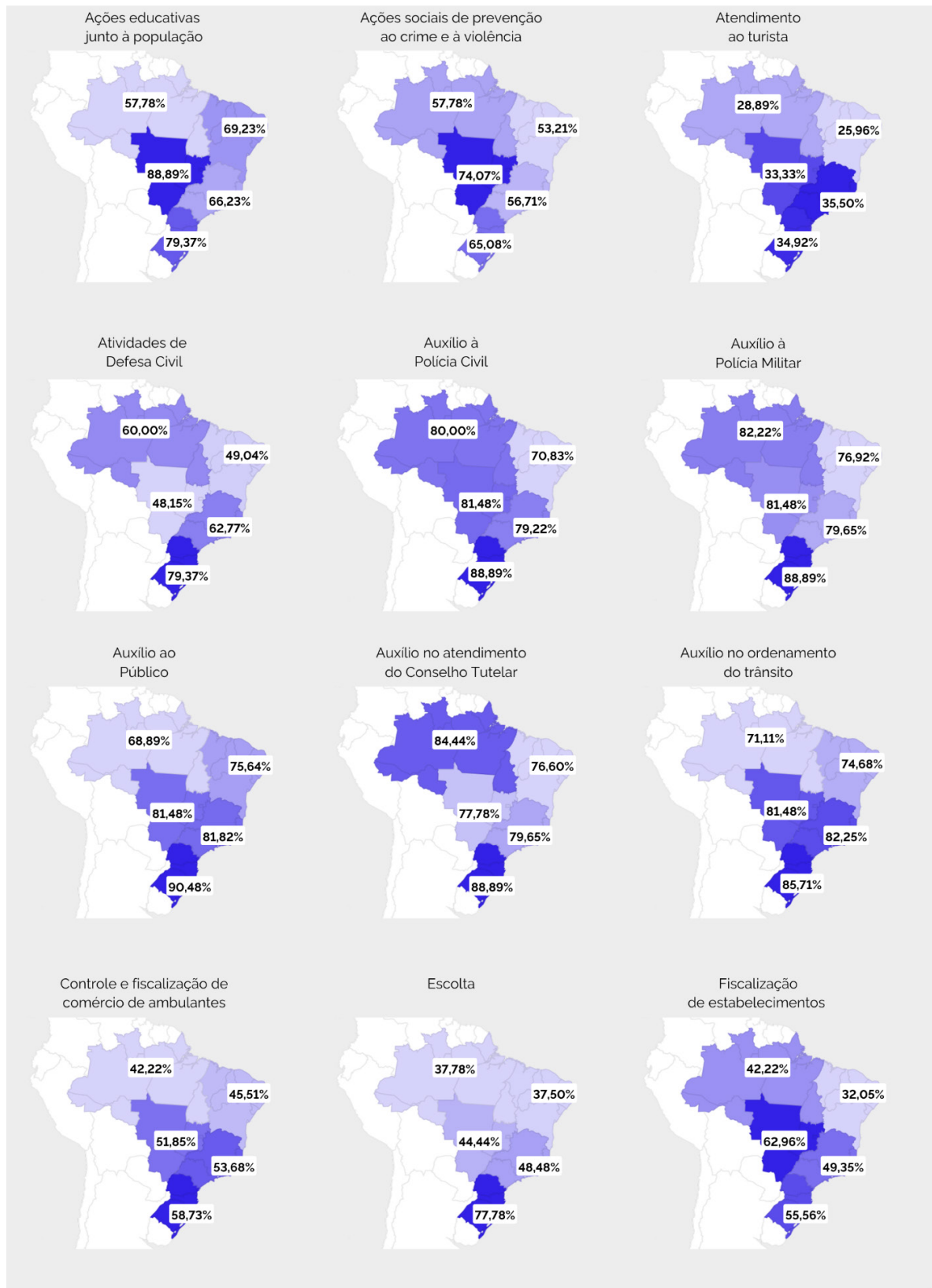
Região Sul: Atividades de defesa civil, auxílio a Polícia Civil e à Polícia Militar, auxílio ao público, auxílio no atendimento ao Conselho Tutelar, auxílio no ordenamento do trânsito, controle e fiscalização do comércio de ambulantes, escolta, posto de guarda, prevenção de acidentes em escola, proteção ambiental, proteção de bens, serviços e instalações do município, registro de ocorrências, resgate e salvamento, ronda de proximidade a pé, montada ou motorizada, ronda escolar, segurança em eventos e comemorações e segurança e proteção de autoridades políticas e outras autoridades.

Região Centro-oeste: ações educativas junto à população, ações sociais de prevenção ao crime e a violência, fiscalização de estabelecimentos e patrulha ou ronda Maria da Penha.

Região Sudeste: Atendimento ao Turista e Trânsito. Estes resultados reforçam a heterogeneidade na estrutura e atuação das GMs pelo país, refletindo desigualdades institucionais, orçamentárias e de prioridades municipais. Esta análise demonstra o potencial claro para expansão e fortalecimento das ações de capacitação nas GMs, em especial nas regiões Norte e Nordeste onde identificamos um escopo mais reduzido dos tipos de ações que são executadas, especialmente em ações preventivas, sociais e de defesa civil. As figuras 3.6.1 a 3.6.3 mostram, espa-

cialmente, a distribuição das ações das GMs em diferentes categorias.

Figura 3.6.1. Ações executadas pelas GMs por região

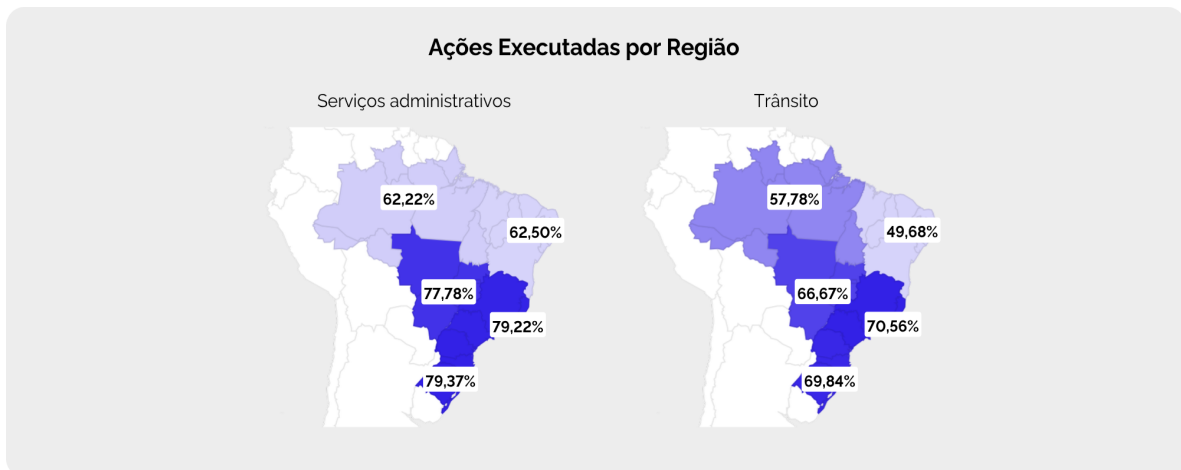


Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Figura 3.6.2. Ações executadas pelas GMs por região



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Figura 3.6.3. Ações executadas pelas GMs por região

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.6.2. Atividades executadas, por categorias

Dando prosseguimento, realizamos uma análise das ações executadas agregando as ações anteriormente tratadas em categorias:

Categoria 1: Proteção Patrimonial e Apoio Operacional: Auxílio à Polícia Civil, Auxílio à Polícia Militar, Fiscalização estabelecimentos, Posto de Guarda (fixa ou móvel), Proteção de bens, serviços e instalações do Estado e outros Poderes, Proteção de bens, serviços e instalações do município, Registro de ocorrências, Segurança em eventos/ comemorações, Segurança/proteção de autoridades políticas e outras autoridades e Serviços administrativos

Categoria 2: Atividades Educativas, Comunitárias e Sociais: Ações educativas junto à população, Ações sociais de prevenção ao crime e à violência, Atendimento ao turista, Auxílio ao Público, Auxílio no atendimento do Conselho Tutelar, Escolta, Patrulha/ronda Maria da Penha (ou similar), Prevenção de Acidentes em Escolas e Ronda Escolar

Categoria 3: Segurança Urbana, Mobilidade e Fiscalização: Auxílio no ordenamento do trânsito, Controle e fiscalização de comércio de ambulantes, Proteção ambiental, Ronda de proximidade a pé, montada ou motorizada e Trânsito

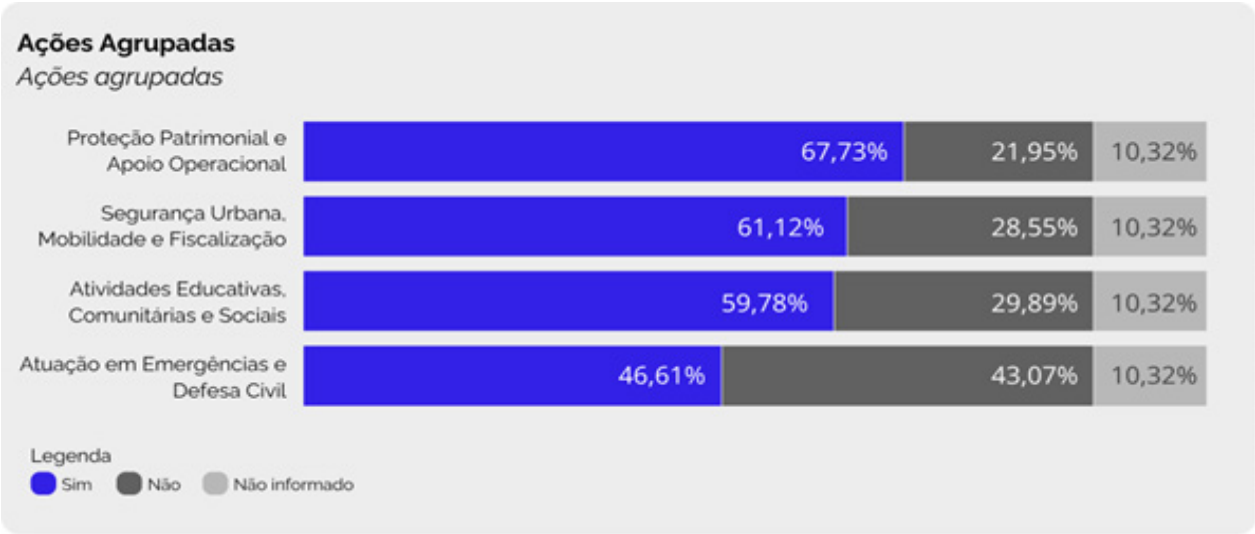
Categoria 4: Atuação em Emergências e Defesa Civil: Atividades de Defesa Civil e Resgate e salvamento

A análise por categorias (Figura 3.6.4) mostra que as Guardas Municipais têm maior presença em ações de Proteção Patrimonial e Apoio Operacional, com 67,73% das GMs executando esse tipo de atividade. Esse resultado reforça o perfil tradicional das Guardas como integrante operacional do Sistema único de Segurança Pública e apoio às atividades administrativas.

Em segundo lugar, estão as atividades relacionadas à Segurança Urbana, Mobilidade e Fiscalização são realizadas por 61,12% das GMs, evidenciando o papel relevante das GMs no ordenamento urbano, controle de trânsito e fiscalização de atividades, mostrando a importância crescente dessa atuação nas cidades.

Já as Atividades Educativas, Comunitárias e Sociais, que são realizadas em 59,78% das GMs, indicam que uma grande parte das corporações já desenvolvem ações voltadas à prevenção, apoio à população e integração comunitária. Isso demonstra avanço no papel preventivo e educativo das Guardas, embora ainda existam barreiras para consolidar essa atuação de forma mais ampla. Por fim, as ações de atuação em Emergências e Defesa Civil apresentam o menor índice de execução (46,61%) e a maior taxa de não execução (43,07%).

Figura 3.6.4. Categorias das ações executadas pelas GMs.



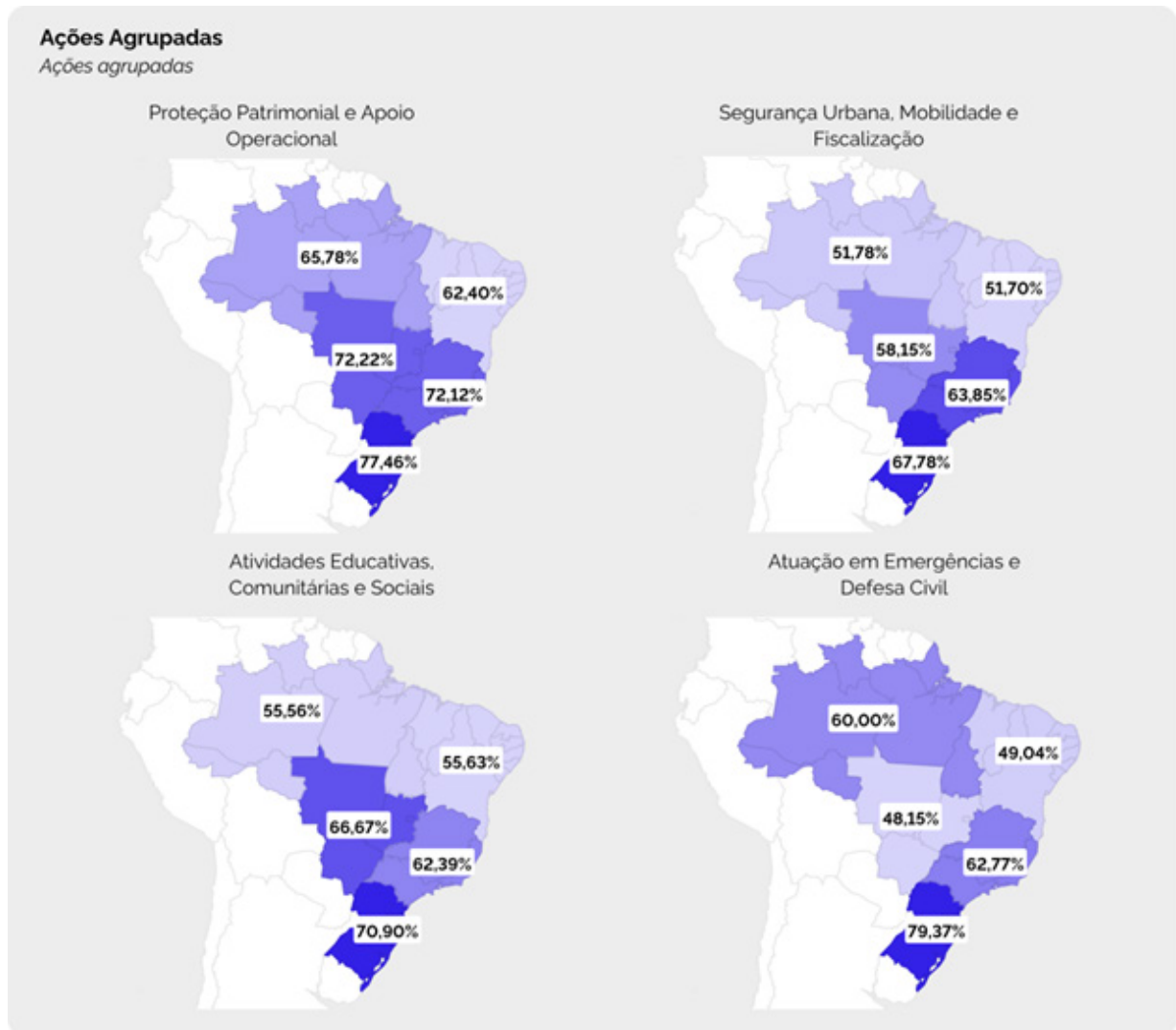
Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

A análise regional das categorias de ações executadas pelas Guardas Municipais revela padrões geográficos claros na distribuição das atividades (Figura 3.6.5). O grupo Proteção Patrimonial e Apoio Operacional apresenta forte execução no Sul (77,46%), Centro-Oeste (72,22%) e Sudeste (72,12%). O Nordeste, por outro lado, registra índice mais baixo (62,40%).

As ações de Segurança Urbana, Mobilidade e Fiscalização seguem padrão semelhante, com destaque para as regiões Sudeste (63,85%) e Sul (67,78%), enquanto o Norte e Nordeste apresentam os menores percentuais, com destaque ao para o Nordeste com 51,70%. Nas Atividades Educativas, Comunitárias e Sociais, a maior execução também se concentra no Sul (70,90%) e no Centro-Oeste (66,67%). Já o Norte e parte do Nordeste seguem com resultados percentuais mais modestos.

Por fim, a atuação em Emergências e Defesa Civil tem execução ainda mais concentrada, com o Sul se destacando significativamente (79,37%) frente a um cenário nacional mais desigual. Regiões como o Nordeste (49,04%) e o Centro-Oeste (48,15%) mostram menores índices, indicando desafios maiores para integrar as GMs em políticas de defesa civil e resposta a emergências em parte do território nacional.

Figura 3.6.5. Ações executadas pelas GMs por região



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

3.6.3. Registro de ocorrências

No que diz respeito ao total de ocorrências registradas as respostas de 378 Guardas Municipais resultaram, em 2024, em 242.589 auxílios ao público, 136.003 assistências em instituições educacionais, 84.790 atendimentos relacionados a perturbações do sossego, 41.119 intervenções em ações contra o patrimônio público, 33.551 atendimentos a acidentes de trânsito, 33.024 ações voltadas a problemas ambientais, 29.587 atendimentos a episódios de violência doméstica e 29.221 intervenções em situações de conflitos interpessoais (como brigas, agressões, vias de fato e insultos) (Tabela 3.6.2.). Em contrapartida, as ocorrências com menor frequência foram relacionadas a roubos em transportes coletivos, escoltas de valores, partos e sequestros com retenção de vítimas.

Tabela 3.6.2. Número de Ocorrências Registradas pelas Guardas Municipais em 2024.

	Total
Auxílio ao público	242.589
Assistência em escolas	136.003
Perturbação do sossego	84.790
Ações contra o patrimônio público	41.119
Acidentes de trânsito	33.551
Meio Ambiente	33.024
Violência doméstica	29.587
Conflitos interpessoais (briga, agressão, vias de fato, xingamento)	29.221
Entorpecentes (posse e uso)	19.107
Entorpecentes (tráfico)	16.561
Defesa civil	12.620
Participação em reuniões comunitárias	9.719
Vandalismo em patrimônio público	6.465
Auxílio a Polícia Civil com mandatos de prisão	5.434
Encaminhamentos para conselho tutelar	5.420
Roubo de veículos	4.903
Roubo a transeunte	4.455
Roubo a estabelecimento comercial	3.490
Roubo em patrimônio público	3.297
Roubo a residência	1.878
Roubo a Instituição financeira	1.740
Pessoas desaparecidas/ localizadas	1.289
Escolta de valores	658
Roubo em transporte coletivo	264
Sequestro com retenção de vítima	92
Parto	87

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Respostas Válidas: 378 GMs

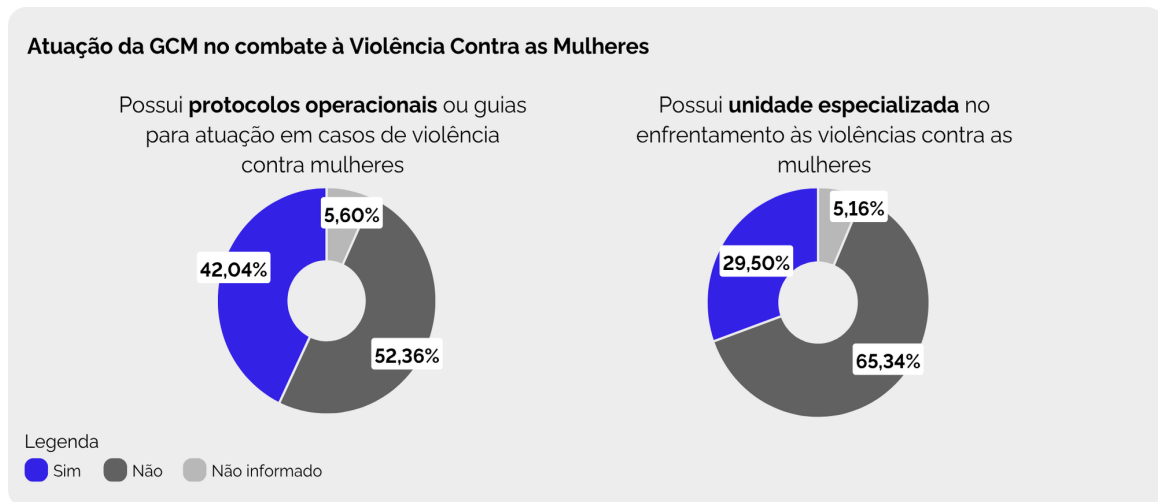
3.6.4. Atuação referentes à violência contra as mulheres

Ainda no tocante às atividades desempenhadas pelas GMs, é válido fazer uma breve análise específica sobre a questão da violência contra mulheres. Os dados indicam que o total de medidas protetivas monitoradas cresceu ano a ano entre 2020 e 2024, resultando em um aumento de 130% no período, passando de 29.676 para 68.259. No mesmo intervalo, o número de mulheres atendidas aumentou em 228%, subindo de 11.926 em 2020 para 39.151 em 2024. A maior parte das 125.076 mulheres atendidas nesse período (87,48%) tinha entre 18 e 59 anos, 5,96% tinham até 17 anos, e 6,56% tinham mais de 59 anos.

Esse progresso sugere não apenas uma intensificação dos mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência, mas também um compromisso maior das instituições com o acompanhamento dessas medidas protetivas, o que pode estar vinculado ao fortalecimento das redes de enfrentamento à violência e à expansão de políticas públicas de segurança com perspectiva de gênero.

De forma geral, identificou-se avanços em termos de protocolos. 42,04% dos municípios participantes afirmaram possuir protocolos operacionais ou guias específicas para atuação em casos de violência contra mulheres, o que representa um avanço importante na formalização de procedimentos. Por outro lado, 52,36% dos municípios informaram não dispor desse tipo de instrumento (Figura 3.6.6).

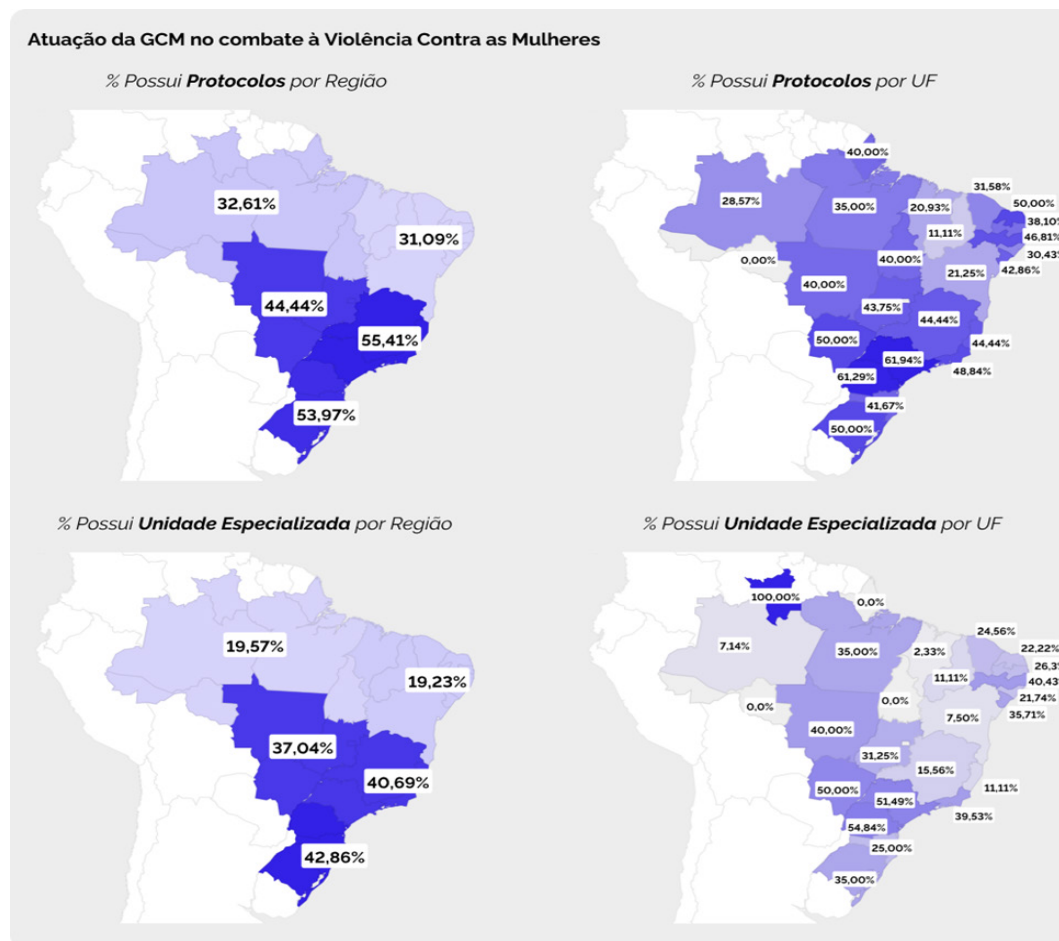
Figura 3.6.6. Atuação das Guardas Municipais no enfrentamento à violência contra as mulheres.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Quanto à existência de protocolo, uma análise regional (Figura 3.6.7.) revela grandes disparidades na estruturação das GMs para o enfrentamento à violência contra as mulheres. As regiões Sudeste (55,41%), Sul (53,97%) e Centro-Oeste (44,44%) apresentam os maiores percentuais de municípios com protocolos. Nas demais regiões cerca de um terço das GMs informaram possuir protocolos. Em termos da distribuição dos protocolos por Unidade Federativa, vale ressaltar que São Paulo (61,94%), Paraná (61,29%), Rio Grande do Sul (50%), Mato Grosso do Sul (50%) e Rio Grande do Norte (50%) possuem maior número proporcional de GMs com protocolos específicos. Em contrapartida, Rondônia (0%), Piauí (11,11%) e Maranhão (20,93%) apresentaram os menores índices.

Figura 3.6.7. Existência de protocolos para atuação das Guardas Municipais no enfrentamento à violência contra as mulheres.



Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Ao se avaliar a articulação das unidades especializadas com os atores da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, identificou-se maior presença de articulações formais estabelecidas com hospitais, Conselho Tutelar, Conselho dos Direitos da Mulher, Secretaria/Diretoria/Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, Ministério Público, Juizados e Varas Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Centro de Referência de Atendimento à Mulher/CEAM, Casa de Acolhimento ou Passagem, CRAS, CREAS e Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar. Por outro lado, identificamos a inexistência de articulações principalmente com IML ou DML, SOS (Plantão Telefônico), Juizado Especial Criminal (JECRIM), Juizado Especial Cível, Vara da Família, ONGs que atuam na área de violência doméstica e Casa da Mulher Brasileira.

Essas assimetrias apontam para a relevância de políticas públicas que promovam a institucionalização de fluxos de atendimento, protocolos interinstitucionais e formações conjuntas, especialmente em nível local. A violência de gênero demanda respostas integradas, articuladas e qualificadas.

3.7. Tecnologia da Informação Presente nas Guardas Municipais

A grande maioria das Guardas Municipais (84,07%) realiza o registro das ocorrências ou atendimentos realizados, sendo que a maioria o faz exclusivamente em formato impresso, utilizando livro ou formulário (36,28%) (Tabela 3.7.1). Em contrapartida, em 15,49% dos casos, o registro é realizado apenas de forma eletrônica, enquanto 32,30% optam por efetuar ambos os tipos de registro (impresso e eletrônico).

Tabela 3.7.1. Forma de registro de ocorrência/atendimento da Guarda Municipal

	(%)
Apenas em livro/formulário impresso	36,28%
Combinação das duas formas (impresso e eletrônico)	32,30%
Apenas em banco de dados (registro eletrônico)	15,49%
Não registram	10,32%
Não informado	5,60%
Total geral	100,00%

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

Por fim, dentre os sistemas de gestão de informação atualmente existentes nas Guardas Municipais, predominam os sistemas de registro de ocorrências e atendimento (78,76%), controle de viaturas (76,11%), controle de equipamentos permanentes (66,81%) e controle de recepção e despacho de documentos (65,63%) (Tabela 3.7.2). Sistemas presentes em poucas Guardas Municipais são controle financeiro (29,94%), central de atendimento e despacho (32,45%), Córdex (17,85%) e Brasil Mais (8,55%).

Tabela 3.7.2. Sistemas utilizados atualmente pelas Guardas Municipais

	Sim	Não	Não informado
Registro de ocorrências e atendimento	78,76%	13,13%	8,11%
Controle de viaturas	76,11%	15,19%	8,70%
Controle de equipamentos permanentes	66,81%	22,71%	10,47%
Controle de recepção e despacho de documentos (protocolo)	65,63%	24,34%	10,03%
Corregedoria e Assuntos Internos	56,34%	32,15%	11,50%
Divulgação de informações institucionais, notícias e relatórios	54,87%	32,89%	12,24%
Administração de Recursos Humanos	52,36%	34,96%	12,68%
Controle logístico	50,59%	35,84%	13,57%
Administração de Estoque	43,66%	42,18%	14,16%
Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg)	41,59%	44,69%	13,72%
Controle de Registro de Uso da Força e Disparo de Armas de Fogo	35,10%	51,03%	13,86%
Central de Atendimento e Despacho (CAD)	32,45%	53,24%	14,31%
Controle financeiro	29,94%	54,28%	15,78%
Inteligência (CORTEX)	17,85%	66,67%	15,49%
Brasil Mais – meio ambiente integrado e seguro (MJSP)	8,55%	73,30%	18,14%

Fonte: Diagnóstico das Guardas Municipais 2025 – MJSP.

4



4. Considerações Finais: O Papel das Guardas Municipais no SUSP

O presente relatório apresenta os resultados mais relevantes advindos da realização do Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais (GMs). A análise aqui desenvolvida oferece uma visão abrangente e inovadora sobre as condições estruturais, operacionais e funcionais das GMs no Brasil, sublinhando sua relevância no cenário da segurança pública e seu potencial para promover um fortalecimento institucional, dentro do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Os dados obtidos evidenciam que as Guardas Municipais apresentam uma diversidade relevante em relação à distribuição geográfica, efetivo, recursos disponíveis, nível de institucionalização e escopo de atribuições. Em diversas localidades, as GMs desempenham um papel crucial na promoção da segurança cidadã, atuando não apenas na proteção de bens, serviços e instalações públicas, mas também em iniciativas preventivas, educativas, ambientais e no combate à violência doméstica e de gênero.

Entretanto, os resultados também revelam desafios significativos para a consolidação dessas corporações como parte integrante e atuante do Sistema Único de Segurança Pública. A escassez de recursos humanos e materiais, a falta de normatização, a deficiência estrutural, a carência de capacitação e valorização profissional, assim como a necessidade de aprimorar as articulações interinstitucionais, são demandas que devem ser encaradas como prioridade, pois essas limitações impactam negativamente a efetividade, a previsibilidade e a padronização das ações das GMs nas localidades em que se apresentam.

Esse diagnóstico, por sua amplitude, se configura como uma ferramenta essencial para o planejamento de políticas públicas fundamentadas em evidências. Ao fornecer subsídios confiáveis e comparáveis, o relatório contribui para a elaboração de estratégias de fortalecimento institucional, capacitação técnica e valorização das Guardas Municipais, reconhecendo suas especificidades locais e seu papel crucial na lógica federativa da segurança pública.

Dessa forma, o presente relatório não apenas contribui para o diagnóstico do estado das GMs no Brasil, mas também se propõe a ser um instrumento de apoio à tomada de decisão, ao planejamento estratégico e à construção de um modelo de segurança pública que reconheça e fortaleça o papel dos municípios na promoção da paz social. Sua análise oferece um conjunto de conhecimentos fundamentais para a melhoria do sistema como um todo e para a concepção de ações que se adequem às diferentes realidades encontradas.

Desde a promulgação da Lei nº 13.022, sancionada em 8 de agosto de 2014, que estabelece diretrizes essenciais para a organização e reestruturação das Guardas Municipais, tem-se observado um diálogo contínuo sobre a eficácia do Município no sistema de segurança pública e os limites da atuação das Guardas no exercício das funções policiais em sentido estrito. Mas recentemente, com a aprovação da Lei nº 13.675/2018 — conhecida como Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) —, as Guardas Municipais adentraram uma nova etapa institucional. Esta legislação teve como objetivo central fomentar a integração estratégica e operacional dos diversos órgãos de segurança pública no Brasil, reforçando os laços entre a União, os Estados e os Municípios.

Nesse contexto, essas instituições têm conquistado, progressivamente, um papel de destaque nas ações de segurança pública, estreitando laços com as comunidades que servem e promovendo iniciativas que fortalecem a proteção de pessoas e bens. Sua presença é notável em escolas, parques, praças, unidades de saúde, órgãos administrativos e no trânsito.

to, além de eventos culturais, sociais, esportivos e políticos organizados pelo poder público e pela sociedade. A atuação dessas instituições busca garantir a segurança dos servidores públicos — como médicos, enfermeiros, professores, zeladores, agentes operacionais e fiscais — e da população que frequenta os espaços públicos municipais. Ademais, sua missão inclui a proteção do patrimônio público, histórico e ambiental pertencente ao Estado.

Além dessas responsabilidades, é importante destacar o envolvimento das Guardas no combate à violência e na promoção da segurança pública em suas diversas facetas. Durante as visitas de campo realizadas para este diagnóstico, foi possível identificar diversas iniciativas locais que evidenciam o comprometimento das corporações em atender às demandas específicas de seus territórios.

A resolutividade e a adaptabilidade das ações desenvolvidas pelas Guardas Municipais, conforme relatado pelos entrevistados, demonstram sua efetiva inserção no SUSP, conferindo-lhes respaldo legal e legitimidade institucional. Durante as visitas, constatou-se que todas as Guardas Municipais objeto da pesquisa apresentavam, se não a totalidade, ao menos uma boa parte dos elementos fundamentais para o exercício de suas atribuições enquanto instituições de segurança pública. Entre os aspectos destacados, estão a qualificação profissional de seus efetivos, a existência de infraestrutura física e tecnológica adequada, uma forte conexão com a comunidade e uma considerável capacidade de adaptação diante dos desafios urbanos.

Neste cenário, é fundamental avançar no reconhecimento de que as Guardas Municipais devem ser claramente e definitivamente integradas ao conjunto das forças de segurança, conforme estabelecido na legislação que institui o SUSP. Essa medida não apenas oferece uma base jurídica mais sólida para as ações desses profissionais, mas também promove uma colaboração e integração mais eficazes entre os diferentes órgãos de segurança pública, contribuindo para a construção de um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Ademais, a investigação do espaço da segurança pública municipal no âmbito do SUSP proporciona uma compreensão aprofundada da evolução e da organização das políticas públicas dessa área. O §1º do art. 9º da Lei do SUSP atribuiu ao município um papel fundamental dentro do sistema, superando a interpretação limitada anteriormente atribuída ao art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), conforme já analisado neste relatório.

A inclusão efetiva do município no conceito moderno de segurança pública abre novas possibilidades para a diminuição de indicadores criminais. Iniciativas baseadas em dados estatísticos favorecem a utilização racional dos recursos públicos e ampliam as expectativas quanto à efetividade das políticas implementadas, como demonstrado ao longo deste diagnóstico. Dessa forma, são estabelecidas políticas sociais e iniciativas de proteção às vítimas, promovendo os direitos humanos e fortalecendo a cultura de paz, além de incentivar o desarmamento e combater de maneira sistemática os preconceitos de gênero, étnicos, raciais, geracionais, de orientação sexual e de diversidade cultural.

Durante as visitas de campo, feitas de forma complementar ao levantamento quantitativo, os comandantes e, ou, responsáveis entrevistados ressaltaram a distinção clara que as Guardas Municipais fazem entre suas funções e as de outras forças da segurança pública. Nesse contexto, as Guardas identificam como missão prioritária o patrulhamento de vias públicas, com atenção especial às áreas onde os transeuntes estão mais suscetíveis à violência ou a situações de insegurança, como a presença de pessoas em situação de rua ou usuários de substâncias psicoativas — uma realidade que se agravou no período pós-pandemia da COVID-19.

Particularmente nas Regiões Sul e Sudeste, as solicitações por patrulhamento frequentemente partem diretamente da população, especialmente durante eventos públicos e festividades organizadas pelas prefeituras. Nestes ambientes, os delitos mais recorrentes incluem furtos simples, roubos de celulares e subtração de bolsas e objetos pessoais. A atuação preventiva, fundamentada em inteligência e no uso de tecnologias como câmeras de reconhecimento facial, leitores de placas veiculares e sistemas de georreferenciamento de ocorrências, tem se mostrado eficaz na prevenção e repressão a esses crimes.

Esses dispositivos possibilitam o monitoramento contínuo das vias, favorecem a coleta de provas visuais e permitem a comunicação imediata com as autoridades competentes diante de situações de risco, como falhas na iluminação pública, acúmulo de lixo, aglomerações ou identificação de veículos irregulares. Além das atividades preventivas, as Guardas Municipais também atuam na proteção de servidores e equipes de fiscalização durante ações em campo — como as realizadas por vigilâncias sanitárias ou em estabelecimentos como bares e restaurantes.

A atuação das Guardas também se estende ao atendimento emergencial a vítimas de diferentes tipos de crimes. Em muitos municípios, essa assistência ocorre em colaboração com a Polícia Militar, sendo as Guardas responsáveis por ocorrências de menor complexidade, enquanto as polícias lidam com situações de maior gravidade.

A gestão do tráfego urbano representa outra área de atuação relevante. Muitas Guardas contam com setores especializados na orientação do fluxo de veículos e na fiscalização do cumprimento das normas de trânsito por motoristas e pedestres. Mesmo nos municípios onde a Guarda não é o órgão formalmente encarregado da fiscalização, observa-se sua participação no suporte à blitz e outras operações viárias, contribuindo com segurança e apoio logístico.

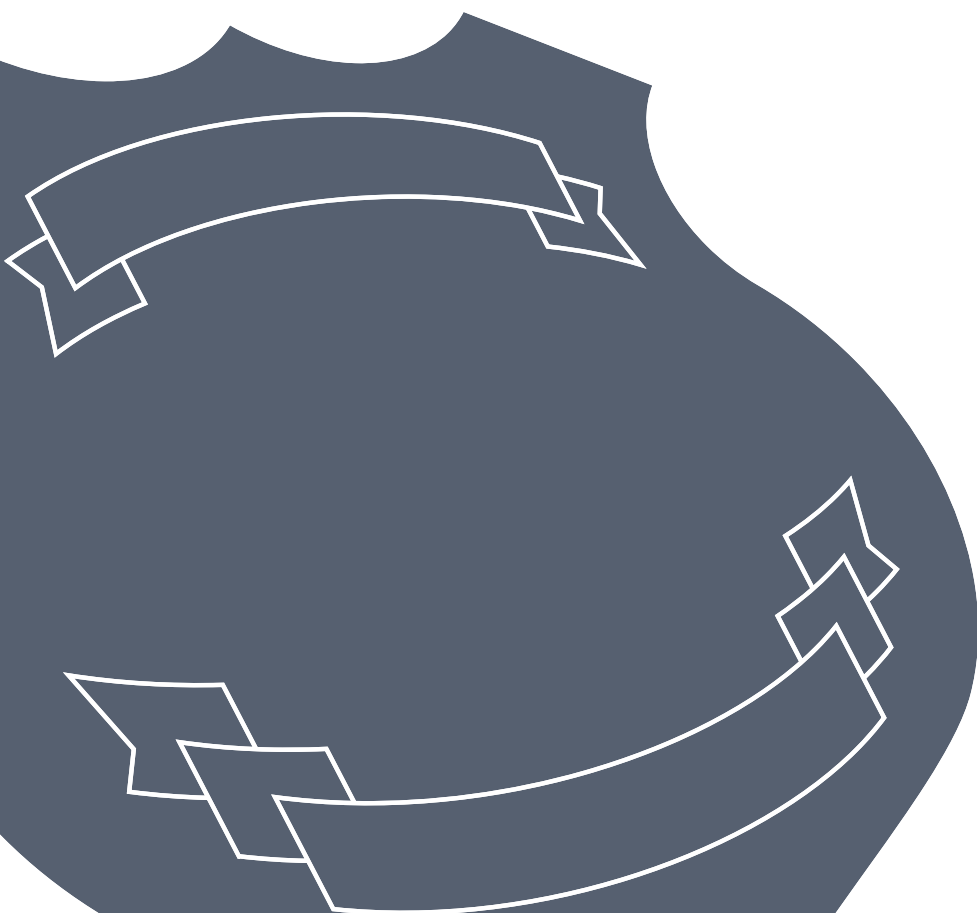
De maneira análoga ao trabalho de prevenção à violência e à criminalidade, o monitoramento das vias urbanas tem se mostrado essencial para garantir a mobilidade e a segurança no trânsito. Outra vertente importante da atuação das Guardas é o cumprimento de determinações judiciais, como medidas protetivas destinadas a mulheres em situação de violência doméstica e de gênero. Em muitos casos, essas ordens são distribuídas tanto à Polícia Militar quanto às Guardas Municipais, que se tornam corresponsáveis pela sua execução.

Observa-se, portanto, que o escopo das atividades desempenhadas pelas Guardas Municipais tem se expandido de forma significativa. As respostas obtidas a partir da pergunta sobre os principais projetos em andamento demonstraram uma diversidade notável de práticas, refletindo as especificidades regionais, os níveis de efetivo, os recursos tecnológicos disponíveis e as realidades sociais de cada território.

As novas exigências impostas ao campo da segurança pública estão em sintonia com a tradição brasileira de atribuir às forças públicas uma função que transcende a repressão e a vigilância ostensiva. Como aponta Kopittke (2016), existe uma gama de iniciativas preventivas que podem ser implementadas pelas Guardas Municipais em conformidade com suas atribuições legais, respeitando os marcos estabelecidos pela Lei nº 13.022/2014.

Em essência, a análise realizada neste diagnóstico revela que, na atualidade, as Guardas Municipais desempenham um papel fundamental no SUSPE, por consequência, na implementação das políticas públicas voltadas à segurança. Os dados, conforme apontado por diversos entrevistados, indicam uma diminuição da criminalidade em várias frentes, um avanço na resolução de delitos, um aumento na satisfação dos cidadãos que percebem os serviços de segurança pública mais acessíveis, uma maior eficácia na gestão dos recursos disponíveis e um fortalecimento da cultura de articulação com as forças de segurança pública e também com os atores das outras esferas da gestão pública municipal, especialmente a saúde, assistência social e educação.

Concluindo, este Diagnóstico, configura-se como um raio-x essencial e sem precedentes da realidade das Guardas Municipais no Brasil. Os dados detalhados e consolidados aqui apresentados transcendem a esfera meramente descritiva, firmando-se como um recurso estratégico de valor inestimável para as políticas públicas. Sua importância reside em prover a base empírica e técnica necessária para a formulação, reavaliação e implementação de ações que sejam, de fato, eficazes e direcionadas. Ao identificar as necessidades sistêmicas, os desafios e os êxitos das GMs em nível nacional, este documento habilita os gestores a otimizar a distribuição de investimentos, aprimorar a capacitação e fornecer o suporte legislativo e estrutural imprescindível, promovendo assim o fortalecimento integral das Guardas para que assumam plenamente seu papel no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e na proteção da sociedade.





5



5. Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

ARANTES, R. B.; JORGE, M. C. **Guardas Municipais e a política de segurança no Brasil: expansão, tensões e desafios**. São Paulo: CEM/USP, 2016.

BATISTA, N. V. C. **Segurança pública e policiamento municipal: o lugar das Guardas Municipais na política de segurança no Brasil**. In: ZAVERUCHA, Jorge; BATISTA, N. V. C. (org.). *Segurança pública em debate*. Recife: UFPE, 2016. p. 95-122.

BATITUCCI, E. C.; GODINHO, L.; CASTRO, L. L.; GOMES, L. P. V. **Policiamento Comunitário e Participação Social em Minas Gerais: Entre a Narrativa Oficial e a Efetividade das Reformas**. In: OLIVEIRA JUNIOR, Almir de (org.). *Instituições participativas no âmbito da segurança pública* [pp. 55-117]. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/f972fa05-9459-4a7e-8bd6-942aafe154b3/content>. Acesso em 14 de jul. de 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2022**. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pec-37-2022>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018**. Regulamenta a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para estabelecer os eixos prioritários para a execução do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci 2, no biênio 2023–2024, e dispõe sobre o Projeto Bolsa Formação. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014**. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Brasília, DF, 2018a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm Acesso em 10 de junho de 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. Brasília, DF, 2018b.

BRASIL. **Ministério da Justiça. Plano Nacional de Segurança Pública: 2021 a 2030.** Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.portal.mj.gov.br> . Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 995, Pleno, Ministro Alexandre de Moraes,** Brasília, DF, DJe 07 nov. 2023.

CANO, Ignácio. **Segurança Pública e Direitos Humanos: A Experiência do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERREIRA, D. V. S. e BORGES, J. F. **O policiamento comunitário como uma prática social e o gerencialismo na segurança pública: análises de uma unidade operacional da polícia militar.** REAd. Rev. elet. adm. (Porto Alegre) 26 (3). Sep-Dec 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1413-2311.298.105005> Acesso em 23 de julho de 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **O novo Sistema Único de Segurança Pública: questões sobre financiamento da segurança pública.** São Paulo: FBSP, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Edições 2014 a 2024.** São Paulo: FBSP. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br> . Acesso em: 12 jul. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Raio X das forças de segurança pública no Brasil.** Coordenação Geral: Renato Sérgio de Lima. São Paulo: FBSP, fev. 2024. 109 p. Disponível em: <https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/5832a9eb-7eb6-4648-b4c0-1b91f0ab2ab4/content> Acesso em 10 de junho de 2025.

GODINHO, L., OLIVEIRA JUNIOR, A., PONCIONI, P. e BUENO S. **Instituições participativas e policiamento comunitário: referencial teórico e revisão da literatura.** In.: OLIVEIRA JUNIOR, ALMIR de (org.). **Instituições Participativas no Âmbito da Segurança Pública: programas impulsivados por instituições policiais.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/1f941ac8-5dd5-463e-b7b4-dc8f81c4c3a2/content>. Acesso em 14 de julho de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2023.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Atlas da Violência 2020.** Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>

INSTITUTO PARA REFORMA DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E EMPRESA – IREE. **Pesquisa nacional sobre segurança pública – IREE/Quaest.** São Paulo: IREE, 2024. Disponível em: <https://iree.org.br/pesquisa-do-iree-mostra-percepcao-do-brasileiro-sobre-a-seguranca-publica-no-brasil/> . Acesso em: 20 jun. 2025.

OLIVEIRA, T.; FERNANDES, C. R. **A presença das Guardas Municipais no Brasil: expansão e desafios de institucionalização.** Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 102–123, 2021.

OSBORNE, D; GAEBLER, T. **Reinventando o Governo: Como o Espírito Empreendedor Está Transformando o Setor Público.** Brasília: MH Comunicação, 1992.

SKOLNICK, J. H; BAYLEY, D. H. **The New Blue Line: Police Innovation in Six American Cities.** New York: Free Press, 1986.

SKOLNICK, J. H; BAYLEY, D. H. **Policiamento Comunitário.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.



6



6

Anexos

Anexo 1: Tabela 6.1 - Relação das Guardas Municipais que Responderam à Pesquisa

UF	Município
Alagoas	Atalaia, Batalha, Boca da Mata, Campo Alegre, Canapi, Carneiros, Colônia Leopoldina, Delmiro Gouveia, Girau do Ponciano, Jequiá da Praia, Junqueiro, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Mata Grande, Olho d'Água das Flores, Palmeira dos Índios, Paripueira, Pilar, Piranhas, São Miguel dos Campos, Senador Rui Palmeira e União dos Palmares
Amapá	Amapá, Laranjal do Jari, Macapá, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio
Amazonas	Autazes, Boca do Acre, Caapiranga, Humaitá, Iranduba, Jutai, Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tonantins, Uarini e Urucurituba
Bahia	Adustina, Água Fria, Alagoinhas, Amargosa, Amélia Rodrigues, Angical, Baianópolis, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cachoeira, Cairu, Camacan, Canavieiras, Candeal, Cícero Dantas, Cipó, Condeúba, Cordeiros, Correntina, Cruz das Almas, Dário Meira, Esplanada, Euclides da Cunha, Eunápolis, Fátima, Feira de Santana, Gandu, Governador Mangabeira, Ibicaraí, Ibiquera, Ibotirama, Ichu, Ilhéus, Itabela, Itabuna, Itamaraju, Itambé, Itanagra, Itapetinga, Itororó, Ituberá, Jacobina, Jequié, Jeremoabo, Jitaúna, Juazeiro, Lagoa Real, Luís Eduardo Magalhães, Macarani, Maracás, Maragogipe, Matina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pau Brasil, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Pindobaçu, Porto Seguro, Potiraguá, Quixabeira, Salvador, Santa Cruz da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santaluz, Santo Antônio de Jesus, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Saúde, Senhor do Bonfim, Serinha, Taperoá, Tucano, Uauá, Ubaira, Várzea da Roça, Várzea Nova e Vitória da Conquista
Ceará	Acaraú, Acopiara, Aiuaba, Antonina do Norte, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Arneiroz, Baixio, Barreira, Brejo Santo, Campos Sales, Canindé, Cariré, Cascavel, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Eusébio, Forquilha, Fortaleza, Frecheirinha, Granja, Horizonte, Ibiapina, Iguatu, Ipaporanga, Irauçuba, Itaitinga, Itapajé, Jardim, Juazeiro do Norte, Jucás, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pedra Branca, Quixadá, Russas, Santana do Cariri, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Solonópole, Tamboril, Tauá, Tianguá, Trairi, Umari e Varjota
Espírito Santo	Anchieta, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Linhares, Presidente Kennedy, São Mateus, Viana e Vitória
Goiás	Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Cabeceiras, Cezarina, Cida-de Ocidental, Cristalina, Formosa, Goiânia, Guapó, Jataí, Luziânia, Quirinópolis, Rio Verde, Sanclerlândia, São Luís de Montes Belos e Senador Canedo
Maranhão	Anapurus, Apicum-Açu, Araisos, Bacabeira, Balsas, Barra do Corda, Buriti, Buriti Bravo, Buriticupu, Cajari, Cantanhede, Chapadinha, Codó, Colinas, Estreito, Fortuna, Grajaú, Imperatriz, Junco do Maranhão, Lago da Pedra, Paço do Lumiar, Peri Mirim, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Porto Franco, Raposa, Santa Inês, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bento, São Bernardo, São Domingos do Maranhão, São João Batista, São José de Ribamar, São Luís, São Roberto, Senador Alexandre Costa, Timon, Trizidela do Vale, Tutóia, Urbano Santos e Viana

Mato Grosso	Colíder, Lucas do Rio Verde, Sapezal, Sinop e Várzea Grande
Mato Grosso do Sul	Bonito, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Ladário e Ponta Porã
Minas Gerais	Alfenas, Andradas, Belo Horizonte, Betim, Boa Esperança, Buritizeiro, Campos Gerais, Cláudio, Conceição da Aparecida, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Diamantina, Guaxupé, Ipatinga, Itabirito, Itamarandiba, Itatiaiuçu, Jacutinga, Juiz de Fora, Juvenília, Lagoa da Prata, Mato Verde, Montes Claros, Morada Nova de Minas, Nova Lima, Nova Serrana, Ouro Branco, Ouro Preto, Pará de Minas, Pedras de Maria da Cruz, Pedro Leopoldo, Pirapora, Poços de Caldas, Rio Acima, Sabará, Salinas, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Lapa, Serrania, Sete Lagoas, Três Marias, Ubá e Uberaba
Pará	Almeirim, Altamira, Ananindeua, Baião, Belém, Bragança, Cametá, Castanhal, Curuçá, Igarapé-Miri, Ipixuna do Pará, Marabá, Melgaço, Mocajuba, Moju, Muana, Oriximiná, Parauapebas, São João de Pirabas e Tomé-Açu
Paraíba	Água Branca, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alhandra, Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, Carrapateira, Conde, Dona Inês, Fagundes, João Pessoa, Mamanguape, Patos, Pocinhos, Rio Tinto, Santa Rita, São João do Rio do Peixe, Soledade, Taperoá e Triunfo
Paraná	Almirante Tamandaré, Altônia, Apucarana, Arapongas, Araucária, Cambará, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Castro, Colombo, Cruzmaltina, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Guaratuba, Irati, Londrina, Marialva, Matinhos, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu, Sarandi, Sengés, Telêmaco Borba, Toledo e Umuarama
Pernambuco	Água Preta, Altinho, Arcoverde, Barreiros, Bom Conselho, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Carpina, Caruaru, Cupira, Escada, Garanhuns, Glória do Goitá, Gravata, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Jataúba, Olinda, Orobó, Ouricuri, Palmares, Paratama, Paudalho, Paulista, Pombos, Quipapá, Recife, Ribeirão, Santa Cruz do Capibaribe, São Bento do Una, São João, São Lourenço da Mata, São Vicente Férrer, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Taquaritinga do Norte, Timbaúba, Toritama, Triunfo, Venturosa, Vicência e Vitória de Santo Antão
Piauí	Acauã, Altos, Capitão de Campos, Cocal, Demerval Lobão, José de Freitas, Luzilândia, Pedro II e Teresina
Rio de Janeiro	Armação dos Búzios, Barra do Pirai, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Guapimirim, Itaperuna, Japeri, Laje do Muriaé, Macaé, Magé, Mesquita, Miracema, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraíba do Sul, Paraty, Paty do Alferes, Porciúncula, Porto Real, Quatis, Queimados, Quissamã, Resende, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Santo Antônio de Pádua, São João da Barra, São Pedro da Aldeia, Sumidouro, Teresópolis, Três Rios, Varre-Sai, Vassouras e Volta Redonda
Rio Grande do Norte	Afonso Bezerra, Areia Branca, Ceará-Mirim, Coronel João Pessoa, Guamaré, Janduí, Jardim do Seridó, João Câmara, Macau, Monte Alegre, Mossoró, Parelhas, Pedro Avelino, Poço Branco, Santo Antônio, São José de Mipibu, São Miguel e Vila Flor
Rio Grande do Sul	Bagé, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Estância Velha, Farroupilha, Flores da Cunha, Gravataí, Imbé, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Francisco de Paula, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Uruguaiana e Viamão
Rondônia	Ariquemes
Roraima	Boa Vista
Santa Catarina	Balneário Camboriú, Caçador, Capivari de Baixo, Chapecó, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Palhoça, Porto Belo, Rio do Sul, São José e Tubarão

São Paulo	Aguai, Águas de São Pedro, Amparo, Aparecida, Araçariguama, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Araras, Areiópolis, Artur Nogueira, Arujá, Barueri, Batatais, Bebedouro, Bertioga, Birigui, Borborema, Botucatu, Bragança Paulista, Buri, Cabreúva, Caieiras, Cajuru, Campina do Monte Alegre, Campinas, Capivari, Caraguatatuba, Cerquilha, Cesário Lange, Charqueada, Conchal, Cotia, Embu das Artes, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Franco da Rocha, Guaira, Guareí, Guarujá, Guarulhos, Holambra, Hortolândia, Ibaté, Ibiúna, Ilha Solteira, Indaiatuba, Iperó, Iracemápolis, Itapeva, Itapevi, Itápolis, Itaquaquecetuba, Itararé, Itatiba, Itatinga, Itu, Jacareí, Jaguariúna, Jarinu, Jundiaí, Lençóis, Paulista, Limeira, Lindóia, Lins, Lorena, Louveira, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Mongaguá, Nova Odessa, Olímpia, Osasco, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Paulínia, Pedregulho, Pedreira, Peruíbe, Pilar do Sul, Píthalzinho, Piracicaba, Pirassununga, Pitangueiras, Poá, Pontal, Porto Feliz, Porto Ferreira, Potirendaba, Praia Grande, Rafard, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rifaina, Rio Claro, Rio Grande da Serra, Salto, Salto de Pirapora, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Fé do Sul, Santa Gertrudes, Santana de Parnaíba, Santo André, Santo Antônio de Posse, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José dos Campos, São Paulo, São Pedro, São Roque, São Sebastião, São Simão, São Vicente, Serrana, Socorro, Sorocaba, Suzano, Taboão da Serra, Taiacu, Taiúva, Tatuí, Ubatuba, Valinhos, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista, Vinhedo e Votorantim.
Sergipe	Aracaju, Barra dos Coqueiros, Carmópolis, Estância, Itabaiana, Japaratuba, Lagarto, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Porto da Folha, Propriá, São Cristóvão e Tobias Barreto
Tocantins	Araguaína, Lagoa da Confusão, Monte do Carmo, Palmas e Porto Nacional

